



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA- UFBA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA- ISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

CAMILA DOS SANTOS SOUZA ANDRADE

***“DOS NÚMEROS ÀS PESSOAS”*: SOCIABILIDADE, VIOLÊNCIAS E
VULNERABILIDADES NO COTIDIANO DE FAMÍLIAS, CRIANÇAS POBRES
E EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SALVADOR - BAHIA**

**SALVADOR
2019**

CAMILA DOS SANTOS SOUZA ANDRADE

“DOS NÚMEROS ÀS PESSOAS”: SOCIABILIDADE, VIOLÊNCIAS E
VULNERABILIDADES NO COTIDIANO DE FAMÍLIAS, CRIANÇAS POBRES
E EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SALVADOR - BAHIA

Tese apresentada ao Instituto de Saúde Coletiva – ISC da Universidade Federal da Bahia – UFBA como pré-requisito para o exame de defesa do Doutorado em Saúde Pública.

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde.

Orientadora: Prof.^a Leny Alves Bonfim Trad

SALVADOR
2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA)

Andrade, Camila dos Santos Souza

“Dos números às pessoas”: sociabilidade, violências e vulnerabilidades no cotidiano de famílias, crianças pobres e em situação de rua na cidade de salvador- Bahia / Camila dos Santos Souza Andrade.- Salvador, 2019.

131f. : il

Orientadora: Leny Alves Bonfim Trad

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva)
- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, 2019.

1. Violência. 2. Vulnerabilidade Social. 3. Sociabilidade. 4. Família. 5. Criança. II. Andrade, Camila dos Santos Souza. I. Trad, Leny Alves Bonfim. II. Título.

“DOS NÚMEROS ÀS PESSOAS”: SOCIABILIDADE, VIOLÊNCIAS E
VULNERABILIDADES NO COTIDIANO DE FAMÍLIAS, CRIANÇAS POBRES E EM
SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SALVADOR - BAHIA

Tese apresentada ao Instituto de Saúde Coletiva – ISC da Universidade Federal da Bahia – UFBA como pré-requisito para o exame de defesa do Doutorado em Saúde Pública.

Área de concentração: Ciências Sociais em Saúde

Data da defesa: 17 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a Leny Alves Bonfim Trad – ISC/UFBA
Orientadora

Prof^a Dr^a Litza Andrade Cunha – ISC/UFBA

Prof^a Dr.^a Maria Conceição Oliveira Costa – PPGSC/NEEPA/UEFS

Prof^a. Dr^a. Suely Ferreira Deslandes -
Fundação Oswaldo Cruz/ PGSCM-IFF/ ENSP

Prof^a. Dr^a. Cláudia Mascarenhas Fernandes – VIVA INFÂNCIA

Aos meus pais que pela doação e amor
me ensinam cotidianamente o valor da
família.

AGRADECIMENTOS

Deus, muito obrigada por mais uma etapa vencida!

A toda minha família e amigos por todo incentivo, apoio e carinho. Em especial ao meu pai Jorge, minha mãe Lúcia e meu irmão Mateus onde a cada dia sou renovada pelo amor gratuito entre nós.

Ao meu esposo Edu por toda paciência, generosidade e amor! E ao nosso pacotinho de amor, Ana Laura, que nos ensina a ser melhor a cada dia.

Aos colegas/amigos do ISC/UFBA, absolutamente essenciais nesta caminhada, um agradecimento fraterno e emocionado. Algumas pessoas me são muito queridas e amigas: a Patrícia Flach, obrigada pela companhia, amizade, partilha e ter facilitado cruzar este momento com tanto amor a mim dedicado, a Andrija e Alder, como foi bom ter a sua amizade, sou grata pela sua companhia e acolhida em todos os momentos, a Eliene a sua determinação é simplesmente contagiante.

A Prof. Leny e ao FASA, obrigada pela orientação e confiança em meu trabalho, tecendo críticas e sugestões valiosas permitiram-me vislumbrar outras possibilidades de conhecimento e atingir esta grande meta em minha vida.

Aos caríssimos mestres do Instituto de Saúde Coletiva, que tornaram este caminhar mais leve e farto de valiosas trocas. Em especial, a Prof. Conceição, é admirável o conhecimento partilhado, o dinamismo e generosidade. E ao Prof. e colega Márcio, suas contribuições e atenção foram fundamentais para o delineamento da pesquisa, parabéns pelo profissionalismo.

Aos servidores deste instituto, em especial Nuncy e Carla, devo especial agradecimento. Além do apoio institucional pude também, desfrutar de grande incentivo, preocupação e palavras de encorajamento.

À Defensoria Pública, a Escola Municipal e a Secretaria de Saúde, foram extremamente generosos, abrindo as portas e permitindo meu trabalho. A eles, toda a minha gratidão.

Instituições como UFBA e a CAPES também merecem meus agradecimentos. O apoio institucional e financeiro foi fundamental para a execução da pesquisa.

Finalmente, por último, agradeço àqueles que emprestaram seu tempo, partilharam comigo suas opiniões, expectativas, medos e esperanças: todos os

interlocutores da pesquisa, os moradores em situação de rua e profissionais. Espero ter feito jus à confiança que em mim depositaram.

A violência não é uma “doença”, mas sim uma resposta social que se manifesta numa pluralidade de ações e de direções.

Gey Espinheira

ANDRADE, Camila dos Santos Souza. **“Dos números às pessoas”**: Sociabilidade, violências e vulnerabilidades no cotidiano de famílias pobres e em situação de rua de Salvador – Bahia. 132 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2019.

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar a distribuição espacial da violência intrafamiliar no segmento infantil em bairros de Salvador – BA e as imbricações da violência e da vulnerabilidade social nas experiências de sociabilidade de famílias e crianças pobres e em situação de rua. A tese caracteriza-se por um método misto. No domínio quantitativo, foi realizado um estudo descritivo, exploratório com os casos de violência notificados pelas unidades públicas de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, obtidos do segmento infantil do componente contínuo do Sistema Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA). Os resultados mostraram que as crianças foram vítimas de diversas violências principalmente física e sexual, envolvendo aquelas do sexo feminino, no ambiente domiciliar, praticada por familiar e pessoas conhecidas da vítima. Com os dados dos casos de violência, um estudo ecológico foi possível, tendo como unidade de análise espacial os bairros de Salvador, georreferenciados pelos endereços de residência das crianças vítimas de violência. A distribuição espacial da violência intrafamiliar no segmento infantil foi associada a variáveis determinantes das condições de vida. Dentre os aglomerados, os bairros Calabar, Alto das Pombas, Comércio, Centro Histórico, Liberdade e Uruguai apresentaram clusters espaciais de alto risco (alto – alto) para a violência infantil e na modelagem espacial, as variáveis: homens no domicílio e receber até ½ salário apresentaram um efeito de aumento na taxa de violência infantil. Identificadas as áreas de risco (bairros) para este tipo de violência determinou-se o campo qualitativo da pesquisa. Os bairros escolhidos foram: Alto das Pombas, Comércio e Calçada. Nos bairros do Comércio e Calçada, nas Praças das Mãos e dos Mares respectivamente foi realizada uma etnografia. As experiências cotidianas de famílias em situação de rua foram analisadas tendo em foco a violência estrutural e a vulnerabilidade social, por meio de categorias narrativas: o encontro com as famílias; a relação com as drogas; com o medo e com a proteção social. Oportunizou compreender e discutir os processos de ruptura, realização, comportamentos e sentimentos mobilizados em situações cotidianas da vida na rua. No bairro Alto das Pombas por intermédio da Escola Municipal, as experiências de crianças (8 a 11 anos) sobre violência e família foram observadas por meio de desenhos, falas do “Jogo das Sentenças Incompletas” e observação participante em dinâmicas interativas. Ao reportarem sobre família evocaram atributos positivos e relataram ser uma família infeliz aquela onde a violência está presente. Quanto aos desenhos foi possível verificar diferentes tipos de famílias (nucleares, monoparentais femininas) e nos contextos infantis de violência intrafamiliar foram retratados nos desenhos: como a força do pai, autor da agressão e o sentimento de não pertença à família, excluindo-se do desenho. Nesta mesma localidade uma narrativa familiar foi analisada à luz da vulnerabilidade social de Kaztman (1999). Nos três níveis (macro, médio e micro) da estrutura de oportunidades pôde-se observar que o acesso ao Bolsa Família, escola, Estratégia de Saúde da Família, ONG, rede de vizinhos e a busca por emprego são elementos positivos para a redução da vulnerabilidade

porém insuficientes para a mobilidade social e boa qualidade de vida. Reconhecidamente, a violência e a vulnerabilidade social produzem consequências sociais e rupturas no cotidiano e nas experiências destes sujeitos, cujos desdobramentos e implicações reverberam nas interações, nos cuidados entre os membros familiares, especialmente crianças, nas redes de proteção e por fim na sociabilidade.

Palavras-chave: Violência; Vulnerabilidade Social; Sociabilidade; Família; Criança.

ANDRADE, Camila dos Santos Souza. **“From numbers to people”**: Sociality, violence and vulnerabilities in the daily lives of poor and homeless families in Salvador - Bahia. 132 pp. Thesis (Doctorate in Public Health) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, 2019.

ABSTRACT

The research aims to analyze the spatial distribution of intrafamilial violence in the child segment in neighborhoods of Salvador - BA and the implications of violence and social vulnerability in the social experiences of poor families and street children. The thesis is characterized by a mixed method. In the quantitative domain, a descriptive and exploratory study was conducted with the cases of violence reported by the public health units of the Unified Health System - SUS, obtained from the child segment of the continuous component of the Violence and Accident Surveillance System (VIVA). The results showed that the children were victims of various violence, mainly physical and sexual, involving those female, in the home environment, practiced by family member and people known to the victim. With the data of cases of violence, an ecological study was possible, having as a unit of spatial analysis the neighborhoods of Salvador, georeferenced by the addresses of residence of children victims of violence. The spatial distribution of intrafamily violence in the child segment was associated with determinants of living conditions. Among the clusters, the Calabar, Alto das Pombas, Comercio, Centro Historico, Liberdade and Uruguay neighborhoods presented high risk (high - high) spatial clusters for child violence and spatial modeling, the variables: men at home and receiving up to ½ salary had an increasing effect on the rate of child violence. Identifying the risk areas (neighborhoods) for this type of violence was determined the qualitative field of research. The chosen neighborhoods were: Alto das Pombas, Comércio and Calçada. In the neighborhoods of Commerce and Calçada, in the squares of the hands and the seas respectively an ethnography was performed. The daily experiences of homeless families were analyzed focusing on structural violence and social vulnerability, through narrative categories: meeting with families; the relationship with drugs; with fear and social protection. It provided an opportunity to understand and discuss the processes of disruption, rualization, behaviors and feelings mobilized in everyday situations of street life. In the Alto das Pombas neighborhood through the Municipal School, the experiences of children (8 to 11 years old) about violence and family were observed through drawings, speeches of the “Incomplete Sentences Game” and participant observation in interactive dynamics. When reporting about family, they evoked positive attributes and reported to be an unhappy family where violence is present. As for the drawings it was possible to verify different types of families (nuclear, single parent female) and in the child contexts of intrafamily violence were portrayed in the drawings: as the force of the father, perpetrator of aggression and the feeling of not belonging to the family, excluding themselves from the family. drawing. In this same locality a familiar narrative was analyzed in light of Kaztman's (1999) social vulnerability. In the three levels (macro, medium and micro) of the opportunity structure, it was observed that access to Bolsa Família, school, Family Health Strategy, NGOs, neighbors network and job search are positive elements for reducing vulnerability but insufficient for social mobility and good quality of life. Admittedly, violence and social vulnerability produce social consequences and

disruptions in the daily lives and experiences of these subjects, whose consequences and implications reverberate in interactions, care among family members, especially children, in safety nets and ultimately in sociability.

Keywords: Violence; Social vulnerability; Sociability; Family; Child.

SUMÁRIO

1	Apresentação	12
2	Artigo 1 - Diálogos com o Sistema Viva: o que dizem os números sobre a violência intrafamiliar no segmento infantil em Salvador - BA	21
3	Artigo 2 - A vulnerabilidade de famílias á violência intrafamiliar no contexto infantil: um estudo de caso em territórios marginais	39
4	Artigo 3: A Praça é nossa: uma etnografia com famílias em situação de rua	65
5	Artigo 4: Violência e família nas falas e desenhos infantis	94
6	Considerações Finais	123
	Referências	129

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Elementos teóricos

A violência cotidiana sofrida por famílias pobres e em situação de rua na cidade de Salvador é produto da desigualdade e/ou miséria social, caracterizada por estado de negação permanente a bens, serviços e direitos (moradia, educação, saúde e renda). As condições de vulnerabilidade social, somadas ao ínfimo acesso a estrutura de oportunidades, a exclusão, a má qualidade de vida tornam-se elementos estimulantes aos atos violentos em suas vidas cotidianas. Pode-se afirmar que a violência cotidiana se encontra capilarizada na sociedade por meio das interações sejam elas institucionais ou interpessoais. Observa-se que no plano das relações, a desvalorização do outro e a violência interpessoal são tão naturalizados que a vida e a sociabilidade em sua forma mais pura parecem perder seu valor.

A *sociabilidade*, concebida por Georg Simmel (1983), como forma mais pura de sociação, foi a abordagem teórica que norteou a tese. A sociabilidade é a forma mais elevada de sociação. Liberta do conteúdo, os indivíduos encontram-se pelo prazer e ludicidade do encontro. A forma é o mais importante e estar juntos é o sentido primeiro da sociabilidade. A espontaneidade da vida (o lúdico, o banal da vida social) é algo marcante na acepção do autor, não sofre regulamentação ou coerção normativa social. No encontro estão presentes os sentimentos que nascem livremente das aproximações e/ou afastamentos recíprocos (FERREIRA, 2004). De acordo com o referencia de Simmel “as formas representam a sociedade em seu *status nascendi*, diz respeito à emergência das formas, não no tempo histórico, mas na contínua espontaneidade através da qual elas se sustentam nas interações interpessoais” (MAIA, 2011).

Somado ao conceito de sociabilidade, a vulnerabilidade social amplia a discussão sobre a multicausalidade da violência cotidiana através das condições de acesso a determinadas ocasiões, principalmente quando se relaciona ao território e as condições de vida. Nesta perspectiva, o modelo proposto por Kaztman, se revela especialmente oportuno por considerar a determinação da vulnerabilidade a partir de uma estrutura de oportunidades e como a capacidade dos ativos/recursos dos indivíduos e ou lugares se mobilizam para melhorar da sua condição social

(KAZTMAN, 1999). A violência surge como consequência de uma interação problemática entre os indivíduos e o entorno que os rodeiam, características próprias dos sujeitos trazidas em sua história, forças geradoras de conflito ao redor da família e além desta, podem aumentar a possibilidade de ocorrência de conflitos interpessoais.

O conceito de violência para fins desta tese assume no primeiro momento duas dimensões específicas que posteriormente se cruzam e fornecem os elementos essenciais para a compreensão da violência como fenômeno cotidiano.

A primeira dimensão refere-se à violência como estrutura da sociedade brasileira. Neste sentido temos a violência como um evento que acompanha a história brasileira, esteve presente no modelo de colonização empregada, no regime escravocrata, nas revoltas populares contra o Império e/ou a República, nos períodos ditatoriais e permanece atualmente nos governos golpistas (RIBEIRO JÚNIOR, QUEIROZ, 2015). Nesta dimensão conceitual considera-se que a violência é infligida na sociedade pelas instituições de controle social e político (Estado, governos etc.) e caracterizada pela desigualdade social, pelos esquemas de classe e por estruturas de dominação. Trata-se de uma modalidade de “violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos” (MINAYO, 1994).

Fala-se de um contexto social no qual o desenvolvimento das sociedades modernas e capitalistas são estruturadas e fundamentadas na desigualdade social, ou seja, a desigualdade torna-se o elemento funcional do sistema (DUBET, 2001). Espinheira (2001, p.08) descreve este tipo de violência como vertical, no qual a pobreza é compreendida como violência em si mesma, violência que gera violência e associa-se sempre aos contextos políticos do país e assim afirma:

A sociedade é também a sociedade violentada e em seus membros verificam-se sentimentos que podem ser traduzidos como: de consumição, de medo, de frustração, de vingança e mesmo de desespero. Em suma, não é uma sociedade boa, mas a sociedade de ameaça, da impunidade e da vingança.

A segunda dimensão conceitual da violência refere-se à violência das relações interpessoais, da experiência humana no cotidiano, são os homicídios, roubos, estupros, assaltos, agressões e outras formas de violência como a urbana, doméstica e a intrafamiliar. Todas essas expressões também contribuem para uma

sensação generalizada de medo, angústia e sofrimento social. Neste tipo de violência as principais expressões referem-se aos abusos físicos, sexuais e psicológicos. A violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física ou utilizando-se de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas. A violência psicológica inclui toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Já a violência sexual é toda ação na qual uma ou mais pessoas, em situação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas (BRASIL, 2001).

Estas dimensões da violência orientam a representação simbólica, identificada tanto nas instituições de poder quanto nas relações pessoais, ameaçam e rompem o fluxo contínuo das rotinas cotidianas dos indivíduos. Silva (2004, p. 61) exemplifica:

“a violência deixa de ser um mero instrumento para se alcançar certo interesse individual e passa a nortear a conduta das pessoas. No entanto, apesar de contraditórios, este padrão de conduta que se baseia no recurso irrestrito a força como meio de relação social, não se opõe a ordem institucional-legal vigente, mas existem concomitantemente.

Por conseguinte, a violência subverte e ameaça as formas lúdicas e espontâneas de interação (sociabilidade), pondo em risco a coesão da unidade social. Na medida em que a violência assume o protagonismo das relações juntamente com as experiências diárias com a mesma, a violência coordena uma série de condutas individuais no intuito de reduzir a probabilidade de ser vitimado, por influência direta do temor e da percepção de risco (SILVA, 2008).

1.2 Motivação e estrutura da tese

A proposta da tese foi estruturada com base em dois alicerces de formação. O primeiro deles foi a pesquisa realizada no Mestrado em Saúde Coletiva, na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, com área de concentração em Epidemiologia. Parte da dissertação trouxe os resultados secundários oriundos da ficha de notificação de violência, do Sistema de Vigilância e Acidentes – VIVA e

tinha por objetivo central descrever o perfil dos casos registrados de crianças e adolescentes vítimas de violência.

O segundo alicerce foi a partilha de experiências no Programa Integrado Saúde, Família e Comunidade – FASA, com o projeto, “Segurança Pública e questões raciais: abordagem policial na perspectiva de jovens negros e policiais militares” proporcionou uma nova vivência com a temática da violência, além da aproximação com outra metodologia: a pesquisa qualitativa. A experiência com os jovens e suas narrativas sobre a violência e questões raciais, trouxeram questionamentos sobre os dados de violência intrafamiliar, suscitando inquietações para além dos números: *como e onde vivem essas famílias que passam pela experiência da violência? quem são essas crianças? o que pensam? o que desejam? o que sentem?*

Questionamentos amadurecidos, somadas as experiências vividas e a forte contribuição das disciplinas na área de Ciências Sociais e Saúde proporcionaram a combinação dos métodos quantitativos e qualitativos e resultou numa tese de desenho misto, com oportuna triangulação entre as múltiplas fontes utilizadas. Este tipo de método pode ser definido como “the class of research where the researcher mixes or combines quantitative and qualitative research techniques, methods, approaches, concepts or language into a single study” (JOHNSON; ONWUEBUZIE, 2004, pg. 17). Essa articulação de abordagens tende a maximizar a quantidade de informações incorporadas ao desenho, além de proporcionar complementariedade e maior clareza nas lacunas de pesquisa.

A tese teve como **objetivo principal** a análise da distribuição espacial da violência intrafamiliar no segmento infantil em bairros de Salvador – BA e as imbricações da violência e da vulnerabilidade social nas experiências de sociabilidade de famílias e crianças pobres e em situação de rua.

Foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

- Analisar características selecionadas das vítimas infantis de violência intrafamiliar, dos agressores e da agressão, no período 2009-2015.
- Analisar experiências de vulnerabilidade social de famílias pobres e suas crianças em áreas de risco para a violência intrafamiliar no segmento infantil.
- Analisar experiências cotidianas de famílias em situação de rua, focalizando as imbricações entre violência estrutural e a vulnerabilidade.

- Analisar experiências de crianças sobre violência intrafamiliar e família.

1.3 Percurso metodológico

O método misto teve início com o estudo quantitativo e foi fundamental na exploração do fenômeno, no aprofundamento dos conceitos relativos à violência como objeto de estudo e na apresentação do campo através da análise espacial. Foi realizado com base nos dados do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes – VIVA e essas informações evidenciam e revelam socialmente a ocorrência dos casos de violência intrafamiliar no contexto infantil no município e salienta-se sobre a importância do monitoramento dos eventos, ao passo que estes dados permitem informar sobre a distribuição espacial do fenômeno e a possibilidade de construir formas de prevenção e proteção contra a violência.

Saindo dessa perspectiva macro e indo ao encontro dos sujeitos que fazem experiências com violências nos deparamos com as famílias e suas crianças. A aproximação com este universo foi conduzida pelo método qualitativo e compete a esta metodologia, a investigação da heterogeneidade das situações, a diversidade das trajetórias vividas, orientadas segundo as especificidades socioculturais e os meios de vida das famílias estudadas.

Assim, realizou-se uma experiência etnográfica, no qual o pesquisador se permite a “um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta” (MAGNANI, 2009). De acordo com este mesmo autor, na medida em que vamos ao encontro e estabelecemos trocas com o objeto pesquisado, depara-se com um confronto de teorias, visões de mundo distintas e ao sair do campo busca-se um modelo novo de entendimento ou novas pistas argumentativas.

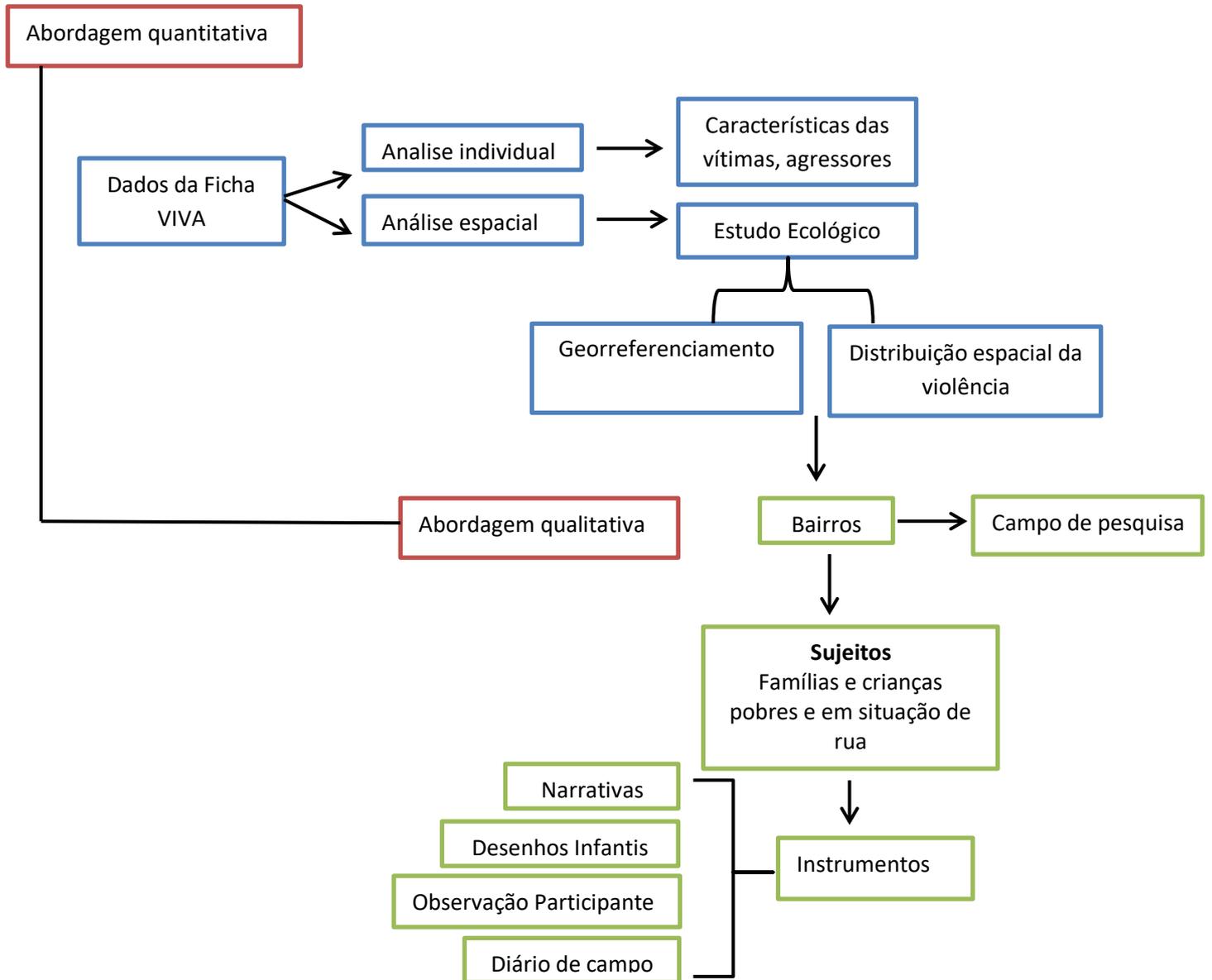
A noção de campo incorporado nas pesquisas qualitativas, como espaço de múltiplas possibilidades, de orientação e reorientação do objeto é potencializado na pesquisa etnográfica. Neste tipo de pesquisa o saber local permite conhecer o ponto de vista dos sujeitos em questão, conhecer seus modos particulares de viver e fazer o uso do lugar, compreendendo os acontecimentos e suas diferentes leituras sobre as situações e fatos cotidianos. Dentre os focos de abordagem temos:

- **a escola:** compreendendo as relações da infância; espaço de proteção e denuncia de casos. A vivência dos conflitos entre famílias e suas crianças, que podem ou não ser mediados por agências institucionalizadas para “resolução” de conflitos.
- **a casa:** o que envolve as relações intrafamiliares; a maioria dos registros do VIVA deu-se dentro do ambiente domiciliar. A família em certas condições sociais extremas constitui um ambiente favorável para geração de conflitos.
- **a rua/o bairro:** compreendendo as relações de vizinhança e moradia, tensões e conflitos que culminaram em eventos violentos. A constância da violência em casos de agressões físicas, verbais, assaltos, assassinatos no bairro entre moradores e pessoas estranhas.
- **a cidade:** em que são ressaltadas as relações externas, principalmente a violência de caráter estrutural, as ações estatais frágeis e reprodução de vulnerabilidades.

O percurso metodológico misto está descrito na Figura 1, mostrando a inter-relação e a complementariedade entre as duas abordagens.

Figura 1. Método misto – percurso metodológico.

Percurso Metodológico



Fonte: Própria autoria

1.4 Resultados

Os resultados da tese estão organizados em quatro artigos.

No **primeiro artigo** foram descritos os resultados da ficha de notificação de violência do sistema de Vigilância e Acidentes – VIVA no segmento infantil. Com os resultados foi possível observar o panorama da violência que atinge as crianças em Salvador, principalmente quanto ao tipo de violência, o perfil da vítima, do agressor e da agressão. No **segundo artigo**, com os dados da ficha VIVA de notificação de violência foi possível realizar a distribuição espacial da violência intrafamiliar no segmento infantil e observar o comportamento desta violência principalmente em territórios marginais, caracterizados pela pobreza e desigualdade social. E com isso analisar uma narrativa familiar, residente em uma área de risco para a violência intrafamiliar à luz da proposta teórica de Kaztman sobre vulnerabilidade social.

O **terceiro artigo**, a etnografia ganha protagonismo e por meio dela a vivência com famílias em situação de rua na Praça das Mãos e dos Mares de Salvador. Assim, foi possível identificar as experiências que as famílias fazem com a violência cotidiana e a vulnerabilidade social. E como este fenômeno atinge a sociabilidade, principalmente quanto à relação com as drogas, o medo da violência e a proteção social. No **quarto artigo** o protagonismo é infantil através de suas representações com desenhos, falas e observação participante sobre família e violência. Essas expressões foram coletadas dentro do ambiente escolar por meio de oficinas temáticas. A participação das crianças como sujeitos da pesquisa foi possível estudar sobre aquilo que sabem, conhecem e refletem sobre família e violência no contexto de suas relações sociais.

É válido salientar que os artigos que integram a tese foram formatados em conformidade com os periódicos para os quais se pretende a submissão posterior. Entretanto, a versão a ser submetida, além de considerar as sugestões da banca, levará em conta a necessidade de eventuais ajustes na redação e número de páginas.

Ao compreender a violência e a vulnerabilidade social como tema de grande relevância na Saúde Coletiva e suas implicações como um dos principais problemas a serem enfrentados na sociedade contemporânea. Acredita-se que o desenvolvimento de pesquisas com o enfoque aqui proposto pode estabelecer os

contornos reais do problema e subsidiar o delineamento de políticas públicas que visem à redução, a prevenção dos agravos, bem como o fortalecimento da rede de proteção social e a proposição de novas indagações nesse processo.

2 ARTIGO 1- DIÁLOGOS COM O SISTEMA VIVA: O QUE DIZEM OS NÚMEROS SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO SEGMENTO INFANTIL EM SALVADOR-BA

Resumo

Realizou-se um estudo exploratório descritivo, com o objetivo caracterizar o perfil epidemiológico dos casos de violência notificados pelas as unidades públicas de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, em Salvador/BA, no período de 2009 – 2015, obtidos do segmento infantil do componente contínuo do Sistema Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) Os resultados mostraram que as crianças foram vítimas de diversas violências principalmente física (44,7%) e sexual, envolvendo aquelas do sexo feminino (54,8%), no ambiente domiciliar (74,4%), praticada por familiar (48,3%) e pessoas conhecidas da vítima (30,7%); com uso de força corporal (42,3%), objetos (28,2%) e ameaça verbal (15,1%); resultando em lesões corporais diversas (48,1%); aproximadamente 69,7% foram hospitalizados e 2,6% evoluíram para óbito. Tais resultados evidenciam a relevância deste problema de saúde pública e a necessidade de investimentos em políticas e programas de prevenção à violência, bem como o fortalecimento da rede de atenção integral à criança e suas famílias quanto à identificação, notificação e encaminhamento dos casos para fins de garantia e proteção dos direitos.

Palavras-chave: Violência, Criança, Sistemas de Informação, Vigilância Epidemiológica.

Abstract

A descriptive exploratory study was carried out to characterize the epidemiological profile of cases of violence reported by public health units of the Unified Health System - SUS, in Salvador / BA, in the period 2009 - 2015, obtained from the child segment. of the Continuous Component of the Violence and Accident Surveillance System (VIVA) The results showed that children were victims of various violence, mainly physical (44.7%) and sexual, involving female (54.8%) in the home environment. (74.4%), practiced by family member (48.3%) and people known to the victim (30.7%); using body force (42.3%), objects (28.2%) and verbal threat (15.1%); resulting in several bodily injuries (48.1%); approximately 69.7% were hospitalized and 2.6% died. These results highlight the relevance of this public health problem and the need for investments in violence prevention policies and programs, as well as the strengthening of the comprehensive care network for children and their families regarding the identification, notification and referral of cases for guarantee and protection of rights.

Keywords: Violence, Child, Information Systems, Epidemiological Surveillance.

Introdução

A violência intrafamiliar no segmento infantil e suas distintas manifestações é uma questão complexa com efeitos danosos sobre vidas individuais e coletivas. Este tipo de violência caracteriza-se por atos e/ou omissões que prejudicam a integridade física, psicológica, a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento em família (BRASIL, 2002).

No rol destes atos/omissões, destacam-se como alvos de monitoramento por parte da vigilância epidemiológica, as violências de natureza física, sexual, psicológica, assim como a negligência. No Brasil, dos 17.900 casos notificados de violência infantil (0 a 9 anos), em 2011, pelos serviços públicos do Brasil, 33% tinham até 1 ano de idade, 35,8% de 2 a 5 e 31,2% de 6 a 9 anos. Predominava a violência física entre os meninos e a violência sexual entre as meninas, de cor preta/parda na faixa entre 6 e 9 anos, e ocorrência no domicílio (RATES et al, 2015).

Estudos a respeito da violência física na população infantil na Austrália sugerem que tal ato é visto como estratégia disciplinar (KISH; NEWCOMBE, 2015). Em Portugal, uma amostra preliminar de 1656 casos de abusos físicos foi analisada e os principais motivos foram: punição corporal e exposição à violência entre os cuidadores (RIBEIRO; COELHO; MAGALHAES, 2016). Ainda nessa perspectiva na África do Sul, um estudo qualitativo com 24 crianças, dentre os temas emergentes, o castigo corporal é uma experiência cotidiana, que tem consequências emocionais e comportamentais negativas, e que ele desempenha um papel na forma como as crianças resolvem conflitos interpessoais. (BREENA; DANIELS; TOMLINSON, 2015).

No plano conceitual, a violência das relações interpessoais traz uma taxonomia que distingue quatro modalidades de violência, considerando tanto o âmbito individual quanto coletivo, conforme a seguir: A violência física ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física ou utilizando-se de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas. A violência psicológica inclui toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Já a violência sexual é toda ação na qual uma ou mais pessoas, em situação de poder, obriga outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência

psicológica ou uso de armas ou drogas. A negligência é a omissão de responsabilidade de um ou mais membros da família em relação a outro, sobretudo àqueles que precisam de ajuda por questões de idade ou alguma condição física, permanente ou temporária (BRASIL, 2001).

É válido salientar que a caracterização e identificação dos tipos referidos dependem das concepções individuais dos envolvidos no evento, ou seja, os atos violentos praticados à infância são considerados como tal a partir de significados partilhados histórica e culturalmente (GOMES, et al, 2002). Nesta direção, os sentidos, significados e valores que os profissionais de saúde atribuem aos casos são preponderantes para o sucesso do ato de notificação, apesar da orientação técnica e compulsória prevista no Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

Portanto, a notificação, torna-se uma fonte de comunicação às autoridades competentes sobre a necessidade de intervenção e assistência aos vitimizados e suas famílias, iniciando um processo que visa interromper as atitudes e comportamentos violentos no âmbito da família e por parte de qualquer agressor (NOGUCHI; ASSIS; SANTOS, 2004). Assim sendo, ao registrar que houve violência, atua-se em dois sentidos: reconhece as demandas especiais e urgentes da vítima e chama o poder público à sua responsabilidade.

Considerando a importância de estimular o registro dos casos de violência e possibilitar o seu monitoramento foi implantado, no âmbito da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes – VIVA, que constitui uma ferramenta voltada para o monitoramento dos eventos violentos não fatais e suas vítimas, nos diversos segmentos populacionais e cursos da vida.

Este estudo tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico da violência intrafamiliar no segmento infantil, em Salvador - BA, de 2009 – 2015.

Métodos

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo que aborda a violência intrafamiliar no segmento infantil, realizado a partir dos casos de violência em crianças, atendidas nas Unidades de Saúde do Sistema Único de Saúde – SUS e ocorridos nos anos de 2009 a 2015, obtidos do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) em Salvador- Bahia. Este sistema encontra-se organizado em dois componentes: a) contínuo, que integra o “Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN”, por meio da notificação compulsória realizada através dos serviços de saúde, em nível nacional; b) inquérito, realizado por meio de estudo transversal, em serviços de urgência e emergência selecionados, no período de trinta dias a cada dois anos (BRASIL, 2009).

A população do estudo foi constituída por crianças residentes nesta capital que, no referido período, tinham entre 0 e 11 anos de idade, em acordo com a classificação etária estabelecida pelo ECA (BRASIL, 1990). Os dados foram disponibilizados pelo Serviço de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador.

Foram empregadas as seguintes variáveis: *dados das vítimas* (sexo, faixa etária, escolaridade); *dados do agressor* (número de envolvidos; sexo; uso de álcool e vínculo com a vítima); *característica da violência* (tipologia, meio de agressão, natureza da lesão, parte do corpo comprometida, local de ocorrência, recorrência); *evolução e encaminhamentos para setor saúde e outros setores*. Considerando o pequeno número de casos notificados, anualmente, de violência contra criança, calcularam-se as taxas de incidência, assim como os percentuais para as diferentes classes de cada variável agregando-se os dados para o período 2009-2015, visando dar maior robustez à análise.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) do Instituto de Saúde Coletiva – ISC da Universidade Federal da Bahia - UFBA (CAAE 70601417.0.0000.5030.) em atendimento aos princípios éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e Discussão

Atualmente entende-se o fenômeno da violência intrafamiliar no contexto infantil como um problema complexo e multifatorial que se manifesta de diferentes formas e afeta a saúde individual, familiar e coletiva. Apesar de tal compreensão e avanço nos estudos para o seu entendimento, as estatísticas mostram um panorama que requer da sociedade maiores investimentos na prevenção e proteção das crianças.

De 2009 a 2015, em Salvador, foram notificados ao Sistema de Vigilância VIVA 1.590 casos de violência contra criança, representando uma incidência média de 5,8/10 mil crianças com até 11 anos de idade. Neste período, houve um incremento médio de 159,1% na incidência média de violência contra crianças de 0 a 11 anos de idade, passando de 3,7/10 mil, em 2009, para 9,6/10 mil crianças, em 2015 (Tabela 1).

Observou-se o aumento no número de notificações, durante o período estudado. Cezar e colaboradores (2017) também observaram o aumento da notificação da violência em crianças e adolescentes. Esses achados abrem duas possibilidades de discussão: a primeira delas é em relação a natureza do dado, dados secundários são sabidamente subregistrados e subnotificados. Nesta direção a magnitude da violência infantil poderá ser ainda maior do que aquela aqui apresentada.

A outra possibilidade relaciona-se com a visibilidade do fenômeno e conseqüentemente, o aumento de políticas públicas voltadas para a prevenção e notificação da violência. Além de influenciar o exercício do controle social pela população e/ou instituições, denúncia dos casos e notificação dos casos suspeitos ou confirmados.

Tabela 1. Número, percentual e incidência/10.000 de casos notificados de violência contra crianças com até 11 anos de idade, segundo ano de ocorrência. Salvador – Bahia, 2009 a 2015.

Ano	Nº	%	Incidência
2009	149	9,4	3,7
2010	123	7,7	3,1
2011	173	10,9	4,4
2012	156	9,8	4,0
2013	250	15,7	6,4
2014	375	23,6	9,8
2015	364	22,9	9,6

Fonte: Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), Secretaria de Saúde, Salvador – BA.

A violência no contexto familiar não é uma questão nova, ela atravessa os tempos e se constitui em uma relação historicamente construída a partir das relações de poder, gênero, etnia e de classe social, sendo uma realidade inegável e cada vez mais presente no debate público. Considerados como seres inferiores, assim como as mulheres, o sentimento de infância, de preocupação com a educação moral e pedagógica, comportamento no meio social, são ideias que surgiram já na modernidade o que nos leva a crer na existência de todo um processo histórico até a sociedade vir a valorizar a infância (ARIÈS, 1978).

A violência intrafamiliar, não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também as relações em que se constrói e efetua (BRASIL, 2002). O mesmo autor ainda complementa dizendo que: “a violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” (BRASIL, 2002, p.15). Este tipo de violência pode ocorrer dentro ou fora de casa por pessoas com ou sem laços de consanguinidade e em relação de poder à outra.

É válido salientar que as violências que se manifestam nas relações familiares podem ser chamadas de violência doméstica ou intrafamiliar, porém na violência doméstica os envolvidos no fenômeno podem ou não ter função parental. Na violência doméstica é ressaltado o convívio domiciliar e toda a rede de vínculos gerada, dessa forma empregados, agregados de convívio esporádico e que por ventura participem de eventos violentos são considerados violência doméstica

(MOREIRA; SOUZA, 2012). Outros dois aspectos conceituais importantes a serem considerados na violência intrafamiliar diz respeito à função parental na relação entre a vítima e o agressor e ao espaço de ocorrência da violência, podendo ocorrer tanto na esfera doméstica, quanto em espaços públicos. Essas duas particularidades permitem caracterizar o evento, além de demarcar a intensidade do vínculo entre os envolvidos.

Os conflitos vividos no ambiente familiar, dentre eles a violência, afetam as relações sociais infantis dentro e fora do ambiente de casa. Estudos comprovaram que a violência afeta o desenvolvimento emocional, comportamental, social, sexual e cognitivo das vítimas, interferindo negativamente no seu bem-estar e qualidade de vida, e as sequelas podem persistir ao longo da fase adulta (BARROS; FREITAS, 2015). Destaca-se que as noções sobre o mundo para as crianças estão ligadas às representações da realidade, observada, sentida e vivenciada, resultantes das relações entre pessoas responsáveis pelo vínculo afetivo e emocional.

A prática arraigada de violência infantil é justificada a antigos modos, como desvalorização, subordinação, dominação e precisa ser desconstruída. A relação violenta entre pais/familiares e filhos não pode ser compreendida sem considerar as diferentes condições existenciais que envolvem a dinâmica desta família, e que afetam este relacionamento. Diferente da função protetora, a família mostra, em muitas situações e em diversas condições sociais, um espaço privilegiado para expressão da violência. Fatores socioeconômicos, ambientais, culturais, entre outros, podem configurar-se como estressores, aumentando a possibilidade da ocorrência de episódios violentos (ALGERI, 2008).

A compreensão deste fenômeno complexo exige, portanto, abertura para o aprofundamento da questão com a integração de esforços sob o ponto de vista de várias disciplinas, setores, organizações e comunidades. O trabalho requer dentre outras ações, o fortalecimento das famílias, investimento em educação, em saúde, em cultura, geração de renda, enfim, na promoção de formas de participação de crianças e famílias em seu âmbito social (BASTOS; ALCANTÁRA, 2004). Exige, também, que as pesquisas científicas forneçam informações essenciais para a implementação de políticas, estratégias de prevenção e métodos fidedignos para avaliação das ações.

1. Famílias e Conhecidos: inimigos ou protetores?

De acordo com os dados da tabela 2, entre os casos com registro da informação sobre cada variável, predominaram as vítimas do sexo feminino (54,8%), idade de 0 a 5 anos (53,9%) e; negras (89,1%). A maioria (82,0%) dos agressores foi representada por único perpetrador da agressão, era do masculino (70,3%), não refere o uso de álcool (76,9%). Verifica-se ainda que 48,3% dos agressores de crianças foram seus próprios pais, seguidos de conhecidos da vítima (30,7%).

Com os dados apresentados, o fenômeno da violência infantil no período estudado caracteriza-se como intrafamiliar ao privilegiar a residência como espaço de ocorrência da violência e neste sentido além do olhar sobre a família, são consideradas tanto as relações parentais quanto as condições de vida. Assim, procura-se deslocar o foco da relação agressor/vítima, para uma proposta de compreensão da violência intrafamiliar mais relacional e atenta a outros determinantes (individual, familiar, social, econômico e cultural) deste fenômeno. Nesta perspectiva, a família apresenta-se como uma unidade dependente, inserida num sistema social mais amplo, no qual a sociedade e a comunidade estão inscritos e os indivíduos em interação estão envolvidos num processo de interpretação da realidade que os rodeia (GARBARINO, 1977; BELSKY, 1980; BRONFENBRENNER, 1979).

Contudo, diante da diversidade de configurações familiares formam-se novos contornos e fronteiras e o modelo hegemônico tradicional de família passa a ser questionado. Dentre os aspectos que tiveram impacto sobre a família destacam-se: o aumento da expectativa de vida, proporcionando maior convívio entre as gerações e em paralelo a isso o desenvolvimento da solidariedade familiar intergeracional como recurso de enfrentamento para as demandas sociais e econômicas; a multiplicação de famílias monoparentais; o crescimento de mulheres chefes de famílias; o protagonismo dos avós na rede apoio; o aumento dos divórcios/separações e recasamentos são também indicadores das alterações pelas quais passa a vida familiar (BAPTISTA, et al, 2008).

Para fins deste trabalho a concepção antropológica para família é assumida, principalmente ao trazer uma dimensão mais simbólica, onde o dinamismo das relações é quem determina a história de um grupo familiar, desde a sua formação

até as dissoluções dos núcleos conjugais. Segundo Fonseca (2002), falar de relações familiares evoca um “conjunto de valores que dota os indivíduos de uma identidade e a vida em um sentido”. A autora complementa que para além dessa dimensão simbólica, a família também desempenha um papel na organização da vida cotidiana e na formulação de políticas públicas.

O valor “família” apresenta dimensões diferentes e estão estritamente relacionadas à categoria social. Os estudos de Duarte (1995) e Fonseca (1995a, 1995b) com famílias de camadas médias e grupos populares brasileiros, traduzem bem o valor de família e classe social. No modelo de família das camadas médias conformam a maioria das afirmações do senso comum do mundo contemporâneo ocidental. Existe uma ênfase na família conjugal centrada na unidade doméstica composta apenas por pai, mãe e filhos; uma importância da igualdade entre membros e a noção de amor gratuito, associado à ideia de escolha e o fluxo de riqueza é vertical, de pais para filhos.

Em contrapartida em grupos populares o modelo de família, tem como um dos seus elementos fundamentais a extensão das funções familiares, ou seja, para além das famílias conjugais são compartilhadas entre diversas unidades domésticas e nas quais se dividem complementarmente para educar, sustentar, oferecer um espaço de sociabilidade, etc; o fluxo da riqueza nestas famílias é circular, indo de pais para filhos e de filhos para pais.

É na sociabilidade construída cotidianamente que os diversos atores sociais vivem e convivem com seus iguais, participando de várias atividades em conjunto; principalmente quando estas estão voltadas para o lazer; se reunindo para resolver os problemas mais corriqueiros: como a falta de energia elétrica de algum morador ou socorrer algum vizinho que se encontra doente (neste caso, o vizinho se torna uma figura mais do que importante no convívio social). (ALMEIDA, 2011, p. 339).

Neste aspecto as atividades cotidianas que envolvem esse grupo propiciam uma rede mútua de ajuda e a identificação dos membros relevantes para a composição da rede familiar podem ser unidos por laços consanguíneos ou por afeto. Podendo assim ser definido um conceito para as dinâmicas/ relações familiares:

o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos,

territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo) (FONSECA, 2005).

Nos bairros periféricos, a própria configuração das casas proporciona o encontro e o contato entre as pessoas. Diferentemente dos locais economicamente privilegiados no qual o isolamento através de muros, cercas elétricas etc. caracterizam seu status e busca por privacidade e segurança. As relações de amizade e solidariedade entre vizinho-conhecidos nas camadas populares adquirem dinâmicas diversas. Podendo ser o vizinho àquele que partilha com a família atividades e situações do cotidiano, conferindo-lhe confiança e liberdade de circulação no ambiente doméstico (NORONHA, ALMEIDA, MALTEZ, 2012).

Esta rede de solidariedade abrange o cuidado para com as crianças, por muitas vezes a corresponsabilidade é dividida entre pais e vizinhos-conhecidos. Em muitas situações essas relações apresentam dois caminhos: o da segurança e confiança e o outro das intenções torpes. “Portanto, a figura do vizinho pode aparecer como fonte de segurança, mas também de receios, o que não deixa de ser ambíguo” (ALMEIDA, A., 2011, p. 350).

Os resultados apresentados apontam para o impacto da vitimização intrafamiliar, com a participação dos diferentes membros da família, assim como pessoas de confiança, do ciclo de convivência da vítima e família, enfatizando a magnitude do fenômeno. Vale ressaltar que, na medida em que a unidade familiar e o cortejo de amigos, vizinhos, pessoas de confiança estão envolvidos, o processo de revelação dos acontecimentos pode delongar e contribuir para graves consequências e perpetuação do ciclo de vitimização e revitimização (GONÇALVES, FERREIRA, 2002).

Contudo, ao compreender a fragilidade dos laços familiares e a distorção do papel de proteção, vínculo e acolhimento por parte de pais e/ou responsáveis pela interferência das diversas variáveis a apreensão do fenômeno da violência infantil no interior das famílias deve ser redimensionada. Considera-se que esses formatos familiares que fogem o padrão muitas vezes considerado como “famílias desestruturadas ou com disfunções familiares” são estereotipadas e a rede de proteção e cuidado a essas famílias por meio de uma escuta sensível, na

identificação de fragilidades e problemas vivenciados oferece uma oportunidade de reelaborar suas experiências no cuidado com os filhos e demais membros.

Tabela 2. Número e percentual de casos notificados* de violência contra crianças, segundo características selecionadas das vítimas e do agressor. Salvador - Bahia 2009-2015.

	N	%
Características		
VÍTIMAS		
Sexo (n= 1587)		
Feminino	869	54,8
Masculino	718	45,2
Idade¹(n= 1590)		
0 – 5	857	53,9
6 – 11	733	46,1
Raça/Cor (n=743)		
Branco	66	8,9
Negro	662	89,1
Outros ²	15	2,0
AGRESSOR		
Número de envolvidos (n=907)		
Um	744	82,0
Dois ou mais	163	18,0
Sexo (n=919)		
Masculino	646	70,3
Feminino	223	24,3
Ambos	50	5,4
Uso de álcool (n=542)		
Sim	125	23,1
Não	417	76,9
Vínculo com a vítima (n=579)		
Pais ³	280	48,3
Outros familiares ⁴	36	6,2
Conhecido ⁵	178	30,7
Desconhecido	69	12,0
Outros agressores ⁶	16	2,8
Local de ocorrência (n=778)		
Residência	579	74,4
Instituição de ensino e amparo	42	5,4
Ambiente Social	12	1,5
Via Pública	145	18,6

Fonte: Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), Secretaria de Saúde, Salvador - BA.*Referem-se apenas aos casos com registro da informação sobre cada variável. ¹ Faixa etária segundo ECA; ² Outros (amarelos e indígenas); ³Pais (pai, mãe e padrasto); ⁴Outros familiares (irmãos, filhos, cônjuge); ⁵Conhecido (ex-cônjuge, namorado, ex-namorado, cuidador, patrão); ⁶outros agressores (relação institucional, policial, própria pessoa).

2. Vítimas: crianças negras e do sexo feminino

Dentre as assimetrias reveladas na violência intrafamiliar, a discussão sobre gênero torna-se pertinente ao verificar que esse evento ocorre especialmente em mulheres e crianças.

Ainda vale ressaltar que as violações sexuais constituem experiências que vitimam o gênero feminino de modo desproporcional na infância e na adolescência, mantendo o padrão de ter como agressores parentes adultos, do sexo masculino, motivados por razões afetivo-sexuais e culturais. Quando adultas e inseridas no mercado de trabalho, as mulheres se tornam vítimas frequentes de assédio sexual, completando um quadro de revitimização, em que as tentativas de controle masculino sobre o exercício da sexualidade feminina ficam evidenciadas. (NORONHA; DOURADO, 2012, p. 152).

Os dados reforçam esta perspectiva teórica ao predominarem vítimas do sexo feminino (54,8%) e negras (89,1%). Complementarmente, quanto aos tipos de violências praticadas contra as crianças de Salvador, a violência física (44,7%) e a sexual (32,1%) predominaram. Estas violências exigiram encaminhamento das vítimas para o hospital (69,7%) com evolução para alta (95,5%), além de notificação em instituições de proteção e amparo, (56,2%), seguidas das delegacias e judiciário (23,9%), Tabela 3.

Estes dados corroboram com a pesquisa publicada utilizando os dados do Sistema VIVA para Feira de Santana, revelam que para a tipologia do evento, apontou maior frequência da violência sexual e psicológica no sexo feminino, na faixa da infância, perpetrada por familiar e conhecido da vítima (SOUZA, 2014). Esses achados traduzem as características da violência intrafamiliar, com impacto da vitimização cometida pela família e conhecidos, podendo ser amigos e vizinhos, com acesso ao domicílio e convívio social.

Partindo da premissa que a violência compromete o desenvolvimento biopsicossocial de crianças, a vitimização de meninas negras compõe um importante fator de desigualdade cumulativa, ou seja, a intersecção das questões raciais e de gênero fazem com que as meninas negras sofram dupla desigualdade em um mesmo tempo e espaço. Segundo Pinheiro (2004), as “múltiplas formas de discriminação social, em consequência da conjugação perversa do racismo e do

sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida”.

Este fenômeno da dupla discriminação que as meninas negras estão sujeitas acompanham outras faixas etárias de suas vidas. Os indicadores sociais como educação, emprego, trabalho e moradia apresentam uma desvantagem entre homens e mulheres e quando observado na população negra em detrimento aos brancos, a desvantagem é ainda mais elevada entre mulheres negras (ABRAMO, 2004). Alvos principais da violência intrafamiliar, tem-se na cor da pele a marca de uma marginalização histórica como desafio de sobrevivência. Os números de vítimas da violência é uma das expressões da desigualdade que afeta essa população. No período de 2006 e 2007 em Salvador, os homens pardos foram os principais agressores em todos os tipos de violência e as mulheres negras como as principais vítimas, principalmente nos casos de violência física e sexual (CAMARGO, et al, 2012).

No que se refere à violência sexual considera-se ainda um fenômeno feminino, onde as questões de gênero e autoritarismo moldam as condições de vida das famílias, relações afetivas, sexuais e representações sociais do feminino e masculino. As motivações do agressor além do desejo abrangem questões relacionadas ao poder do mais experiente em detrimento do outro (RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2004). Ressalta-se que o poder e hierarquia são categorias inseridas no significado da violência, ao trazer consigo valores culturais enraizados, como o patriarcado. Indica um poder que produz domínios e rituais de verdade com a intenção de adestrar, de impor uma “docilidade-utilidade” com o objetivo de manter a dinâmica cultural de sujeição entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2001).

Quanto à violência física é caracterizada pela presença de marcas corporais visíveis e de fácil identificação. Segundo Minayo (2002, pg. 104), este tipo de violência “permanece gravada no mais íntimo do ser e os efeitos da punição permeiam seus pensamentos e nossa cultura”. A expressão de abuso de poder por pais e responsáveis coisificam as crianças, fazem delas objetos de desrespeito e práticas violentas. Sob o ponto de vista da tolerância social, essa correlação é facilmente vista em torno da violência física e da coerção psicológica, onde a agressão é justificada como processo educativo (MOREIRA E SOUZA, 2012).

Tabela 3. Número e percentual de casos notificados* de violência contra criança, segundo características selecionadas da agressão, encaminhamentos e evolução. Salvador – Bahia, 2009 – 2015.

Características	N	%
Tipo de violência (n=1518)		
Física	678	44,7
Sexual	487	32,1
Negligência/Abandono	231	15,2
Psicológica	122	8,0
Meio de agressão (n=854)		
Força corporal	361	42,3
Objetos ¹	241	28,2
Envenenamento	18	2,1
Arma de fogo	105	12,3
Ameaça verbal	129	15,1
Tipo de lesão (n= 623)		
Corte/perfuração/laceração	300	48,1
Entorse/luxação/contusão	196	31,5
Traumatismos	78	12,5
Intoxicação	24	3,8
Queimaduras	25	4,0
Parte do corpo atingida (n= 703)		
Crânio/face/pescoço	331	47,1
Tronco	56	8,0
Membros Superiores e Inferiores	130	18,5
Órgãos genitais	112	15,9
Múltiplas regiões	74	10,5
Recorrência (n=631)		
Sim	249	39,5
Não	382	60,5
Encaminhamentos e Evolução		
Para o setor saúde (n=875)		
Ambulatorial	265	30,3
Internação hospitalar	610	69,7
Para outros setores (n=276)		
Inst. de Proteção e Amparo à criança e adolescente	155	56,2
Delegacias e Judiciário	66	23,9
Centros de Referências	6	2,2
Instituto Médico Legal	49	17,7
Evolução (n=776)		
Alta	741	95,5
Evasão/Fuga	15	1,9
Óbitos ²	20	2,6

Fonte: Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), Secretaria de Saúde, Salvador - BA. *Referem-se apenas aos casos com registro da informação sobre cada variável. ¹Objetos (contundente, perfuro-cortante e quente); ²Óbitos (por violência e outras causas).

Considerações Finais

O aumento da incidência da violência no período estudado, bem como a maior frequência de vitimização entre meninas negras por violência física e sexual no ambiente doméstico por familiares e conhecidos. Refletem toda a cultura de violência, a fragilidades das famílias e a objetificação da infância por meio de experiências traumáticas com aqueles que deveriam ser referência na formação enquanto sujeito social saudável.

A complexidade deste problema que inicia na identificação dos casos requer atenção sobre a família e o contexto social no qual as crianças estão inseridas. Famílias vulneráveis com um histórico de negação de oportunidades, encobertas por supostas concepções baseadas em incapacidades escolares, baixa capacidade de competitividade para o mercado formal e de outras atribuições de incompetências sociais coloca as famílias numa tensão direta e ambígua entre ser o problema causador da violência ou ainda sob a ótica do risco, como o principal elemento a sofrer atos de violência.

Na perspectiva do Setor Saúde, o VIVA contribui para ampliação do conhecimento sobre a vitimização da violência no âmbito infantil. Por meio deste sistema de informação é possível realizar o monitoramento das taxas de violência e consequentemente auxílio à políticas, programas e práticas de prevenção e proteção à criança. A articulação do Setor Saúde com o Sistema de Garantias de Direitos atua no enfrentamento da violência, cabendo o desafio da identificação, notificação e encaminhamentos dos casos com desfechos mais resolutivos com vias de proteção e defesa dos direitos aos grupos mais vulneráveis (SOUZA et al, 2014).

Deste modo, importa abordar o fenômeno da violência intrafamiliar no segmento infantil focalizando o olhar sobre as vítimas e suas famílias, observando os impactos no desenvolvimento psico-afetivo e social infantil e familiar, objetivando a prestação de atendimento adequado, alívio do sofrimento e o pensar nos modos de prevenir as ocorrências, através de uma perspectiva ampliada de fazer saúde.

As limitações deste estudo referem-se a incompletude dos campos de preenchimento da ficha VIVA; subnotificação dos casos por parte dos profissionais de saúde e pouca ou quase nenhuma captação dos casos em serviços privados.

Referências

- ABRAMO, L. **Perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas**. Mercado de Trabalho. Brasília: IPEA, 2004.
- ALGERI, S. A violência na família. **Polêmica revista eletrônica**, Rio de Janeiro, 2008.
- ALMEIDA, A. P. Sociabilidade, cotidiano e vizinhança em um bairro popular de João Pessoa/pb. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v.10, n. 29, p.338-353, ago, 2011.
- ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978
- BAPTISTA, M. V. et al. A necessidade de conhecer as famílias e os caminhos percorridos. In: FAVERO, E. T.; VITALE, M. A. F.; BAPTISTA, V. M. (Orgs). **Famílias de crianças e adolescentes abrigadas: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Ed. Paulus, 2008.
- BARROS, A. S.; FREITAS, M.F.Q. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores. **Pensando Famílias**, v.19, n.2, p. 102-114, dez. 2015.
- BASTOS, A. C. S.; ALCÂNTARA, M. A. R. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes sujeitos à violência intrafamiliar. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência faz mal à saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.
- BELSKY, J. Child maltreatment: an ecological integration. **American Psychologist**, United States, v. 35, n. 4, p. 320 – 335, apr. 1980.
- BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e o adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 de jul. 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Viva: vigilância de violências e acidentes, 2006 e 2007**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BREENA, A.; DANIELSB, K.; TOMLINSONA, M. Children's experiences of corporal punishment: A qualitative study in an urban township of South Africa. **Child Abuse & Neglect**, v.48, p. 131–139, 2015.
- BRONFENBRENNER, U. **The experimental ecology of human development**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

CAMARGO, C. L.; SANTOS, L.; LACERDA, R. S.; TACSI, Y. C. Reflexões sobre a violência vivenciada por crianças e adolescentes negros. In: BATISTA, L. E.; WERNECK, J.; LOPES, F. (Org). **Saúde da População Negra**. Brasília, ABPN, 2012.

CEZAR, P. K.; ARPINI, D. M.; GOETZ, E. R. Registros de Notificación Obligatoria de Violencia contra Niños y Adolescentes. **Psicol. Ciênc. Prof.** , 37 (2): 432-445, 2017.

DUARTE, L. F. D. Horizontes do individuo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Orgs). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

FONSECA, C. Caminhos da Adocao. São Paulo: Cortez, 1995a.

FONSECA, C. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (Orgs). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995 b.

FONSECA, C. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: E. R. ALTHOFF; I. ELSEN; R. G. NITSCHKE (Orgs). **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Papa-livro, 2004, p. 55-68.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.14, n.2, p.50-59, maio/ago, 2005.

GARBARINO, J. The human ecology of child maltreatment: a conceptual model for research. **Journal of Marriage and Family**, v. 39, p. 721-736, 1977.

GOMES, R. et al. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. **Cad Saúde Pública**, v.18, n.3, p. 707-714, 2002.

GONÇALVES, H. S.; FERREIRA, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cad Saude Publica**, v. 18, n.1, p. 315-319, 2002.

KISH, A. M.; NEWCOMBE, P. A. Smacking never hurt me! Identifying myths surrounding the use of corporal punishment. **Personality and Individual Differences**, p.121–129, 2015.

MINAYO, M. C. S. O significado social e para a saúde da violência contra crianças e adolescentes. In: WESTPHAL, M. F. (Org). **Violência e criança**. São Paulo: Edusp, 2002.

MOREIRA, M. I. C.; SOUSA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**, 2012.

NOGUCHI, M.S.; ASSIS, S.G.; SANTOS, N.C. Entre quatro paredes: atendimento fonoaudiológico a crianças e adolescentes vítimas de violência. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p. 963-973, 2004.

NORONHA, C. V; ALMEIDA, A. O. ; MALTEZ, J. C. M. Corpos frágeis: violência sexual contra vítimas infanto-juvenis. In: NORONHA, C. V; ALMEIDA, A. O. (Org). **Violências intencionais contra grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2012.

NORONHA, C. V; DOURADO, S. Violência intencional entre parceiros íntimos no contexto baiano. In: NORONHA, C. V; ALMEIDA, A. O. (Org). **Violências intencionais contra grupos vulneráveis: crianças, adolescentes, adultos jovens, mulheres e idosos**. Salvador: Ed. EDUFBA, 2012.

PINHEIRO, L. et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 3 ed. Brasília: IPEA, UNIFEM, 2008.

RATES, S.M.M.; MELO, E.M.; MASCARENHAS, M.D.M.; MALTA, D.C. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n.3, p.655-665, 2015.

RIBEIRO, M. A.; FERRIANI, M. G. C.; REIS, J. N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas a vitimização nas relações familiares. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 2, p. 456-64, 2004.

RIBEIRO, C. S.; COELHO, L.; MAGALHÃES, T. Comparing corporal punishment and children's exposure to violence between caregivers: Towards better diagnosis and prevention of intrafamilial physical abuse of children. **Journal of Forensic and Legal Medicine**, p. 11-17, 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, p.115-136, 2001.

SOUZA, C. S. et al. Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes/VIVA e a notificação da violência infanto-juvenil, no Sistema Único de Saúde/SUS de Feira de Santana-Bahia, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.19, n.3, 2014.

3 ARTIGO 2 – A VULNERABILIDADE DE FAMÍLIAS Á VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO CONTEXTO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO EM TERRITÓRIOS MARGINAIS

Resumo

Analisar as narrativas de uma família residente em uma área de risco para violência intrafamiliar no segmento infantil tendo como referência a concepção de vulnerabilidade social de Kaztman et al (1999). A identificação das áreas de risco foi realizada a partir de um estudo espacial e teve como unidade de análise os bairros de Salvador. Os dados dos casos foram obtidos do Sistema VIVA e foram calculadas taxas brutas e suavizadas de incidência de violência intrafamiliar contra a criança pelo método Bayesiano Empírico Local. Os bairros Calabar, Alto das Pombas, Comércio, Centro Histórico, Liberdade e Uruguai apresentaram clusters espaciais de alto risco (alto – alto) para a violência infantil. O bairro Alto das Pombas foi escolhido como campo para o estudo de caso. Quanto a análise da estrutura de oportunidades nos três níveis (macro, médio e micro) pôde-se afirmar que o acesso ao Bolsa Família, escola, Estratégia de Saúde da Família, ONG, rede de vizinhos e a busca por emprego são capacidades de resposta positivas para a redução da vulnerabilidade, porém insuficientes para a mobilidade social e boa qualidade de vida. A intervenção em territórios (fortalecimento das potencialidades locais, movimentos sociais, organização das comunidades no acesso a bens e serviços) tidos como potenciais espaços para a violência intrafamiliar, devem ser desenvolvidas para que os processos sociais se realizem de forma menos perversa e as mudanças ocorram, oportunizando territórios com novas identidades.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Análise Espacial; Violência; Família; Criança.

Abstract

To analyze the narratives of a family residing in an area of risk for intrafamilial violence in the child segment, based on the conception of social vulnerability of Kaztman et al (1999). The identification of risk areas was performed through a spatial study and had as a unit of analysis the neighborhoods of Salvador. Case data were obtained from the VIVA System and gross and smoothed incidence rates of intrafamilial violence against children were calculated by the Local Empirical Bayesian method. The Calabar, Alto das Pombas, Comercio, Centro Historico, Liberdade, and Uruguay neighborhoods have high - risk (high - high) space clusters for child violence. The Alto das Pombas neighborhood was chosen as a field for case study. As for the analysis of the opportunity structure at the three levels (macro, medium and micro), it could be stated that access to Bolsa Família, school, Family Health Strategy, NGO, neighbors network and job search are responsive capabilities. positive for reducing vulnerability but insufficient for social mobility and good quality

of life. Intervention in territories (strengthening local potentialities, social movements, organizing communities in access to goods and services), considered as potential spaces for intrafamilial violence, should be developed so that social processes take place less perverse and change takes place. , providing opportunities for territories with new identities.

Keywords: Social Vulnerability; Spatial analysis; Violence; Family; Child.

Introdução

Os eventos violentos que envolvem as crianças dentro do ambiente familiar é uma questão complexa e produz repercussões psicossociais, cognitivas e comportamentais danosas, cuja gravidade depende da frequência, intensidade e vínculo com o agressor (COSTA, et al, 2007). Dentre a complexidade do fenômeno nas sociedades modernas, tem-se observado que o aumento das desigualdades sociais contribui para mudanças no modo de vida das pessoas. Santos (1999, p. 19) entende que a violência é resultado de diversos fatores sociais que atuam “[...] sobre os indivíduos e a resposta individual não depende apenas de atributos individuais, mas de características socioeconômicas, demográficas e culturais dos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem”.

A desigualdade social produz fortes impactos nos espaços urbanos, sendo um elemento estruturante para a formação de territórios¹ marginais. De forma excludente e atendendo a lógica capitalista no desenvolvimento das cidades, os espaços urbanos, bem como as relações sociais são fragmentados. Nesta perspectiva, o território urbano é claramente dividido em áreas elitizadas das classes dominantes; as áreas periféricas das classes populares e entre elas o espaço da classe média, constituindo por sua vez um espaço fragmentado, porém articulado (FERREIRA; PENNA, 2005). Ao se referir as áreas periféricas (territórios marginais) os mesmos autores reforçam que nesses espaços predominam a cultura da pobreza, a ineficiência do Estado e das instituições públicas, correspondendo a menos acesso aos recursos e oportunidades dos quais a sociedade dispõe.

¹ Para fins deste trabalho, assume-se a perspectiva teórica de Milton Santos (2008) para território e espaço. Segundo este autor define-se espaço como um conjunto de relações entre os objetos. Este mesmo espaço é por sua vez, resultado das ações dos homens, somadas às forças produtivas e os meios de produção (HARVEY, 2005). Neste sentido, as dimensões sociais do território (extensão apropriada e usada), materializam a sua territorialidade pelo viés político, econômico e cultural.

É válido salientar que nos territórios marginais, periféricos as condições sociais afetam negativamente as pessoas, comunidades e/ou lugares, estabelecendo uma relação direta entre pobreza e vulnerabilidade social (RODRÍGUEZ, 2000). Apesar da articulação entre os temas é importante sinalizar que as medidas de pobreza estão centradas na privação, ausência de renda, existe por sua vez um processo de debilidades que dificultam ou até mesmo anulam as possibilidades de trocas materiais e simbólicas. Em contrapartida a noção de vulnerabilidade faz referência às condições dos indivíduos, lugares e/ou comunidades que tem maior probabilidade de serem afetados de forma negativa e com menor capacidade de resposta diante do contexto (BUSSO, 2001).

Dessa forma, a vulnerabilidade social é identificada com um conjunto limitações ou desvantagens que as pessoas encontram para acessar ativos, desigualmente distribuídos na sociedade. Nesta abordagem de "ativos e vulnerabilidade", Moser (1998)² sugere que a definição de políticas sociais focadas em oportunidades promova o acesso aos ativos pelas famílias pobres, bem como o fortalecimento da sua própria lógica de gestão. A vulnerabilidade passa a ser compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam eles econômicos culturais ou sociais, que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento (MONTEIRO, 2011).

O modelo de Kaztman (et al 1999, Kaztman 2000) para abordar a vulnerabilidade avança em relação aquele desenvolvido por Moser (1998), ao incorporar a ideia de *estrutura de oportunidades* em articulação com os *ativos* domiciliares/familiares (BILAC, 2006). Espera-se assim ampliar a capacidade preditiva e preventiva de situações de risco, minimizando assim a produção de contextos vulnerabilizantes. Elemento especialmente estratégico desde a perspectiva da atuação da rede de proteção social.

Os *ativos* correspondem ao conjunto de recursos, tangíveis ou intangíveis, que são controlados por indivíduos e famílias, e cuja mobilização permite melhorar

² No estudo seminal de Moser (1998), a categoria teórica 'asset/vulnerability framework' apontou que os riscos de mobilidade social descendentes não se apresentavam apenas para a população pobre, mas para a sociedade em geral, uma vez que a desproteção e a insegurança transcendem a capacidade de satisfação das necessidades básicas. Outro aspecto importante nos estudos da referida autora é a consideração dos ativos (recursos/ estratégias) individuais como condicionantes do grau de vulnerabilidade, ou seja, como um conjunto de recursos que podem ser administrados para melhorar o nível de bem-estar, bem como a superação de situações adversas.

sua situação de bem-estar, evitar a deterioração de suas condições de vida ou diminuir sua vulnerabilidade (KAZTMAN, 2000, p. 294). A *estrutura de oportunidades*, por sua parte, diz respeito às fontes de renovação e acumulação dos ativos necessários para participar plenamente da sociedade (KAZTMAN; FILGUEIRA, 2006).

Temos então um enfoque que dimensiona não apenas os *ativos* nos domicílios e a capacidade da família de mobilizá-los, como também, o modo como estes elementos se articulam às lógicas de produção, sem perder de vista como se dá a distribuição de ativos em uma dada sociedade. Seguindo esta lógica, a vulnerabilidade é traduzida por “situações que surgem quando as configurações de recursos que controlam e podem movimentar os domicílios não são suficientes para aproveitar as estruturas de oportunidade de acesso ao bem-estar” (KAZTMAN; FILGUEIRA, 2006).

Em que pesem as diferenças conceituais ou de perspectiva de análise, convém reconhecer que, na realidade social concreta, pobreza e vulnerabilidade social encontram-se imbricados, o que observa também quando se trata de analisar a violência em um dado território. Gey Espinheira (2000, p.35) destacou este aspecto a partir de estudos realizados na periferia de Salvador. “Ser pobre em Salvador [...] tornar-se, frequentemente, vítima e simultaneamente cúmplice da violência, pois a pobreza neste tipo de sociedade desprovida da atenção do Estado cria um ambiente em que a violência encontra condições próprias de prosperar”.

Ao considerar a natureza multifacetada da violência vislumbra-se a oportunidade de se mapear áreas de risco (territórios marginais) para a violência intrafamiliar. A análise de agregados espaciais proporciona uma compreensão mais adequada da violência intrafamiliar ao reconhecer a influência do contexto social ou de certos riscos individuais como desemprego, ausência de recursos que permitam acesso à saúde, educação, entre outros. Tais riscos podem influenciar na utilização de práticas violentas por parte das famílias.

Por outro lado, cabe levar em conta as críticas a abordagens deterministas do conceito de risco, apontadas especialmente em estudos sobre resiliência (França et al, 2002). Se, de uma parte, é preciso considerar os riscos ocasionados pela pobreza, incluindo suas repercussões no ambiente e nas relações familiares (CARIRANHA et al, 2014) de outra, é igualmente necessário reconhecer as

dinâmicas próprias dos territórios marcados pela pobreza, assim como a capacidade de enfrentamento das comunidades ou famílias afetadas.

Neste sentido, para se investigar o fenômeno da violência intrafamiliar, deste uma perspectiva especializada, considera-se especialmente oportuno seguir por uma via analítica que articule os conceitos de território e vulnerabilidade social, ancorados em concepções que favoreçam a compreensão da complexidade inerente a ambos, assim como as suas imbricações.

Guiado por essa perspectiva analítica, em especial as concepções de território de Milton Santos (2008) e de vulnerabilidade social de Moser (1998), Kaztman et al. (1999, 2000), este artigo tem como objetivo analisar a narrativa de uma família residente em uma área de risco para violência intrafamiliar no segmento infantil tendo como referência a concepção de vulnerabilidade social de Kaztman et al (1999). A identificação das áreas de risco foi possível após descrever a existência de associação entre a distribuição espacial para este tipo de violência e determinantes das condições de vida.

Métodos

Inicialmente, para identificar áreas de maiores riscos para a violência intrafamiliar contra a criança bem como variáveis associadas a este evento, realizou-se um estudo de agregados espaciais tendo como unidade de análise os bairros de Salvador (BA), no período 2009-2015. Estes correspondem a 161 áreas em que o território foi subdividido pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). Os dados dos casos foram obtidos do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes – VIVA e disponibilizados pelo Serviço de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador.

A seguir, os endereços de residência das crianças vítimas de violência foram georreferenciados pelos 161 bairros da cidade do Salvador, em coordenadas geográficas, utilizando o Google Earth versão 6.2. Endereços indicando “próximo a” foram excluídos, dentre eles as áreas Estrada Velha do Aeroporto e Centro Administrativo da Bahia, por não haver residentes nestes locais. Os casos foram agregados por cada bairro e calculadas as taxas brutas de incidência/10.000 crianças, indicador que mede o risco de um indivíduo vir a apresentar uma doença

ou agravo relacionado à saúde. Visando minimizar a sua instabilidade e eliminar a flutuação aleatória, foi necessário realizar a suavização das taxas pelo método Bayesiano Empírico Local.

A identificação de padrões na distribuição espacial das taxas suavizadas foi feita mediante análise exploratória a partir da inspeção visual da sua distribuição por bairro em mapas temáticos construídos com o Programa QGis 2.18. A existência de autocorrelação espacial entre as taxas de incidência suavizada e identificação de áreas de risco foram realizadas empregando-se, respectivamente, o Índice Global de Moran e o Indicador Local de Associação Espacial (LISA – *Local Indicator of Spatial Association*), com base na matriz de vizinhança gerada com os vizinhos de primeira ordem, utilizando o programa GeoDa, admitindo nível de significância de 0,05.

O recurso estatístico da autocorrelação espacial, através dos índices de Moran global e Moran local (LISA) foram utilizados para medir a relação entre observações com proximidade espacial, considerando que observações próximas espacialmente possuam valores parecidos (NASCIMENTO et al, 2007). Os indicadores globais de autocorrelação espacial (Moran global) fornecem uma única medida para o conjunto de todos os municípios, caracterizando toda a região de estudo. Os padrões de distribuição dos indicadores foram examinados por meio do Moran local (LISA), produzindo um valor específico para cada bairro, permitindo a visualização de aglomerados com valores similares para os indicadores selecionados.

A existência de relação entre a distribuição das taxas de incidência de violência contra criança (variável dependente), por bairro, e as variáveis selecionadas (proporção de homens por domicílio; proporção de mulheres por domicílio; proporção de crianças por domicílio; proporção de pessoas que recebem até ½ salário mínimo por domicílio, renda 2: proporção de pessoas que recebem de ½ a 1 salário mínimo por domicílio e escolaridade – aqueles alfabetizados com 15 anos ou mais) foi avaliada mediante análise de regressão espacial linear do tipo CAR (Conditional Auto Regressive).

A partir do estudo espacial, áreas de risco (bairros) para a violência intrafamiliar no segmento infantil foram identificadas. Considerou risco a probabilidade de uma criança vir a sofrer violência do tipo física, sexual, negligência ou psicológica, dada a uma associação de fatores, por exemplo, as desigualdades

sociais ou ser morador de uma área periférica. Dentre os bairros, o Alto das Pombas foi escolhido como campo para o estudo de caso, em razão dos elevados índices de violência intrafamiliar e também pelo estigma “bairro pobre ou de pobre”. O bairro Alto das Pombas está localizado na área da Federação. Popular e apresenta características marcantes como: mercadinhos, lojinhas, quitandas, idosos jogando dominó e uma igreja no largo central. A rua central é apertada, de muitos engarrafamentos e nos leva a quatro locais importantes dentro bairro: a Unidade de Saúde Família, a Escola Municipal, a Igreja e a Lavanderia Comunitária que também é sede do Grupo de Mulheres.

Na escola municipal do bairro, em conjunto com a diretora, foram explicados os objetivos e as atividades da pesquisa a serem desenvolvidas na escola. Após este contato a proposta de atividades foi encaminhada à Secretaria Municipal de Educação para fins de consentimento e aprovação, obtida resposta favorável do referido setor foram agendados os encontros, em horários livres da turma, para que não atrapalhassem a rotina de atividades da classe. Foram realizadas na escola duas dinâmicas interativas com desenhos e para esta etapa da pesquisa contou com a participação de 22 crianças, com faixa etária compreendida entre 8 e 11 anos de idade, discentes do terceiro ano do turno vespertino. A seleção do terceiro ano por parte da diretora e em comum acordo com a professora da turma e a pesquisadora, ocorreu de forma intencional e justifica-se pelo fato de ter havido casos de violência intrafamiliar naquela turma, vislumbrou-se a possibilidade de estreitamento de diálogos entre as famílias, a escola e as crianças sobre a temática.

Durante as dinâmicas foram selecionadas quatro crianças que apresentaram características de agressividade, marcas físicas, introspecção e atraso escolar, todas sinalizadores de abusos infantis. Vale registrar que a identificação de tais características foi com base na publicação do Ministério da Saúde, Violência faz mal à saúde que objetiva informar profissionais de saúde, gestores e instituições parceiras sobre a violência infantil (BRASIL, 2006). Após esta seleção das crianças e suas respectivas famílias, a direção da escola foi comunicada e foi solicitada por intermédio da escola, uma visita dos pais e ou responsáveis à escola para que fossem explicados os objetivos da pesquisa e autorização para realização das visitas e entrevistas domiciliares. A família Santos foi escolhida para participar do

estudo, pois foi identificadas características de agressividade e atraso escolar por parte da criança nas dinâmicas realizadas.

A visita à casa da genitora foi intermediada pela agente escolar e pela zeladora escolar, ambas tinham uma boa relação com a família. Neste primeiro encontro fui apresentada, os objetivos da pesquisa foram explicados e foi solicitada a permissão para realização das visitas e entrevistas domiciliares. Com seu consentimento, foram agendados os encontros e realizados de acordo com a conveniência da família. Foram realizados 5 encontros com média de duração de 3 horas e as entrevistas foram realizadas com a mãe-solo e seus 5 filhos. A filha mais velha, casada, morava em outro domicílio e apesar do agendamento não foi possível realizar a entrevista. A proposta metodológica para as entrevistas foi a do tipo narrativa, iniciadas com a seguinte motivação: *Conte-me como foi a sua infância e adolescência com seus pais e como se relaciona com seus filhos?* Esta pergunta foi direcionada a genitora. Para as crianças e adolescentes a motivação foi: *Como é seu relacionamento com seus pais?*

Por questões éticas, os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios atribuídos pela pesquisadora. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) do Instituto de Saúde Coletiva – ISC da Universidade Federal da Bahia - UFBA (CAAE 70601417.0.0000.5030.) em atendimento aos princípios éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e Discussão

1. Territórios soteropolitanos da violência intrafamiliar no contexto infantil

A violência apresenta padrões de concentração espacial, cuja incidência associa-se com disparidades econômicas, sociais e demográficas. Esta condição de territorialidade é fundamental para a compreensão da estrutura urbana e social de Salvador. Cidade projetada com base na falha geológica foi dividida simbólica e territorialmente em cidade alta e baixa e o modo de produção vigente (capitalismo), a inerente divisão de classes, do trabalho e as distinções sociais compuseram socialmente o território baiano. Apesar da imagem de cidade alegre, festiva,

democrática racialmente, pode-se afirmar que Salvador é violenta, especificamente no segmento infantil, confirmada pelos indicadores analisados com os dados do VIVA e a concentração deste tipo de violência encontra-se em territórios/lugares marginais ratificando as conclusões teóricas sobre o fenômeno.

Os *lugares marginais*, portanto, são os espaços sociais da violência, constituídos pelo produto de forças interativas cotidianas onde os indivíduos, enquanto agentes, engendram um conjunto de perspectivas e parâmetros que regem sua conduta. As invasões/favelas e bairros periféricos são espaços constituídos de múltiplos lugares, dentre eles aqueles onde o desassossego e o medo tencionam as relações sociais e se caracterizam como lugares marginais. Estas localidades, suburbanas periféricas, também figuram as páginas dos jornais que alarmam a crescente violência que assola a extensão de todo o lugar da pobreza, e neste sentido se faz presente no cotidiano e imaginário da cidade como o espaço social da violência e criminalidade (SANTOS, 2004, p. 165).

Para a análise espacial, realizada com os endereços dos casos, registrados na ficha VIVA de violência, houve uma perda 1,9%. O risco de sofrer violência infantil dentre as diversas manifestações – física, sexual, psicológica e negligência – varia entre as crianças moradoras de certas áreas do que para outras. A Figura 1 mostra que as mais elevadas taxas suavizadas de incidência de casos notificados de violência contra criança encontram-se nos bairros Centro Histórico, Alto da Terezinha, Vale das Pedrinhas, Boa Vista de Brotas e Calçada com valores variando entre 22,7 a 39, 1/10 mil crianças.

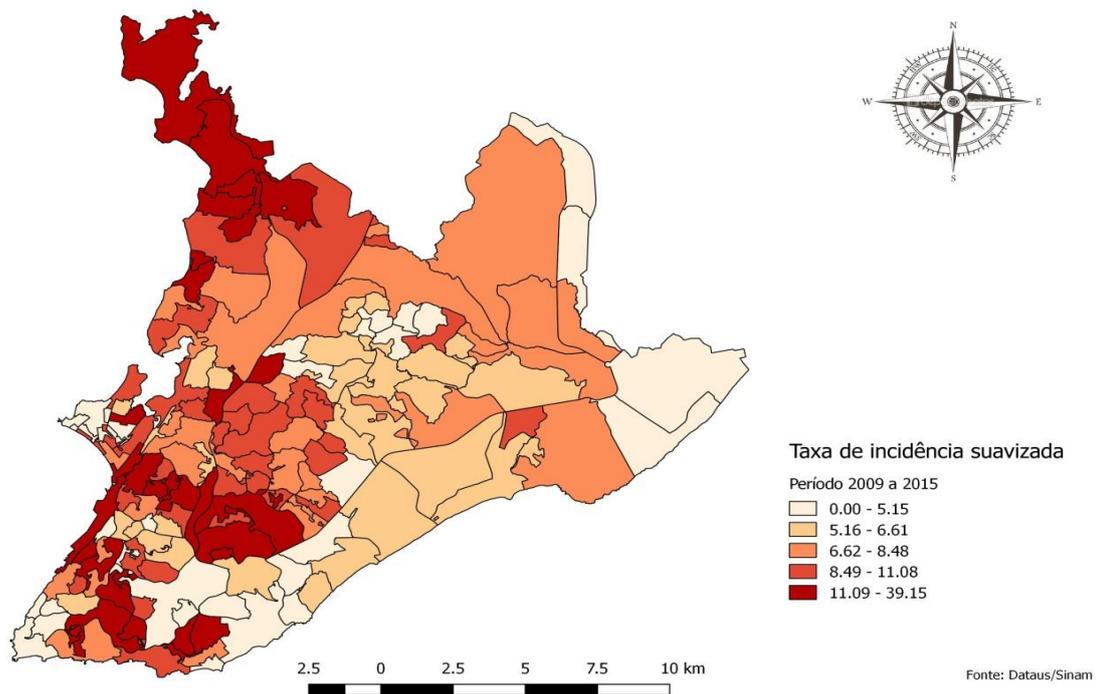


Figura 1. Distribuição espacial da taxa suavizada de incidência/10.0000 de violência contra criança por bairro de residência. Salvador, 2009-2015.

O índice de Moran global ($I = 0,27$, $p = 0,001$) indicou existência de autocorrelação espacial entre as taxas de incidência suavizadas por bairro no período. A Figura 2 mostra que existem quatro grandes aglomerados com índices LISA estatisticamente significantes.

Um deles, formado por bairros como Barra, Canela, Vitória, Monte Serrat, Bonfim, Pituaçu, Boca do Rio, Armação, Costa Azul, São Marcos, Sete de Abril, Castelo Branco e Cajazeiras que apresentam clusters espaciais de baixo risco (baixo-baixo) para a violência infantil, variando de 1,2 /10 mil crianças (Bonfim) a 10,4/10 mil crianças (São Marcos). Outro aglomerado foi formado pelos bairros Calabar, Alto das Pombas, Comércio, Centro Histórico, Liberdade e Uruguai que apresentaram clusters espaciais de alto risco (alto – alto) para a violência infantil, variando de 11,7/10 mil crianças (Liberdade) a 27,1/10 mil crianças (Centro Histórico).

Apesar do fenômeno da violência infantil atingir todas as classes sociais, os resultados mostram que crianças que residem em bairros populares e/ou periféricos

apresentam maior risco de serem violentadas. Os contextos de acentuadas desigualdades sociais, econômicas e de carências na infraestrutura e de serviços coletivos de necessidade básica, indicam a existência de uma correlação entre as taxas de violência infantil e o território urbano, embora a intensidade dessa associação possa variar no tempo e no espaço. Estes dados corroboram com os resultados da distribuição espacial da violência sexual infanto-juvenil em Manaus (RIBEIRO, 2011). Segundo o referido autor, esta violência tem forte ligação com as carências de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços, constituindo espaços segregados e de maior vulnerabilidade do fenômeno.

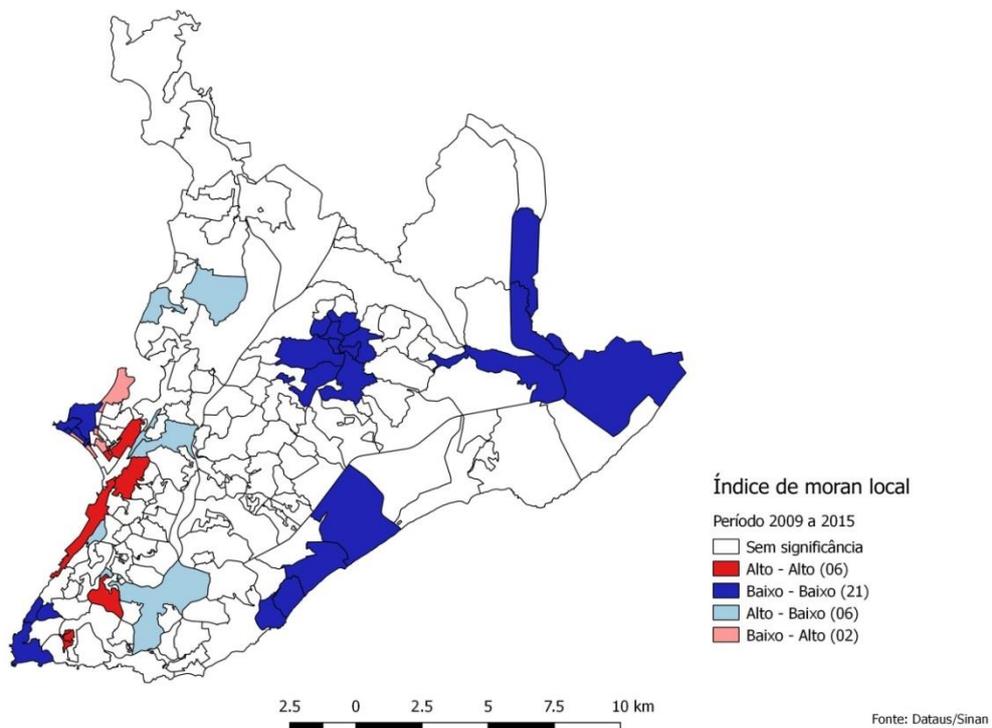


Figura 2. Padrões de autocorrelação espacial das taxas suavizadas de violência contra criança. Salvador, Bahia 200-2015.

Na tabela 1, verificam-se os resultados da modelagem espacial, demonstrando uma associação positiva estatisticamente significativa entre a taxa de violência infantil e variáveis determinantes da condição de vida no período estudado. No modelo bruto, as associações significantes foram entre: proporção de homens no domicílio ($\beta = 0,063$; $p=0,021$), a proporção de pessoas que recebem até $\frac{1}{2}$ salário ($\beta = 0,074$; $p=0,002$) e aqueles alfabetizados com 15 anos ou mais ($\beta = 0,010$;

$p=0,010$). No modelo ajustado final, as variáveis: homens no domicílio ($\beta = 0,062$; $p=0,036$) e receber até $\frac{1}{2}$ salário ($\beta = 0,011$; $p=0,000$), apresentaram um efeito de aumento na taxa de violência infantil.

Assim, em média a cada aumento de 1% de homens por domicílio e de pessoas que recebem até $\frac{1}{2}$ salário, há um aumento de 0,062 e 0,011 por 1000 na taxa de violência infantil, respectivamente. As variáveis, proporção de crianças do domicílio ($\beta = -0,045$; $p=0,012$) e escolaridade ($\beta = -0,022$; $p=0,024$) apresentaram uma associação negativa estatisticamente significativa, ou seja, em média a cada incremento de 1% na proporção de crianças na residência e aumento da escolaridade, há uma redução média de 0,045 e 0,022 por 1000 na taxa de violência infantil.

Tabela 1. Associação entre taxa de violência infantil e condições de vida. Salvador - Bahia 2009-2015.

Variáveis	Bivariado		Modelo Multivariado bruto		Multivariado final	
	β	p	β	p	β	p
Prop. de mulheres no domicílio	- 0,015	0,000	0,009	0,148		
Prop. de homens no domicílio	-0,007	0,962	0,063	0,021	0,062	0,036
Prop. de crianças no domicílio	0,070	0,039	- 0,040	0,093	- 0,045	0,012
Prop. de pessoas que recebem até $\frac{1}{2}$ salário	0,010	0,000	0,074	0,002	0,011	0,000
Prop. de pessoas que recebem até 1 salário	0,008	0,000	0,098	0,121		
Escolaridade	-0,070	0,012	0,010	0,010	- 0,022	0,024

Fonte: Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), Secretaria de Saúde, Salvador – BA.

A presença do homem no ambiente domiciliar aponta ser um fator agravante para a violência infantil ($p=0,036$). Este elemento sugere questionamentos em torno da figura masculina na família, na sociedade e na educação dos filhos, especialmente as meninas, pois se associam as questões de gênero, herança do patriarcado e machismo ao legitimar a força dos abusos em relação à mulher e as crianças (SAFFIOTI, 2001). De acordo com dados do VIVA, para Feira de Santana – Bahia revela que as maiores proporções de violência sexual e psicológica ocorreram

no sexo feminino, na faixa da infância, perpetradas por um familiar e/ou conhecido da vítima (SOUZA et al, 2014).

Os contextos de vulnerabilidade social, econômica e simbólica contribuem para as práticas violentas, apontando para a multicausalidade do fenômeno. A vulnerabilidade social relaciona-se a exclusão de crianças e suas famílias das possibilidades da convivência em territórios institucionais e comunitários. A pobreza e a dificuldade de acesso a recursos (vulnerabilidade econômica) não podem justificar a prática da violência, porém as condições precárias atravessam os laços afetivos ora fortalecendo por meio da solidariedade, ora enfraquecendo pelo elevado grau de baixa autoestima entre pais e filhos, provocando intolerância, reações violentas ao estado de desamparo e carência. E por fim a “vulnerabilidade simbólica revela a fragilização da posição de autoridade e de referência dos pais e responsáveis pelas crianças” (MOREIRA; SOUZA, 2012).

O olhar espacial da violência permite observar a territorialização da violência intrafamiliar, ou seja, a formação de territórios propícios ao acontecimento de atos violentos e como a violência se retroalimenta da inércia espacial. Ou seja, áreas pobres e vulneráveis com mínimos recursos e acesso a oportunidades oferecem maiores condições de reprodução da violência. É válido considerar que territórios vulneráveis não são condições causais para a violência, as características presentes nestes espaços reforçam a determinação da violência. E ao se admitir o papel do espaço no processo de produção e reprodução da violência, pode-se considerar o valor estratégico do mesmo na ação sobre a violência, como mais uma alternativa no enfrentamento da violência intrafamiliar.

2. O modelo de Kaztman e a Família Santos do Alto das Pombas

O caso da família Santos ilustra de forma exemplar uma situação na qual encontramos a combinação do território marginal e a vulnerabilidade social. Como ponto de partida, convém resgatar como surgiu o interesse por este caso.

No período das oficinas e visitas à escola municipal do bairro Alto das Pombas, o comportamento de Cristina, de 11 anos, me chamou atenção por conta da agressividade com que se dirigia aos colegas e vi ali uma oportunidade de aproximação. Primeiramente, falei de minhas impressões para a diretora da escola

sobre a criança e me antecipou que a mãe era negligente com os filhos. Guardei esta informação e organizei uma visita à casa da família desta criança. Fomos eu, Soraya (zeladora da escola e moradora do bairro) e Marta (Agente escolar). A presença das duas funcionárias da escola no momento da visita facilitou muito o acesso à família e tinham uma boa relação com a família.

A casa de Cristina fica localizada em uma ruela, mas parece um beco e faz fronteira com o bairro Calabar, bairro conhecido pelo alto índice de violência e tráfico de drogas. Nas proximidades da casa encontramos jovens fumando maconha e mais tarde soube que nas proximidades de sua casa existia uma “boca”. A mãe de Cristina, a senhora Maria, nos recebeu, nos convidou a entrar, me apresentei e nesta conversa inicial observei a casa e seus contrastes. Uma casa de apenas 3 cômodos: uma sala com dois sofás pequenos, um rack com a TV de umas 40 polegadas; uma segunda sala que funciona como quarto, sem portas e tinha uma cama de casal, outra de solteiro e um armário sem portas que guardava as roupas de toda família, a cozinha com fogão, geladeira e um pequeno armário e ali também ficava o banheiro fechado por uma porta sanfonada branca. Na cozinha tinha uma porta que dava acesso a um beco, onde jogavam o lixo e tinha um tanquinho de lavar roupas. Neste dia me recordo que a casa estava bastante suja e Maria me pediu desculpas por aquilo e fato que não ocorreu mais nas outras visitas que fiz a casa.

Maria é uma mulher de 42 anos de idade, negra, solteira, semianalfabeta, mãe de 5 filhos e de um cachorro enorme, acredito ser um labrador. A filha mais velha de 19 anos, já estava casada e residia em outro lugar, a outra filha de 16 anos, também saiu de casa com o consentimento da mãe para morar com o namorado. Maria estava separada dos pais das crianças por volta de dois a três anos e havia tempos que ela e seus filhos não tinham mais contato com ele. Antecipo que esta situação trouxe prejuízos emocionais para os seus filhos e a situação financeira da família passou a ter sérias dificuldades. Oriunda do interior da Bahia, da cidade de Santo Antônio de Jesus, veio com sua família ainda jovem para Salvador. Relata que tinha uma boa relação com seu pai, já falecido, cuidou dele até sua morte “*não gosto nem de lembrar dele*”. Com sua mãe já era uma relação difícil por conta de problemas na infância e que se permanecem até hoje. Seus pais brigavam muito, geralmente motivados pelo alcoolismo da mãe, mais tarde por conta de outros

companheiros que a mãe teve. Disse que já chegou a apanhar muitas vezes quando se interferia nas brigas entre seus pais. Maria se encontrava desempregada e desejosa por um emprego, com apenas alguns bicos de faxina, com segurança apenas do bolsa família de seus filhos, relatava ser muito pouco em vista das necessidades da família. E afirmava ser este um grande problema, estava tendo muitas dificuldades de sustentar seus filhos. Um dia me chamou na cozinha e chorosa abriu a geladeira e o armário e me disse: *“meu problema é esse”*. Vi que tinha apenas ½ kg de feijão, 4 batatas doces e água. E por conta da fome não mandava os filhos para escola, eles preferiam dormir e ela deixava.

A sua filha mais velha não teve contato. Marcela de 16 anos, no início de minhas visitas estava sem estudar, relatou que na escola havia desabado um teto e que era muito longe e perigoso para ir à noite estudar. Estava à procura de um emprego, havia acabado de ser demitida. Com a convivência o grande motivo de Marcela não ir à escola era a falta de dinheiro para as passagens, problema este que se persistiu no ano seguinte, fazendo com que ela tivesse muitas faltas escolares e prejuízos à família com o recebimento do bolsa família. Relatou sua boa convivência com a mãe e muita saudade de seu pai. Ao falarmos dele, ela se emocionou e chorou e me disse *“eu amo meu pai”*. Eu a abracei e continuou dizendo *“meus irmãos não gostam que eu fale assim”* e conversamos sobre isto e partilhamos outras situações como namoro, gravidez e prevenção. Sobre a relação de seus pais disse ter presenciado algumas brigas, *“antes deles serem um casal (moravam em casas separadas), brigavam muito, meu pai é muito nervoso, mas eu nunca vi nada de mais”*.

Valter de 14 anos, inteligente, cursava a 5ª série na época, apesar de ter sido aprovado pelas notas iria repetir o ano por conta do excesso de faltas. Tanto a mãe, quanto Marcela me pediu para conversar com ele, pois segundo elas estava muito rebelde. Valter era apadrinhado por uma das professoras da escola, proporcionava a ele, passeios, viagens, uma realidade completamente diferente do vivenciado dentro de sua casa. Além dos conflitos próprios da idade, a situação de pobreza sentida o fazia questionar e revoltar-se. Contou-me sobre o envolvimento de amigos próximos com o crime, drogas e ação da polícia de forma violenta. Tivemos uma longa conversa, falamos sobre sonhos, perspectivas de futuro, estudos, família e foi um bom ouvinte a tudo que partilhamos e mais tarde a mãe me confidenciou o quanto

ele tinha mudado e que na escola ia muito bem. Valter diferente de Marcela não tinha um bom relacionamento com pai, me disse *“tô nem aí pra ele, pra mim é como se ele não existisse”*.

Cristina, agressiva com os colegas na escola e em casa também, com a mãe e irmãos. Repetente, com inúmeras faltas escolares, tinha sérias dificuldades de aprendizado. Em casa dependia do irmão Valter para estudar, *“quando ele tem boa vontade, ele me ensina”* e a mãe completou *“eu não sei ensinar ela, meu estudo é muito pouco”*. Relatou ter uma boa relação materna *“minha mãe é muito boa comigo, ela me dá carinho, não me bate”* e paterna *“sinto saudade dele”* e do pai já ter batido nela *“ele me batia às vezes, quando eu perturbava”*. O caçula José de 9 anos, uma criança alegre, tranquila, cursava o 3º ano junto com a irmã Cristina, caminhava bem na escola falou da sua boa relação com a mãe e que sentia saudade do pai *“me sinto ruim com isto, sinto falta dele em casa”*.

A escola tinha um olhar diferente sobre a família de Maria em vários aspectos. Quanto à ausência dos filhos na escola, a diretora afirmou a mãe ser negligente com seus filhos, apesar da pobreza. Quanto a questão alimentar das crianças relatou já ter autorizado as crianças comerem a merenda antes de iniciar as aulas, basta que as crianças solicitem. A diretora esboçou certa impaciência com a pessoa de Maria *“muitas vezes preciso me controlar para conversar com ela, já perdi a paciência”*. Outra professora chegou a comentar *“ali é uma situação complicada, tem a questão da prostituição e me disseram até que já viram Cristina sentada no colo de um homem, além da questão dos vícios”*. A agente escolar comentou que durante o acompanhamento de José quanto às atividades escolares, reclamou das tarefas de casa não estavam sendo feitas e disse que depois de um tempo a criança falou: *“minha mãe com namorado, faz muito barulho”* e continuou, *“mas todo hora é um, o dia todo”*.

Durante minhas visitas, aspectos relativos à prostituição não surgiram durante as conversas. Quanto ao uso de drogas, a própria Maria quis falar: *“um dia fui na escola e uma professora me maltratou”*. Maria começou a chorar. Disse que eu usava drogas e por isso que meus filhos estavam assim. Contou-me que saiu de lá chorando e que não teve reação de falar nada, só sentia muito ódio dela. E completou: *“droga nunca usei não, eu fumo cigarro e bebo cerveja, só”*.

As situações de vulnerabilidades as quais estão expostos reforçam estereótipos de “*famílias problemáticas ou desestruturadas*”, porém a linha argumentativa incide sobre as desigualdades sociais, a pobreza e a violência institucional afetam a estrutura de oportunidades dos sujeitos e seus contextos familiares.

A proposta analítica de Kaztman (1999), sobre a vulnerabilidade social integra três componentes principais: os ativos, as estratégias de uso dos ativos e o conjunto de oportunidades que oferece o mercado, o Estado e a Sociedade Civil aos indivíduos, lugares e comunidades. Esse mesmo autor ao trabalhar com os ativos e as estratégias de uso faz referência à *capacidade de resposta*, no qual indivíduos, lugares ou comunidades apresentam frente às situações encontradas no meio.

Esses ativos/recursos ou capitais podem ser compreendidos nos seguintes aspectos:

- 1) Capital físico: envolvendo todos os meios essenciais para a busca de bem-estar. Estes poderiam ser divididos em capital físico propriamente dito (moradia, terra, máquinas, animais, bens duráveis relevantes para a produção social); ou capital financeiro, cuja característica seriam as altas liquidez e multifuncionalidade, envolvendo poupança, crédito, além de formas de seguro e proteção;
- 2) Capital humano: incluiria o trabalho como ativo principal e o valor a ele agregado pelos investimentos em saúde e educação, os quais implicariam maior ou menor capacidade física para o trabalho, qualificação;
- 3) Capital social: incluiria as redes de reciprocidade, confiança, contatos e acesso à informação. Nas palavras dos autores, seria “o menos alienável de todos os capitais e cujo uso se encontra fortemente imbricado e limitado pela própria rede de relações que define esta forma de capital. (KAZTMAN 1999, P. 10-11 apud CUNHA et al 2004 p.7).

Ainda sobre a capacidade de resposta dos lugares, o autor destaca os territórios como espaços de sobrevivência, onde são consideradas as possibilidades de acesso e as condições habitacionais, sanitárias, de transporte, de serviços públicos, entre outros fatores que incidem, diretamente, no acesso diferencial à informação, às oportunidades e, conseqüentemente, aos direitos. Kaztman (1999) acrescenta, ainda, que a situação de vulnerabilidade dos atores sociais não depende somente de sua capacidade de gerenciamento de ativos, pois também sofre influência do contexto histórico, econômico e social, que é formado por oportunidades e precariedades.

A análise a partir da estrutura de oportunidades estabelece uma relação dinâmica entre os níveis micro (comportamentos em indivíduos e lugares), médio (organizações e instituições) e macro (estrutura social, padrão de desenvolvimento), ou seja, os atores sociais estão envolvidos em um contexto histórico e social formado de vantagens e desvantagens no qual a estrutura de oportunidades depende de fatores macrossociais (BILAC, 2006).



A superação da situação de vulnerabilidade depende, igualmente, da intermediação e da proteção oferecida pela estrutura estatal, pois só assim os atores sociais conseguirão usufruir dos diferentes tipos de ativos necessários para responder às situações de vulnerabilidades vigentes. Segundo Trad (2013), esse “modelo analítico permite a apreensão dos múltiplos fatores que influenciam o grau de vulnerabilização de pessoas, famílias ou comunidades”, além de considerar atributos individuais ou contextuais e a interdependência entre os níveis de análise.

Com base nesta proposta analítica, alguns temas emergem da Família Santos e são relativos à vulnerabilidade e a estrutura de oportunidades que são importantes destacar:

➤ **Nível macro**

Neste nível da estrutura de oportunidade, destaca-se a reflexão sobre Proteção social, haja vista a condição de pobreza e vulnerabilidade que se encontra a Família Santos. Nesta perspectiva é preciso destacar que na contemporaneidade, a proteção social é moldada às regras do neoliberalismo que dita uma política através dos mínimos sociais, desresponsabilização estatal por meio de ações desarticuladas, pontuais e mercantilizadas. Nesta conjuntura podemos refletir que modo de proteção social está sendo pensado e executado para famílias pobres, como a Santos? Ou ainda quais políticas contribuem para a satisfação das necessidades para emancipação e autonomia desses indivíduos?

Claramente, o elemento da pobreza é de grande complexidade e no bojo das políticas sociais essa categoria assume prioridade, porém o enfrentamento da questão se dá ainda por ações generalizadas dos direitos sociais, descontextualizados e fragilizados. Assim observado na referência abaixo:

Programas de combate à pobreza específicos, inseridos em estratégias de desenvolvimento, podem ser formulados e executados. O núcleo dos modelos é integrado por três variáveis básicas, às quais correspondem três ações estratégicas: o crescimento, com a identificação dos mecanismos pelos quais os pobres podem dele se beneficiar; o conhecimento, representado pelo capital humano, de que decorre esforço de educação básica e de qualificação da pobreza; e o trabalho, considerado como variável-enlace entre o crescimento e o conhecimento, pelo qual se dá a inserção produtiva dos pobres e sua autopromoção social. São consideradas ainda ações complementares, envolvendo a extensão aos pobres das políticas sociais públicas; o planejamento familiar; a intensificação do uso do trabalho como forma de suplementação de renda; a assistência aos pobres considerados mais vulneráveis; e a extensão, a eles, dos direitos da cidadania, assegurados pela presença do Estado nas áreas de concentração de pobreza (ALBUQUERQUE, 1995, Pg 115-116).

Percebe-se um distanciamento da pobreza dos debates estruturais, sendo uma categoria a ser trabalhada como objeto operacional. Esse tipo de leitura retira a compreensão do pauperismo a partir das desigualdades sociais, como elemento estruturante da sociedade e classifica os sujeitos e sua condição como mera característica de acesso a política social. Leituras instrumentais da pobreza despolitizam a questão social e a própria ação política (MAURIEL, 2010).

De acordo com Sem (2001), a sua noção de pobreza é um desdobramento da discussão sobre desigualdade, a partir de duas perspectivas principais: a desigualdade econômica (de bens, de renda, de condições materiais efetivas), que traduz uma situação externa aos indivíduos, remete à estrutura; e a desigualdade de capacidades (de potencialidades ligadas às características das pessoas), onde a centralidade está naquilo que as pessoas podem realizar. Esta perspectiva se aproxima das discussões trazidas por Kaztman sobre vulnerabilidade social ao considerar os macro fatores e atributos individuais.

Aproximando da realidade da Família Santos temos que a minimização dos riscos e, por conseguinte da vulnerabilidade é atravessada por uma ação estatal. O Programa de transferência condicional de renda, Bolsa Família. Estes tipos de programas têm sido cada vez mais implantados em países de baixa e média renda como estratégias para reduzir a pobreza e as desigualdades, e fornecem uma renda para famílias pobres a partir do cumprimento das condições específicas em educação e saúde.

No caso específico do Bolsa Família, as condicionalidades quanto saúde (acompanhar o cartão de vacinação, o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos) e educação (frequência escolar) são essenciais para o recebimento mensal do benefício e devem ser cumpridas pelas famílias (NERI; CAMPELLO, 2013). Sob o ponto de vista nacional, estudos comprovam que esse tipo de programa contribuiu para a redução da extrema pobreza e redução da desigualdade de renda no Brasil (SOARES; OSÓRIO; SILVEIRA, 2010).

No caso da Família Santos a renda principal da família provém do Bolsa Família, a complementariedade da renda familiar advém de faxinas ocasionalmente realizadas pela matriarca da família. O benefício não é suficiente para o provimento da família, fazendo que Maria tenha grandes dificuldades de suprir as necessidades da família. Ao considerar os atributos individuais, complementar a identificação das vulnerabilidades, temos: analfabetismo, baixa escolarização e mínima capacidade de competitividade para o mercado formal e todas essas características limitam a capacidade de gerenciamento de ativos e a superação das vulnerabilidades vigentes.

➤ **Nível médio**

Espaço das organizações e instituições. Foram identificados no território elementos potentes para a transformação social: o Movimento de Mulheres e a ONG FATUMBI que realiza atividades culturais e esportivas com crianças e jovens do bairro. Segundo Gohn (2011, p. 333), os movimentos sociais uma das premissas básica é ser:

fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo (GOHN, 2011, p. 333).

Essa característica faz com que o território e os demais envolvidos com as questões proponentes dos movimentos sociais gerem aprendizados e saberes por meio da participação social em ações coletivas. Existe, portanto um caráter educativo e politizador nas práticas desenvolvidas pelos movimentos sociais, seja diretamente aos membros, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos. Apesar da Família Santos não participar das atividades desenvolvidas nestes espaços, as ações reverberam dentro do território e contribuem positivamente para a diminuição de vulnerabilidades.

Destacam-se o acesso da família Santos à escola e a Estratégia de Saúde da Família. A escola é reconhecidamente um espaço para “estímulo de habilidades intelectuais, sociais e absorção crítica dos conhecimentos produzidos pela sociedade” (STELKO-PEREIRA, WILLIAMS, 2010). Contudo, a Família Santos experimenta neste espaço o crivo da violência institucional e conseqüentemente um fator de vulnerabilidade. A “impaciência” da diretora e as supostas acusações por parte de outra professora fazem com que laços sejam rompidos e numa relação de abuso do poder institucional que tende a fortalecer estereótipos, desqualificando as famílias e dando maior ênfase a noção de problema social.

➤ **Nível micro**

Apesar da presença de algumas instituições dentro do bairro, três características são marcantes nas proximidades da moradia da Família Santos: a pobreza, a violência e o tráfico de drogas. Atributos das periferias, locais de abrigo da população excluída, marcada por todos os tipos de violência, principalmente quanto a falta de acesso aos direitos civis básicos e exercício da cidadania. As más condições de vida desta população, as dificuldades de acesso a bens e serviços e a rigidez na mobilidade da estrutura de oportunidades fazem com que os pobres fiquem enclausurados espacialmente, criando uma barreira social que parece por vezes intransponível. Ferreira e Penna (2005) afirmam que estas condições tornam os territórios propícios a criminalidade: “espaços de exclusão da lei e da ordem social, abrigo da população segregada, reduto da violência em seus diferentes aspectos, são apropriados pelas organizações criminosas e/ou ilegais que os faz seus espaços de poder”.

Quanto aos comportamentos individuais e as capacidades de resposta dos ativos identificam-se um forte capital social. A rede de vizinhos da Família Santos é bastante ativa e pode presenciar o socorro e apoio deles: *“minha luz cortou e meu vizinho deixou puxar um gato; ele mandou o gás pra mim, não sei nem como pagar isto; Maria, Maria, toma aqui uma posta de peixe”*. Percebe-se claramente a extensão da rede familiar e da ampliação do conceito de família nos grupos populares, verifica-se que as atividades cotidianas estão numa perspectiva de rede mútua de ajuda e na identificação dos membros relevantes para a composição da rede familiar que podem ser unidos por laços consanguíneos ou por afeto (FONSECA, 2005).

O capital físico ou financeiro e o humano expressam-se no desejo da mãe Maria e de sua filha Marcela na busca de um emprego, porém enfrentam problemas quanto à inserção no mercado de trabalho, principalmente quanto à qualificação e escolaridade (ambas não têm o 1º grau completo). A situação de Marcela ainda é mais preocupante por conta da condição financeira que impede que vá à escola e caso deseje participar de algum projeto social presente dentro do bairro exige-se frequência e bom rendimento escolar. Restando a jovens subempregos ou trabalhos domésticos confirmando a rigidez na mobilidade social, principalmente quando não é garantido acesso a direitos e a cobertura eficaz de políticas sociais.

Considerações Finais

Os riscos mais elevados de violência contra criança foram observados em bairros periféricos, Calabar, Alto das Pombas, Comércio, Centro Histórico, Liberdade e Uruguai, tendo baixos salários e a presença de homem na família se apresentado como importantes determinantes desse tipo de violência. Estes dados de violência reforçam a reflexão sobre a produção da violência em territórios com um histórico de negação de oportunidades às classes populares. Nestes locais, a violência ganha corpo em percepções fatalistas da pobreza, sem considerar a produção e reprodução social da mesma como consequenciais das relações de poder vigentes na dinâmica desigual da sociedade.

Na análise da estrutura de oportunidades nos três níveis propostos por Kaztman pode-se afirmar que o acesso ao Bolsa Família, escola, Estratégia de Saúde da Família, ONG, rede de vizinhos e a busca por emprego são elementos positivos para a redução da vulnerabilidade. Porém, tais fatores não são suficientes para a redução da pobreza e da exposição ao risco vivenciado, bem como as condições de vida. Percebe-se que as formas estruturais da violência por concepções baseadas em incapacidades escolares, baixa capacidade de competitividade para o mercado formal e de outras atribuições de incompetências sociais continuam sendo determinantes dentro da mobilidade entre as classes. Neste contexto, famílias vulneráveis, nos convocam a pensar as questões de proteção social, colocando-as numa tensão direta e ambígua sobre a ótica do risco entre ser o problema causador ou vítimas da violência.

O estudo leva a concluir sobre a necessidade de intervenção nos territórios marginais, tidos como potenciais espaços para a violência intrafamiliar. Ações estratégicas nestes lugares devem ser desenvolvidas a fim de tornar menos vulneráveis estas áreas já existentes. Neste sentido, agir via gestão do território por meio do fortalecimento das potencialidades da população local, movimentos sociais e organização das comunidades no acesso a bens e serviços. Estas ações no território criam novas oportunidades para que os processos sociais se realizem de forma menos perversa e as mudanças ocorram, oportunizando territórios com novas identidades.

Referências

- ALBUQUERQUE, R. C. Estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. **Estudos Avançados**, v.9, n.24, 1995.
- BUSSO, G. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicios del siglo XXI. In: SEMINARIO INTERNACIONAL LAS DIFERENTES EXPRESIONES DE LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2001, Santiago de Chile. **Cepal – Celade**. Santiago de Chile, 2001.
- CARINHANHA, J. I.; PENNA, L. H. G. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.21, n.1, jan./mar, 2012.
- COSTA, M.C.O.; CARVALHO, R.C.; SANTA BARBÁRA, J.F.R.; SANTOS, C.A.S.T.; GOMES, W.A.; SOUZA, H. L. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Cien Saude Colet**, v.12, n.5, p. 1129-114, 2007.
- ESPINHEIRA, G. Os tempos e os espaços do crime. In: OLIVEIRA, N. et al. **A outra face da moeda**. Violência na Bahia. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador. Salvador, 2000.
- FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. **Território da violência**: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 18, 2005.
- FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.14, n.2, p.50-59, maio/ago, 2005.
- FRANÇA, M. A. G. et al. Ressignificando o conceito de risco nas pesquisas e práticas voltadas à infância contemporânea. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, PUC-RJ. Departamento de Serviço Social, ano 6, n. 7, 2002:22-44
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- KAZTMAN, R. (Org.). **Activos y estructuras de oportunidades**. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay. Montevideo: LC/MVD/R, 1999.
- KAZTMAN, R. **Notas sobre la medicina de la vulnerabilidad social**. Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medicina de la pobreza, metodos y aplicaciones. BID-BIRF-CEPAL. México, 2000.
- KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque ativos, vulnerabilidades e estrutura de oportunidades. In: CUNHA, J. M. P. (Ed.) **Novas Metrôpoles Paulistas: População, Vulnerabilidade e Segregação**. Campinas: NEPO/Unicamp, 2006. 616 p.

MAURIEL, A. P. O. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 13 n. 2 p. 173-180 jul./dez. 2010.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p.29-40, jul.-dez, 2011.

MOREIRA, M. I. C.; SOUSA, S. M. G. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública. **O Social em Questão**, 2012.

MOSER, C. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World development**, v. 26, n.1, 1998.

NASCIMENTO, L. F. C., et al. Análise espacial da mortalidade neonatal no Vale do Paraíba, 1999 a 2001. **Rev Saúde Pública**. v. 4, n. 1, p. 94-100, 2007.

NERI, M.C.; CAMPELLO, T. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA. 494 p, 2013.

RIBEIRO, J. H. S. Espaços violados: uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus – AM (2006 – 2010). 2011. 329p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RODRÍGUEZ, J. **Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales**. Santiago del Chile: CEPAL, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, p.115-136, 2001.

SANTOS, S. **Homicídios em Porto Alegre, 1996: análise ecológica de sua distribuição e contexto socioespacial**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. 1999.

SANTOS, J. R. J. Subúrbio Ferroviário: um lugar marginal. In: ESPINHEIRA, G. (Org.). **Sociabilidade e Violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, UFBA, 2004.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: 6ª Ed. Edusp 2008.

SEN, A. K. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2001.

SOARES, S. P.; OSÓRIO, R. G.; SILVEIRA, F.G. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. Brasília: IPEA, 2010.

STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas psicol**, vol.18, n.1, pp. 45-55, 2010.

TRAD. L. Vulnerabilidade, resiliência e proteção social. In: JORGE, M. S. B.; TRAD, L. A. B.; QUINDERÉ, P. H .D; LIMA, L. L. **Olhares plurais sobre o fenômeno do crack**. Fortaleza: EdUECE, 2013.

5 ARTIGO 3 – A PRAÇA É NOSSA: UMA ETNOGRAFIA COM FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Resumo

Este artigo busca analisar experiências cotidianas de famílias em situação de rua, focalizando as imbricações entre violência estrutural e vulnerabilidade social. Para isto realizou-se uma etnografia com famílias nas Praças das Mãos e dos Mares da cidade de Salvador- BA, entre abril e julho de 2018. As categorias narrativas apreendidas do contexto cultural foram: o encontro com as famílias; a relação com as drogas; a relação com o medo e a relação com a proteção social e permitiram compreender/discutir processos de ruptura, realização, comportamentos e sentimentos mobilizados em situações cotidianas da vida na rua. Os resultados da pesquisa apontam para reflexões sobre a estrutura socioeconômica desigual produtora violências e vulnerabilidades por meio de uma configuração social excludente, ausência estatal e compromisso ético-político na atenção de políticas públicas de equidade social. O deslocamento da casa para rua exacerba a pobreza e a condição de vulnerabilidade e as drogas apresentam-se como possibilidade para suportar as dores, bem como fator de classificação e definição no espaço social. As famílias na rua vivenciam e partilham medos. Medo da própria condição de rua, da morte, das agressões. E também são temidos. Propõe-se como alternativa eficaz a articulação dos movimentos sociais com as instâncias públicas na busca de soluções capazes de materializar os direitos desse grupo sobrevivendo à ordem do capital, ou, superá-la formando um novo padrão de convívio social com as desigualdades e sofrimentos atrelados a ela.

Palavras chave: Moradores de rua, Famílias, Violência e Vulnerabilidade Social.

Abstract

This article seeks to analyze everyday experiences of homeless families, focusing on the intertwining between structural violence and social vulnerability. For this, an ethnography with families was performed in the squares of the hands and seas of the city of Salvador-BA, between April and July 2018. The narrative categories learned from the cultural context were: the meeting with families; the relationship with drugs; the relationship with fear and the relationship with social protection allowed understanding / discussing processes of rupture, realization, behaviors and feelings mobilized in everyday situations of street life. The research results point to reflections on the unequal socioeconomic structure producing violence and vulnerability through an exclusionary social configuration, state absence and ethical-political commitment in the attention of public policies of social equity. Moving from house to street exacerbates poverty and the condition of vulnerability and drugs are presented as a possibility to endure pain, as well as a factor of classification and definition in the social space. Families on the street experience and share fears. Fear of one's homelessness, death, aggression. And they are also feared. It is proposed as an effective alternative the articulation of social movements with public authorities in search of solutions capable of materializing the rights of this group surviving the

order of capital, or, overcoming it, forming a new pattern of social coexistence with inequalities and suffering linked to it. to her.

Key words: Homeless, Families, Violence and Social Vulnerability.

Introdução

Ao circular pelos bairros que compõem a Cidade Baixa de Salvador depara-se com um grande contingente de famílias³ em situação de rua. Fazem das praças locais de moradia, sua casa, improvisando o espaço com papelões ou barracas de camping, decoradas com plantas, organizando seus pertences em caixas, mochilas, carrinhos de supermercado, todas essas características descritas parecem permitir um pouco de privacidade e harmonia. Contudo, a rua é local que serve a todos, é acolhedora, pública é a opção quando a miséria social se expande e não cabe mais em paredes e a partir disso uma concepção fatalista de desordem, seja familiar e/ou individual, explica a permanência dessas pessoas na rua.

O adentrar à rua e a permanência estão associados a fatores determinantes como: experiências com violências, uso e abuso de drogas, desemprego e problemas de saúde. Estas experiências fazem da casa, um local de desassossego e conflitos. “A casa é, muitas vezes, um inferno. O lugar do desespero, da brutalidade, da loucura cotidiana. A violência sexual, a bebedeira, o desencanto, o desamor” (ESPINHEIRA, 1993). Ao romper com a casa e assumir a rua como principal local de referência e moradia inicia-se uma nova dinâmica na vida dessas pessoas, passam a estabelecer cotidianamente uma relação com o espaço coletivo, através das regras e modos de sobrevivência na rua. (FERREIRA; MACHADO, 2007).

Importa dizer que as circunstâncias de realização não podem ser analisadas de forma isolada ou combinada e não abrangem todas as condições vistas nos espaços das ruas. A situação de rua abrange toda a rica dinâmica deste processo: a compreensão da condição situacional, os fatores de realização, as experiências e relações. Nesta perspectiva desloca-se um pouco o foco estritamente econômico e

³ Para fins deste estudo o conceito de família atribui uma concepção antropológica e neste sentido uma dimensão mais simbólica, onde o dinamismo das relações é quem determina a história de um grupo familiar, desde a sua formação até as dissoluções dos núcleos conjugais (FONSECA, 2005).

observa-se o fenômeno como uma construção social e com interpretações a serem aprofundadas por meio da pesquisa empírica (LEAL, 2008).

No que tange aos aspectos socioeconômicos e assumindo áreas periféricas como campo de pesquisa convém compreender como tais cenários são favoráveis a processos de realização. Salvador apresenta dois grandes gargalos⁴ para o seu desenvolvimento enquanto cidade: a renda e a educação e que podem ser traduzidos com outros sinônimos: desemprego, pobreza, desigualdade, exclusão social e violências. Tais elementos contribuem para o próprio processo de divisão das áreas urbanas que cria cenários de pobreza, periferias e realização. Nestes espaços a omissão do Estado no acesso a bens e serviços cria uma barreira geográfica e social que reproduz a pobreza, dificultando a mobilidade social e oportunizando a vivência com a violência e a vulnerabilidade social.

Vale salientar que o conceito de violência neste estudo refere-se ao cruzamento de duas dimensões específicas: a violência estrutural e a das relações interpessoais. A primeira dimensão refere-se à violência como estrutura da sociedade brasileira e considera-se que a violência é infligida na sociedade pelas instituições de controle social e político (Estado, governos etc.) e caracterizada pela desigualdade social, pelos esquemas de classe e por estruturas de dominação. Trata-se de uma modalidade de “violência gerada por estruturas organizadas e institucionalizadas, naturalizada e oculta em estruturas sociais, que se expressa na injustiça e na exploração e que conduz à opressão dos indivíduos” (MINAYO, 1994). A segunda dimensão conceitual da violência refere-se à violência das relações interpessoais, da experiência humana no cotidiano, são os homicídios, roubos, estupros, assaltos, agressões e outras formas de violência como a urbana, doméstica e a intrafamiliar. Todas essas expressões também contribuem para uma sensação generalizada de medo, angústia e sofrimento social.

Nesse contexto que as famílias em situação de rua da Cidade Baixa vivem, sendo violentadas constantemente pelas condições de miséria e exclusão social, configurando um quadro extremo de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade é compreendida a partir da exposição a riscos de diferentes naturezas, sejam eles

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é composto por três dimensões: renda, escolaridade e longevidade. Para Salvador, em 2010 o índice foi de 0,759, ocupando a 383ª posição dentre os municípios brasileiros, segundo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2013.

econômicos culturais ou sociais, que colocam diferentes desafios para seu enfrentamento (MONTEIRO, 2011). O modelo de Kaztman (1999) e referência para este estudo incorpora ao conceito de vulnerabilidade, a ideia de *estrutura de oportunidades* em articulação com os *ativos* domiciliares/familiares. Os *ativos* correspondem ao conjunto de recursos, tangíveis ou intangíveis, que são controlados por indivíduos e famílias, e cuja mobilização permite melhorar sua situação de bem-estar, evitar a deterioração de suas condições de vida ou diminuir sua vulnerabilidade (KAZTMAN, 2000, p. 294). A *estrutura de oportunidades*, por sua parte, diz respeito às fontes de renovação e acumulação dos ativos necessários para participar plenamente da sociedade (KAZTMAN; FILGUEIRA, 2006). Temos então um enfoque que dimensiona não apenas os *ativos* nos domicílios ou no caso específico nas ruas e a capacidade da família de mobilizá-los, como também, o modo como estes elementos se articulam às lógicas de produção, sem perder de vista como se dá a distribuição de ativos em uma dada sociedade.

Estas famílias, assim como os demais moradores de rua, passam a ser violentados socialmente, num estado de negação permanente a benefícios, trabalhos e direitos como: moradia, educação, saúde e renda. A imbricação mais importante entre estas categorias, violência e vulnerabilidade está na pobreza. Pobreza como violência em si mesma e/ou pobreza como elemento contribuinte da violência (ESPINHEIRA, 2001). Fala-se de processos de vulnerabilidade retroalimentados pela pobreza. As famílias em situação de rua fazem experiências cotidianas com recursos precarizados levando-os a uma condição de quase ruptura com os vínculos sociais e mínima ou quase nula mobilização para uma situação de bem-estar.

São famílias sobreviventes! Sobreviver com as regras e ética própria da rua exige: cooperação e solidariedade, agressividade e competição (ESPINHEIRA, 1993). Esses componentes são adornados pelo uso de substâncias psicoativas. O consumo surge como adicional à situação de vulnerabilidade, a vivência na rua pode propiciar/maximizar o uso de drogas, o consumo pode significar forma de pertencimento ao grupo e/ou estratégia de sobrevivência, seja pela relação financeira com o tráfico, seja pela sensação de prazer contra a realidade externa. Somam-se a condição de pobreza, com nenhum ou pouco acesso ao sistema formal

de educação e saúde, estabelecendo um quadro de risco pessoal e social (TILIO; VIDOTTO; GALEGO, 2015).

O uso/consumo para a população de rua está como hábito e *habitus*⁵ da condição social. Como hábito, o uso das drogas está na relação do prazer imediato e amparo nas dores da existência de uma vida social miserável. Como *habitus*, relaciona-se como característica de um campo social. Temos uma classe sem recursos potenciais de cultura, educação para trabalhos formais, socialmente destinados a trabalhos desqualificados e aproveitados para as atividades do tráfico. Diante de tantas violências e vulnerabilidades cotidianas, o uso das drogas torna-se para muitos um modo de estar na vida (FLACH, 2019).

O medo faz parte do cotidiano destas famílias, principalmente o medo da violência expressos nos crimes, nas brigas, na relação com o tráfico e policiais. Desta forma, a violência subverte e ameaça as formas lúdicas e espontâneas de interação (sociabilidade⁶), pondo em risco a coesão da unidade social. Na medida em que a violência assume o protagonismo das relações juntamente com as experiências diárias com a mesma, a violência coordena uma série de condutas individuais no intuito de reduzir a probabilidade de ser vitimado, por influência direta do temor e da percepção de risco (SILVA, 2008). Observa-se que no plano das relações, a desvalorização do outro, a violência interpessoal são tão naturalizados que a vida e a sociabilidade em sua forma mais pura parecem perder seu valor.

A situação de rua expõe as famílias a diversos riscos e iniquidades sociais. Diante de uma conjuntura neoliberal observa-se o acirramento da desvinculação do Estado com o mal-estar da população, através de sua gerência da miséria social. Nessa lógica, é o Estado quem determina os benefícios, fornecendo ou não educação, profissionalização, emprego, políticas assistencialistas etc. Esse modelo de gestão reverbera na prática assistencial em favor da população em situação de rua com políticas fragilizadas de baixo investimento público, desarticuladas e com

⁵ O *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (BOURDIEU, 2005).

⁶ A sociabilidade é a forma mais elevada de sociação, na acepção de Simmel é uma forma pura no qual, os indivíduos encontram-se pelo prazer e ludicidade do encontro. Interessou pensar na sociabilidade a partir de uma perspectiva que integra processos sociais envolventes e marcantes que, por sua vez, demandam um constante ajuste mútuo das ações dos indivíduos envolvidos.

segregação das ações, apesar de visarem o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários no combate as expressões da pobreza e desigualdade social. (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009). Neste contexto, considera-se profícuo conhecer famílias em situação de rua e suas relações com as drogas, o medo e a proteção social. Este estudo tem o objetivo de analisar experiências cotidianas de famílias em situação de rua, focalizando as imbricações entre violência estrutural e vulnerabilidade social.

Método

Realizou-se uma etnografia, uma experiência na qual o pesquisador se permite a “um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta” (MAGNANI, 2009). Os sujeitos desta pesquisa foram famílias em situação de rua (núcleos conjugais heterossexuais), localizadas nas Praças dos Mares e das Mãos, nos bairros do Comércio e Calçada respectivamente, na cidade de Salvador – BA.

Nestes locais foi realizada a observação participante e as informações foram registradas no diário de campo. Foi-me permitido observar e apreender os significados das situações vividas pelos sujeitos da pesquisa, sendo registrado aquilo que ouvi, vi, senti e experimentei no trabalho de campo. A imersão no campo ocorreu durante os meses de abril a julho de 2018.

Chego à rua, precisamente na Praça Marechal Deodoro e na Praça dos Mares em abril de 2018. A escolha da Cidade Baixa enquanto campo de pesquisa deu-se por dois grandes motivos: o primeiro deles, a identificação de áreas de risco⁷ para violência intrafamiliar no segmento infantil e o segundo refere-se ao fim das atividades no outro campo. Estas situações fizeram com que eu reavaliasse novos rumos metodológicos para a pesquisa e a partir da aproximação com equipes de saúde, assistência social e justiça – Defensoria Pública, que atuam nos espaços da rua, vislumbrou-se a oportunidade de acessar essas famílias. Fui convidada a fazer

⁷ Estas áreas de risco puderam ser identificadas a partir dos resultados do estudo epidemiológico do tipo ecológico e integra parte dos dados da tese da primeira autora.

uma experiência na rua, advertida da certeza de encontrar os elementos centrais da pesquisa: famílias, crianças, violências e vulnerabilidades.

Ao aceitar este desafio, a pesquisa ganhou um novo rumo e pude acionar experiências familiares e pessoais vividas com população de rua e pessoas muito pobres. Contribuição válida, porém o olhar para este momento é diferente, é o olhar do pesquisador frente ao objeto pesquisado e na medida em que os encontros foram estabelecidos me deparei com um confronto de teorias, visões de mundo distintas e ao sair do campo novas buscas por modelos entendimento ou pistas argumentativas.

O imaginário social das ruas serem um lugar de extrema violência foi reiterado por amigos e familiares durante a pesquisa, principalmente por conta da minha gestação. Com o desenvolvimento da pesquisa, o sentimento não era de medo, me sentia segura com a equipe e até mesmo sozinha, mas a impotência diante de tantas situações difíceis de serem resolvidas incomodava e frustrava. É importante mencionar que apesar do envolvimento pessoal com situações e sujeitos estava ali numa condição de privilégio o meu capital econômico e cultural me posicionava socialmente em outro lugar e conseqüentemente o estabelecimento de diferenciações. Contudo, tais características não foram suficientes para frear o racismo, a cor da minha pele (negra) assim como a maioria da população em situação de rua me colocou em situação de igualdade com eles, ao ser confundida numa das ações sociais. Fato que trouxe tantas outras reflexões que não cabem aqui neste momento.

As idas ao campo foram majoritariamente acompanhadas da equipe técnica de atenção à população de rua da Defensoria Pública, coordenada por Alessandra Barreto. A experiência de Alessandra em campo, suas ações desempenhadas e a forma com que acolhia os moradores foi algo que me surpreendeu e confirmado através das palavras de um morador, soa violento, mas ao mesmo tempo de muita credibilidade: *“todo mundo sabe aqui, que ninguém pode mexer nela e nem quem ela traz aqui. Se mexer já sabe, leva pau”*. Esta mediação proporcionou extrema segurança de estar naquele lugar, dito violento por conta da forte presença do tráfico de drogas o que facilitou o diálogo e as trocas com aquelas pessoas, havia um clima de confiança e reciprocidade. Além desta equipe técnica estavam sempre presentes movimentos sociais como Projeto Axé, Obras Irmã Dulce e o Corra para o Abraço.

Foi elaborado um roteiro de entrevista como guia de orientação às conversas ao redor das dimensões do que buscava conhecer (o que trouxe às ruas, tempo de moradia nas ruas, relações familiares, uso de drogas, preocupações com a violência cotidiana nas ruas, desejos e expectativas), porém não havia consulta de papel ou anotações durante os encontros. Considerei não gravar as conversas e entendi que isto ajudava a superar os entraves na comunicação, as conversas informais conseguiam me fornecer informações sobre o dia a dia, acontecimentos passados e expectativas futuras.

Por questões éticas, os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios atribuídos pela pesquisadora. A análise de dados etnográficos é um processo contínuo, cíclico e simultâneo à coleta de dados por meio da qual as narrativas foram reconstruídas a partir de seus contextos bem como a identificação de categorias temáticas do contexto cultural. Dentre elas temos: *o encontro com as famílias; a relação com as drogas; a relação com o medo e a relação com a proteção social*. As questões etnográficas surgem da análise dos dados provenientes das narrativas e observações. Dessa forma, a análise dos dados foi intercalada com o trabalho de campo num processo cíclico.

O protocolo desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva da universidade Federal da Bahia, sob registro **CAAE: 70601417.0.0000.5030**.

Resultados e Discussão

1. Os encontros nas Praças de Salvador

As Praças são cenários nos quais predominam a cultura da pobreza, a ineficiência do Estado e das instituições públicas, correspondendo a menos acesso aos recursos e oportunidades dos quais a sociedade dispõe.

A Praça Marechal Deodoro é mais conhecida como a Praça das Mãos ou Mãozinhas por conta do símbolo da união entre as raças, através de duas mãos entrelaçadas. A praça tem uma arquitetura antiga, carecendo de uma boa reforma estrutural. Vejo a praça formada por três ambientes: o frontal onde fica localizado o ponto de ônibus e ambulantes vendendo lanches, doces, água etc; a região do meio

com o comércio de coisas usadas: roupas, celulares, sapatos, cabos, controles remotos, estendidos no chão, sobre bancos ou mesas improvisadas e por fim a parte dos fundos, ali se encontravam os moradores da praça e arredores, como do Condomínio Pilar e abrigados pelo projeto Minha Casa, Minha Vida, estava ali também o contêiner do Projeto Corra para o Abraço, o antigo Ponto da Cidadania. Este projeto é formado por equipe multiprofissional, destinado ao acolhimento, cuidado e promoção de direitos da população em situação de rua.

A Praça dos Mares possui uma disposição mais moderna e considero mais bonita, quando comparada com a Praça das Mãos, porém possui uma população de rua extremamente maior. Preenchida por moradores em barracas de camping, pertences organizados em caixas de papelão e caixotes de madeira, material de reciclagem acumulado em sacos e muito lixo (embalagens, sacos, garrafas plásticas...) no chão. Além deste território central da praça, havia moradores na marquise de uma concessionária de carros do outro lado da rua, ficavam enfileirados, sentados, deitados e esta disposição era vista até à porta da igreja que ficava ao lado da loja. O fluxo por vezes era intenso entre este local e a praça. Esta marquise servia de apoio aos moradores que trabalhavam na sinaleira em frente, deixavam guardados os seus baldes, paravam para descansar, conversar, comer... Percebo nos Mares uma população mais jovem e mais ativa, principalmente na questão do “manguear” que significa ganhar dinheiro de alguma forma, seja por pequenos bicos, limpando para-brisas, guardando carros ou pedindo. As crianças também faziam parte destas atividades, os menores acompanhavam seus pais e os adolescentes já safos na dinâmica da vida em rua se organizam bem nestas atividades.

Chegávamos por volta das 16:30 - 17:00 horas e sempre éramos abordados por alguns moradores e íamos ao encontro de outros, mais uma vez o sentimento de impotência predominava diante de tantas mazelas ali vivenciadas. Um pouco mais tarde chegava a equipe do Corra para o Abraço, desenvolviam atividades educativas, um excelente momento de vínculo, cuidado e politização da população de rua. Envolviam-se com as atividades propostas pelos educadores e ao final recebiam um kit de lanche e água mineral. Por vezes a equipe do Consultório de Rua comparecia neste mesmo horário, realizam os atendimentos ali mesmo entre os bancos, paralelepípedos e as demandas com saúde eram enormes: seja por

medicamentos, ações preventivas, protetivas para gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, encaminhamentos aos outros setores etc. Ao entardecer e no início da noite percebíamos grupos se enfileirando do outro lado da pista, se organizavam para o recebimento de sopa por alguma obra assistencial.

Nesta realidade situacional deparei com as famílias que fizeram parte do estudo. Famílias que fizeram rupturas e chegaram às ruas como refúgio, local de moradia e de manutenção da vida. Fala-se dos espaços da casa e da rua que se diferenciam socialmente e segundo DaMatta (1985) “são espécies de entidades morais e esferas de ação social que despertam emoções, reações e leis”. Fazendo um paralelo entre o público (rua) e o privado (casa), na rua estaria a impessoalidade, insegurança e a casa o lócus reservado para as relações de confiança e vivência salutar.

Vieira et al (2004) chama de “situação limite” o momento decisivo para a ida para as ruas. As diversas histórias e trajetórias que tive a oportunidade de ouvir durante a pesquisa de campo indicam um processo de ruptura, ou seja, existe dentro das narrativas de suas vidas um momento decisivo que proporcionou o adentrar na rua. Salvo alguns casos de pessoas que já nasceram nas ruas, a maioria relata não ter sido isto objetivo em suas vidas. Ao narrar suas trajetórias é comum a existência de casa, família, emprego, até o momento de ruptura e o começo da vida nas ruas.

Viver na rua como condição dada, ou seja, inexistência de outra realidade possível a não ser a da vivência na rua. São pessoas que não fizeram a experiência da proteção de uma casa e condições econômicas que permitissem viver outra realidade. Esta é a situação de Lúcia, ela mora nas ruas desde os cinco anos de idade com sua mãe e outros irmãos. Atualmente a mãe de Lúcia vive em uma casa alugada, me explicou que a mãe tem um tipo de paralisia e por conta disso recebe “*benefício do governo*” (acredito que seja aposentadoria por invalidez) e assim pôde sair da rua. Lúcia representa a **Família Duarte**, composta por ela (Lúcia), o pai (José) e a filha (Clarice). Moram na Praça dos Mares em uma barraca de camping. Seu esposo veio para rua por conta do desemprego e vivem do trabalho informal com a venda de água. Temos aqui gerações vivendo em situação de rua e isto revela o quanto à violência estrutural, associada à omissão violenta do Estado segrega as pessoas e os confina em uma determinada condição, corroborando com

o pensamento de Bourdieu sobre a diferenciação, com a demarcação de lugar, espaço social e *habitus*.

A situação limite ou processo de ruptura da **Família Souza** foi o desemprego, chegou o momento em que deviam vários meses de aluguel e sofriam ameaças de despejo constantes por conta do proprietário. Esta família é composta pela mãe (Juliana), duas filha (Letícia e Luíza) e o marido (Tiago). Uma das meninas, a Luíza, mora numa residência com os pais do esposo. Juliana e o esposo viviam de aluguel na Liberdade e relata que a situação financeira ficou muito difícil, vendiam água na praia e chegou ao ponto de não conseguirem mais pagar o aluguel. Certo dia, Juliana saiu de casa em busca de trabalho ou dinheiro e quando voltou soube que foi despejada e que seus móveis foram postos na Praça dos Mares. Ao chegar à praça quase todos os seus pertences foram roubados e a partir daquele dia, passaram a viver ali, na rua e se sustentam atualmente com a limpeza de par Brisas nos sinais.

Juliana é uma mulher negra, bem pequena e magrinha de apenas 24 anos de idade e estava nas ruas tinha pouco tempo, mais ou menos quatro a cinco meses e a admirei em vários momentos: pela capacidade de cuidado de sua filha; Letícia é filha de outro relacionamento de Juliana e diz ter tido apoio do pai da criança apenas enquanto estavam juntos e depois da separação (era violento com ela e com a filha) não contava mais com ele, inclusive Letícia dizia não querer vê-lo. Letícia tem o diagnóstico de doença falciforme, descoberto depois de uma crise e longo internamento no Hospital Irmã Dulce. Todas as vezes que a encontrei estava sempre limpa, calçada, cabelos penteados com enfeite, Letícia era muito doce e carinhosa. Recebi muitos abraços, beijos na minha barriga “*tem neném aí né tia?*” falava docemente todas as vezes que me encontrava. Admirava também pela capacidade de adaptação a nova situação em pouco tempo soube se “virar” em relação ao banho, dormida, como ganhar dinheiro (seu material de trabalho: água, balde e sabão, estavam sempre organizados e não permitia que ninguém pegasse emprestado) e também no autocuidado. Lembro-me de estar próximo das festas de São João e ela no “corre” e a encontrei e me disse: “*vou ver se dou um jeito na minha unha*”.

As pessoas que moram na rua e tem nela espaço de moradia e/ou meio de sobrevivência dividem semelhanças como: a situação de vulnerabilidade, risco,

insegurança, violências e grande invisibilidade por meio do poder público. Exige dessas pessoas muita resiliência, um fôlego novo a cada dia, é necessário sobreviver. Melo (2011) afirma: “mesmo que a situação de rua possa ser entendida como uma realidade avessa à vontade dos sujeitos, ela está posta como dada e desde que a pessoa não desista de viver ou resolva acabar com a própria vida, inevitavelmente terá que enfrentar as adversidades que se apresentam”.

Dentre esses processos de ruptura as narrativas estão sempre acompanhadas por situações complexas: violência intrafamiliar, drogas, traumas emocionais, perdas familiares, rompimentos amorosos e “escolhas mal feitas”. No caso das mulheres principalmente, sempre mencionavam assim: *escolhi o errado!* Referem-se a relacionamentos amorosos conturbados, permeados pelo uso e tráfico de drogas, brigas familiares e a rua. Nesse contexto que Cláudia vem para as ruas, ela representa a **Família Costa** é formada por ela, a filha (Ana) e o esposo (Jorge). Ambos têm outros filhos de relacionamentos anteriores e não vivem na rua. Foram morar na Praça das Mãos pelo envolvimento com drogas e desemprego. Eles estavam abrigados provisoriamente na casa de uma irmã de caridade por conta da filha Ana, recém-nascida de 8 dias de vida. Sustentavam-se ora com trabalhos como flanelinha nos sinais e guardando carro. Cláudia tem 25 anos e mãe de seis filhos. Relatou que perdeu a virgindade cedo, aos 12 anos e aos 14 já era mãe. Seus outros 5 filhos tem pais diferentes e são cuidados por eles. Cláudia tem pouco contato com os filhos. Relatou que se envolveu na adolescência com um homem usuário de drogas e quem lhe apresentou esta realidade. Logo, logo saiu de casa, foi morar na rua e fazer uso de maconha, cocaína e crack.

As drogas e o crime também fizeram com que Sandro fosse para as ruas. Na Praça das Mãos formou a **Família Silva**, constituída por sua mulher (Sueli) e o filho (Pedro). Eles moram nos entornos da Praça, em uma casa, a decisão da moradia veio por conta de gravidez de sua mulher. Vivem majoritariamente do tráfico de drogas e da mendicância realizada pela mulher e o filho. Sandro é um jovem de mais ou menos 30 anos de idade, do interior da Bahia e começou a sua história com as drogas na adolescência quando passou a beber escondido no bar de seu padrasto, logo, logo passou para outras drogas como loló, maconha e cocaína.

Diante das narrativas familiares analisadas, essas famílias fizeram/fazem uma forte experiência com a pobreza. Pobreza como produto da estrutura

socioeconômica desigual brasileira que propicia uma configuração territorial excludente, ausência estatal e de compromisso ético-político na atenção de políticas públicas de equidade social. Pobreza que os confina no cárcere da rua, atingidos pela marginalização avançada; desqualificados, vulneráveis e submissos à ordem do mercado, num processo de enfraquecimento tão brutal que restringem a capacidade desenvolvimento pessoal e social e quase ruptura dos vínculos indivíduo sociedade (FLACH, 2019).

Pobreza que faz seu encontro com a violência e caminham de forma imbricada. Mesmo na inexistência de uma relação causal entre violência e pobreza, é possível afirmar que são reflexos de variáveis e processos diversos que têm por base a desigualdade social.

Entre os pobres as janelas estão mais frequentemente quebradas e são entre eles os que mais frequentemente também não as consertam. Sinais de decadência, portanto, são anunciadores de desgraças. A pobreza é criminalizada não por sua situação em si mesma, ou seja, a sua condição, mas pelo que pode desencadear na e para a sociedade em volta, para o entorno do qual a periferia torna-se uma ameaça permanente. Há muito os pobres são vistos como pertencentes às classes perigosas (ESPINHEIRA, 2005).

Pobreza que também faz seu encontro com a vulnerabilidade social. Segundo Sousa (2009), a população em situação de rua, definida pelo autor como ralé brasileira, sofre a crença difundida pelo economicismo. Fenômeno que caracteriza a sociedade como conjunto homogêneo de pessoas com as mesmas capacidades e disposições para a luta social pelos capitais. Na perspectiva da estrutura de oportunidades, a ajuda de políticas assistenciais pouco sustentáveis não são capazes de garantir mobilidade social e qualidade de vida.

Contudo, a ralé vive um drama existencial são confinados: ao racismo histórico que reproduz preconceitos e humilhações sociais: não incorporação de disposições para a inserção no mercado de trabalho, cada vez mais especializado; a miséria cotidiana e por fim confinados ao fracasso por um sentimento de impotência tornada culpa individual, justificado pela meritocracia (SOUZA, 2009). Todos estes elementos somados a complexidade destas narrativas familiares permitem uma imersão mais compreensiva nos processos de realização e permanência nos espaços da rua, exigindo olhos de equidade e justiça social, por meio do Estado e da sociedade.

2. A relação com as drogas

No espaço do “fundo” da Praça das Mãos, o tráfico e consumo de drogas eram intensos. Era facilmente perceptível este comércio, as drogas eram guardadas dentro de bueiros, pedras soltas no chão da praça e baldes de flanelinhas. A realidade do tráfico era algo tão corriqueiro, que crianças, mulheres, jovens, senhores, senhoras participavam direta ou indiretamente deste tipo de comércio. Os traficantes conviviam conosco e tinham muita segurança em exercer seu trabalho e também consumirem drogas em nossa presença. Além das drogas ditas ilícitas, o consumo de álcool, da bombinha (assim chamada por eles) também era intenso e isto comprometia algumas vezes conversas coerentes e aprofundadas. Apesar do tráfico intenso, a polícia não era tão presente e quando vinha provocava certo esvaziamento, burburinhos na praça e logo as coisas voltavam à normalidade, inclusive o tráfico. Suponho que exista certa conveniência entre policiais e traficantes para que aquela atividade continuasse próspera. De forma semelhante na Praça das Mãos o consumo de drogas como cocaína, maconha, cigarro e álcool estavam sempre presentes.

A presença do tráfico de drogas, precisamente na Praça das Mãos faz parte do cotidiano das pessoas que moram e transitam naquele lugar. Puderam ser observadas as vendas, clientes, uso, locais de esconderijo da droga, crianças e mulheres utilizadas como aviãozinho. Numa rasa análise sobre as pessoas que trabalham no tráfico de drogas eram basicamente homens negros, de baixa escolaridade, pobres, envolvidos em várias situações de vulnerabilidade. De acordo com Dowdney (2004) a adesão ao tráfico por vezes entendida como escolha voluntária carrega em si uma alternativa dentre a escassez de possibilidades. Saliencia-se que diante de um mercado de trabalho competitivo, excludente, numa sociedade de grandes desigualdades sociais contradiz com a retórica da existência de condições iguais de vida entre os cidadãos e por meios legais sustentar a si e sua família. Fala-se de uma inserção social, aspiração ao sucesso financeiro e ao consumo, driblando o sistema excludente mesmo que de forma marginal.

Assim foi com Sandro! Na medida em que o uso de drogas se tornava abusivo, também veio a delinquência, problemas com traficantes e um assassinato.

Para Sandro a violência se apresenta como necessidade de sobrevivência, ou seja, “para determinados indivíduos e grupos que não têm outras possibilidades de realização de projetos, senão através da execução de ações transgressoras e criminosas” (ESPINHEIRA, 2001). Este último fato (assassinato) o fez sair foragido do interior da Bahia a pé, caronas, bicicleta, rumo à capital, Salvador. Queria ver o mar! Esta longa viagem durou em média 1 ano e passou por diversas cidades do interior (Itabuna, Eunápolis, Porto Seguro) e nestes locais, o tráfico sempre o acolheu.. Relatou: “a droga une e aí você fica esperto por onde andar porque os cara dá as ideia certa”.

Sandro tem plena convicção de seus atos criminosos e não enxerga possibilidade de mudança. A relação íntima com a droga seja por uso ou por tráfico expressa justamente todas as dificuldades que esta população encontra na vivência nas ruas. Ao chegar a Salvador, Sandro roda diversos lugares, se informou sobre as facções, comete crimes, vai preso por roubo: *“peguei 157”* e ao sair reencontra o dono da boca da Praça das Mãos que o acolhe e passa a trabalhar com ele e viver do tráfico. Sandro diz: *“a droga me deixou preso, preso de mim mesmo, não posso sair daqui para lugar nenhum. Só saio de taxi, se preciso pegar um ônibus, fico ligado e com medo de ser visto por alguém de outra facção. Gostava tanto de andar por Ondina, mas agora não dá”*.

A extrema dificuldade de mudança social em sua vida e as diversas situações de vulnerabilidade o qual está exposto não permite Sandro sonhar com outra vida, o confinamento em seu *habitus* permite dizer: *“pelos coisas que eu já fiz, tem jeito mas não, as marcas são grandes. Mas Deus sabe do meu coração, mas não tenho opção mais não”*. Assim responde quando é questionado se era possível recomeçar, ter uma vida nova em outro lugar. Porém a sua relação com Sueli traz novas perspectivas, até então dormia na rua, não sentia falta de ter uma casa, com a gravidez resolve alugar um local: *“não nasci na rua, não queria que meu filho vivesse isso”*. Vivem uma relação difícil, de brigas, ofensas e por conta destas questões Sueli relatou que quando a situação fica ruim, vai dormir na Praça da Piedade com o filho de 1 ano e meio. E diz que não sabe até quando vai durar esta relação.

Outro aspecto a ser considerado dentro do tráfico é a relação violenta entre seus clientes devedores. É o dinheiro quem dita as regras de boa convivência e “se

não paga já viu né?”, um dos traficantes da Praça falando sobre o pagamento da droga, a dívida significava morte. Esta experiência de extrema violência foi vivenciada por Cláudia. O uso abusivo de drogas por Claudia trouxe a ela uma sucessão de perdas, família, amigos, moradia. Logo que foi morar na rua, seu irmão muito próximo a ela queria estar junto para protegê-la, mas começou a trabalhar com o tráfico e certo dia por curiosidade resolveu usar a mercadoria e sem dinheiro para pagar o traficante fugiu. Como vingança assassinaram seu pai, o que trouxe um quadro de forte abalo emocional à sua mãe. Este fato levou seu irmão a um uso abusivo de drogas, envolvimento em crimes e uma morte trágica: após ser baleado, foi convencido por sua namorada a sair do hospital e ao chegar a casa foi assassinado com um cabo de vassoura introduzido no ânus.

Este fato fez com que Cláudia “*vivesse na vida louca*”, desestruturou a sua vida e a droga foi utilizada como alternativa pra enfrentar esta dura realidade. Neste tipo de caso, o uso da droga se apresenta como estratégia de sobrevivência e nesta perspectiva Melo, 2011 diz:

a relação íntima da rua com as drogas trata-se justamente da dificuldade de enfrentar as especificidades desta vida sem o uso de substâncias. Seja por conta da fome, do frio, da segurança, da vergonha, da adaptação psíquica e física às adversidades da rua [...]É tanto um atenuante deste cotidiano, quanto um agravante que afasta a pessoa de uma possibilidade de organização para saída das ruas. As drogas são reconhecidas como parte fundamental da vida do morador de rua, já que é ela que proporciona as condições para enfrentar alguns dos problemas que se afiguram (MELO, 2011, p.41).

Dentre as dimensões culturais que compõem o estilo de vida da população de rua está o consumo de drogas (COSTA, 2005). Para além das sensações de prazer, fala-se num consumo como estratégia de sobrevivência, principalmente quanto às alterações da percepção psíquica contra a dolorosa realidade interna e externa destas pessoas (BOTTI et al, 2010).

A droga, neste sentido, passa a adquirir um estatuto de preenchimento de necessidades básicas de existência emocional, como se a falta de afeto, segurança, amor, pudesse ser supridos por estes minutos de bem-estar, ou de anestesiamento da angústia, da falta e do vazio da vida. Uma solução química para amenizar as consequências de um sintoma da insanidade social que exclui cidadãos de direito (TONDIN; BARROS NETA; PASSOS, 2013).

A complexidade de fatores que contribuem para o uso de drogas, como por exemplo, o desemprego ou desestrutura familiar reforçam a situação de exclusão

social desta população por parte da sociedade. Esta postura social agride e produz baixa autoestima, descaso e preconceitos, fortalecendo a imagem pejorativa culpando-os pela própria condição de inferioridade e de incapacidade (GRACIANI, 1997). Esta mesma autora afirma ainda que o espaço da rua e a reação da sociedade para com estas pessoas produzem um confinamento social e um processo contínuo de discriminação.

Cláudia relatou consumo intenso de cocaína e todo dinheiro que pegava perturbava muito o companheiro para comprar a droga. Seu marido também pai de outras três filhas com outras mulheres, relatou que era apenas usuário de maconha. Ambos falaram da importância da bebê em suas vidas, que ela seria motivação para mudar de vida: *“ com ela eu vou ficar e ela veio para mudar a minha vida. Espero ter vida nova com ela”*. Sobre o consumo de drogas nos relatou que não sentia mais vontade de cheirar, mas que ia continuar fumando maconha: *“pra fazer a cabeça, relaxar a mente”*.

Similaridades de contextos ao uso de substâncias psicoativas são encontradas na pesquisa etnográfica de Taniele Rui (2014). O estudo discute as experiências práticas, subjetivas e simbólicas dos usuários de crack no bairro da Luz-SP e apresenta conclusões importantes, dentre elas:

- Os usuários associam o uso e aumento do consumo a momentos críticos, de ruptura como, por exemplo, decepções amorosas e/ou familiares;
- As experiências de sofrimento para os usuários de crack de São Paulo referem-se mais fortemente ao contexto sócio-histórico marcado por relações desiguais de poder, marginalização e exclusão social;
- Outro ponto diz respeito a relação de prazer e agonia/dor da experiência do uso; o crack, na percepção dos usuários, não é bom ou mau em si mesmo, mas é percebido como podendo fazer mal se usado de forma indevida, daí o uso de variadas técnicas de redução de danos e também os descuidados;
- Por fim, os pedidos de interromper o consumo e seus possíveis significados enquanto reinvenção da vida. Os autores percebem que nos pedidos de interrupção existem um desejo de mudança de posição simbólica, o que não implica, necessariamente, a abstinência como

condição, mas a possibilidade de reordenação e de reinvenção da própria vida.

Todas estas características identificadas corroboram para o uso e consumo de substâncias psicoativas pela população de rua ser um *habitus*. A condição de uso/consumo não deve ser vista de forma determinante para composição do campo social, porém a relação com as drogas é considerada importante na interação entre os sujeitos, na mediação com as instituições e nas trajetórias de exclusão que acabam por confirmar a condição de população de rua. Corroboram com o pensamento de Bourdieu (2005) ao considerar que, para participar de um determinado campo social é necessária a incorporação dos sentidos de mundo deste campo, tendo como resultado um *habitus* específico na interação com o campo e estes sentidos não são finalísticos e nem determinantes em si mesmo.

3. A relação com o medo

Nas ruas estas famílias estão expostas constantemente a situações de violência, violência estrutural, intrafamiliar, urbana. Esses fenômenos colocam essas famílias em situação de vítimas e em estado de alerta constante sobre a probabilidade de acontecer algum dano: *“colocaram minhas coisas aqui na praça e quando cheguei já tinham roubado um monte de coisa”*. Juliana falando sobre o seu despejo e roubo dos pertences. A sociabilidade ameaça pelo conflito entre os moradores seja por droga, comida, espaço ou pelo tráfico e abordagens policiais que agem de forma truculenta e arbitrária fazem com que estas famílias sejam fáceis alvos em razão de sua capacidade limitada de defesa e resistência à agressão no seu dia-a-dia.

“Em meio a este ambiente instável, o andamento normal de suas rotinas depende da adaptação ao meio em que se encontra imersa. Há a necessidade de se manter em contínuo estado de alerta a fim de identificar e interpretar devidamente as situações com as quais se depara em suas rotinas diárias, para que a partir de então, adote certo modelo de conduta que, por sua experiência prática, minimizaria as probabilidades de vitimização.” (RIBEIRO JÚNIOR; QUEIROZ, 2015, p.344).

Porém, a convivência diária com a violência e o risco potencial de exposição faz com que as famílias elaborem em seu cotidiano uma série de medidas que visam a reduzir suas chances de vitimização, dentre elas: relações de agressividade na

defesa de bens e pessoas; a organização de grupos por afinidade e confiança na hora de dormir, o olhar atento entre os amigos sobre seus pertences ou mediante a grande insegurança o uso de mochilas ao corpo com os objetos de valor.

O perene estado de alerta, o medo frente à violência, fazem com que estes sentimentos predominem, orientando as relações de sociação entre as famílias em situação de rua. Nesse sentido, o medo como emoção expressa o contexto sociocultural e, por conseguinte as experiências do vivido. Essa compreensão sobre as emoções aproxima-se do pensamento de Le Breton ao considerar “*o registro afetivo de uma sociedade deve necessariamente ser compreendido no contexto de suas condições reais de expressão*” (LE BRETON, 2009, p. 10).

Como sistema valorativo de um indivíduo ou grupo, as emoções permeiam as relações traduzindo aquilo que o indivíduo experimentou a fim de possibilitar maior compreensão e explicação sobre os fenômenos e formas da vida em sociedade. Nessa perspectiva, uma compreensão mais aprofundada sobre os processos sociais da violência nas ruas articulados com o sentimento de medo demanda por uma sociabilidade com relações específicas e constantes ajuste das ações individuais.

Em quase todos os encontros com Juliana ela cobrava um posicionamento da Defensoria sobre o abrigo. Juliana sempre expressava o medo de dormir na rua, aquela situação nova que estava vivendo lhe causava muita insegurança, principalmente por conta de sua filha, Letícia. Neste pouco tempo que estava na rua, ela disse que tinha visto muita coisa durante as madrugadas, facadas entre moradores, brigas por enquanto dormiam e outras situações de violência. Estes fatos fizeram com que pedisse a sogra para dormir lá por enquanto que o abrigo não saía ou até conseguir dinheiro para um novo aluguel, principalmente porque Letícia viu uma cena de violência e a partir disso ao adormecer à noite, ela acorda gritando e chamando por Juliana. D. Socorro, a mãe de Juliana, vive de reciclagem e sempre está na rua, catando e ajudando a cuidar de sua neta Letícia, apesar de dormir na casa do companheiro diz que é uma situação provisória e prefere o abrigo. A família estava em situação de rua pela primeira vez e narram o quanto é difícil estar ali, tanto para comer, tomar banho, usar o banheiro e dormir. Apesar desta dura e nova realidade, o medo atormenta Juliana e está incorporado em seu cotidiano.

No contexto de violência em que Salvador se encontra principalmente para quem mora nas ruas, a violência parece crescer a cada instante e a decorrência disso é a percepção de risco e insegurança constantes. As famílias em situação de rua passam a conviver com essa sensação de insegurança, assim como afirma Juliana sobre os fatos ocorridos nas madrugadas na rua. Porém o reflexo maior desta sensação de insegurança é o medo, pois gera novas práticas de sociabilidade e cria novas estratégias com objetivo de proteção é o que Juliana faz ao tentar proteger Letícia, chama a sua mãe para dormir com ela e vigiá-la durante o dia. Outras formas de proteção que as famílias encontram é a organização por grupos de afinidade e confiança na hora de dormir, estão sempre juntos e protegendo um ao outro.

Salienta-se que as famílias em situação de rua fazem experiências cotidianas com a violência seja ela estrutural, intrafamiliar ou interpessoal, de forma até naturalizada e corriqueira. No entanto, o medo da violência ressoa de forma significativa por estar implícito nas falas, nas expressões e na interlocução com a rua. Outro fator potencializador da sensação do medo e que circula no imaginário tanto da população em situação de rua e dos demais moradores da cidade é a mídia. A mídia faz com que circule a ideia de que tudo e todos são potencialmente perigosos e vendem a insegurança através das reportagens alarmantes e que são repassados através de boatos e que são determinantes para a configuração e estigma de locais e pessoas violentas.

De acordo com Koury (2006) os universos da escuta e daquilo que se vê na mídia mesclam-se e geram medos, pois a partir desses instrumentos as pessoas passam a ter uma modificação em seus hábitos e aumento da sensação de insegurança e estado de alerta. As pessoas passam a ser vítimas do próprio medo e buscam novas estratégias e modificam suas rotinas e sociabilidades visando sempre a proteção e fuga de pessoas e situações que possam ser potencialmente perigosos. Contudo, as pessoas em situação de rua, a relação com o medo é ainda mais perversa, pois o extremo da “fuga” já ocorreu: já fugiram para a rua, vivendo uma relação de maior tensão com as contrariedades deste lugar. Sentem medo em função da concretude da violência e vulnerabilidade a que estão submetidos, mas são colocados no imaginário social como aqueles de quem a sociedade deve temer... Sentem medo da sociedade que os teme, e, por conseguinte, os rejeita,

exclui violenta e mata tudo em nome do medo e da proteção da sociedade “contra” eles.

A mídia reforça esse medo manifesto nos espaços da rua e na figura das “pessoas desconhecidas”. Na mídia a Cidade Baixa é retratada de maneiras diversas por causa das diversas atividades que ocorrem nesses bairros (em especial, o Pelourinho local histórico e de grande atração turística, bem como o Mercado Modelo e as atividades religiosas como o Bonfim); pelas atividades beneficentes das Obras Irmã Dulce; Culinária e pela violência. Ao analisar as notícias percebe-se o cruzamento destas características e como perpassam todas as atividades que circundam esses locais e o grande fato é que as notícias repercutem no cotidiano das famílias em situação de rua e tornam a rua como um local extremamente violento e inseguro.

O medo pelo mundo da droga e suas consequências são as maiores preocupações da mãe e da avó de Lucas! Mais uma terça de campo na Praça dos Mares e me deparo com um menino negro, de pele retinta de 13 anos de idade. Era Lucas!! Estava na companhia de outros adolescentes e algumas crianças, cheiravam cola e carregavam seu material de trabalho: balde, sabão e rodo. Ganhava dinheiro sendo flanelinha nos sinais. Lucas cheirava cola compulsivamente e também já fazia uso de maconha. Lucas diferente de outros adolescentes tinha casa e família, porém preferia a liberdade das ruas para usar drogas e se divertir. Dias depois conheci na Praça a mãe e a avó de Lucas. A avó, extremamente preocupada, tem medo do destino de Lucas, pois já havia perdido um filho assassinado pelo tráfico e outro usuário de droga. A mãe via na vida de Lucas a repetição da sua e teme. Aos 15 anos foi morar nas ruas por causa do crack e ainda hoje cheira cocaína e fuma maconha. Lucas cheirava cola sem nenhuma intimidação na presença da mãe e da avó e diante da situação não sabiam como agir para protegê-lo e pediam ajuda as equipes de apoio (Defensoria Pública e o Corra para Abraço) para que os ajudassem.

Percebe-se que no próprio discurso da população de rua está internalizado o discurso do social. A mãe e avó de Lucas reproduzem essa fala ao dizer que a droga é o grande culpado, que os usuários de drogas são marginais e que os traficantes são os grandes responsáveis pela violência. Porém, elas não se dão

contam de que fazem parte desse mundo, atribuem ao outro e ao mundo externo a elas o perigo e fatalmente o medo.

O medo por sua vez também impõe uma contradição perversa, ao mesmo tempo em que reproduzem discursos de medo sobre a violência, esta mesma população de rua é alvo do medo social. A mãe, avó, Lucas, Juliana e sua família são pessoas a serem temidas, pois elas representam tudo aquilo que está no lugar de periculosidade do social: negritude, ser usuário de drogas, pobres e em situação de rua. Todas essas interseccionalidades estão aí encarnadas neles da relação feita socialmente entre pobreza, violência e delinquência.

[...] se refletirmos sobre a qualidade destas interações, observaremos que comumente nós as olhamos amedrontados, de soslaio, com uma expressão de constrangimento. Alguns as veem como perigosas, apressam o passo. Outros logo as consideram vagabundas e que ali estão por não quererem trabalhar, olhando-as com hostilidade. Muitos atravessam a rua com receio de serem abordados por pedido de esmola, ou mesmo por pré-conceberem que são pessoas sujas e mal cheirosas. Há também aqueles que delas sentem pena e olham-nas com comoção ou piedade. Enfim, é comum negligenciarmos involuntariamente o contato com elas. Habitados com suas presenças parece que estamos dessensibilizados em relação à sua condição (sub) humana. Em atitude mais violenta, alguns chegam a xingá-las e até mesmo agredi-las ou queimá-las, como em alguns lamentáveis casos noticiados pela imprensa (MATTOS; FERREIRA, 2004, p. 2).

Os medos por sua vez narrados e corporificados por tantos moradores em situação de rua revelam o forte indício de que o esse sentimento ocorre disseminado na vida cotidiana, dando novos ritmos e sentidos, alterando os trajetos e as formas de ocupação na rua. Pode-se dizer que o medo é social, ou seja, é um sentimento singular e ao mesmo tempo coletivo construído e constituídos na interação com a vivência na rua e seus contextos sociais específicos. A violência e o medo gerado por ela se espalham a partir do que se vê e escuta dando novos sentidos e significados à vida afetando pessoas diretamente, levando-as de forma compartilhada a construir novas formas de sociabilidade em seus espaços de moradia e lazer, alterando o cotidiano.

4. A relação com a (Des) Proteção Social

Na vivência na rua, um sentimento de impotência muito grande ocorria, tanto quanto pesquisadora e cidadã, principalmente diante de necessidades básicas, sejam elas de saúde, justiça ou assistência social e eram amenizadas pelas ações assistenciais. Durante todo período que estive no campo, instituições como: Obras Irmã Dulce, Projeto Axé, Corra para o Abraço, Consultório de Rua e Defensoria Pública estavam presentes, indo ao encontro da população de rua. Articulações das ações, encaminhamentos, bem como a partilha de casos eram feitas e as resoluções aconteciam. Estas ações tinham um impacto positivo e as famílias da rua reconheciam nestas instituições um espaço para apoio, escuta e acolhimento.

As necessidades em saúde eram rotineiras na rua e era perceptível o quanto a equipe do Consultório de rua era solicitada quando chegavam. Um após outro, atendimentos eram feitos, encaminhamentos, orientações, remédios, preservativos, parece que não tinham fim as demandas. As mazelas eram amenizadas, porém a estrutura social no qual estão imersos e as fragilidades dos seus capitais sociais, financeiros e humanos fazem com que as situações de vulnerabilidade os ponham à margem e com grandes limitações para a resolução de seus conflitos. Como dar continuidade a um tratamento em uma unidade de saúde se o acesso é limitado pela pobreza? *“falta dinheiro pra passagem, o posto que tenho que ir fica longe pra levar ela”*. Fala de Juliana, mãe de Letícia de 5 anos, com anemia falciforme.

Chegamos à Praça dos Mares e fomos abordados por uma família (mãe, pai, filha e avó) e depois outros moradores no relataram que a Secretaria de Assistência Social (SEMPs) veio à praça, fez o cadastro dos moradores de rua para fins de abrigamento. Passaram-se uns 15 dias e nada foi feito. As reclamações constantes e a falta de retorno da referida secretaria fizeram com que a Defensoria Pública resolvesse judicializar o caso e no mover da ação obteve resposta favorável à população de rua. Esta família é abrigada, mas retorna às ruas alegando falta de estrutura da instituição. É válido salientar que na troca de contatos com a referida secretaria, esta informou que no município de Salvador não existiam vagas suficientes em detrimento do extenso número de pessoas vivendo nas ruas.

A proteção social é desenvolvida por meio de programas e ações realizadas por instituições públicas ou privadas. Os serviços e benefícios são assegurados

como direitos e atuam no enfrentamento dos diferentes níveis de vulnerabilidade, risco e privação (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009). A trajetória das políticas de proteção social se formou em resposta ao processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas industrializadas, principalmente pelos movimentos sociais do operariado no séc. XIX. A proteção social se desenvolveu a partir de três modelos: o bismackiano do seguro social; os benefícios universalistas berevidgianos e o da cidadania regulada pelo trabalho ao Estado mínimo. Atualmente, a proteção social está pautada no neoliberalismo no qual o Estado oferece mínimos sociais, desresponsabilização do Estado, por meio de ações pontuais, fragmentadas e mercantilizadas (FLEURY; OUVENEY, 2012).

Nacionalmente, apesar de a Constituição prover direitos universalistas de seguridade social, o Estado continua como financiador da filantropia, sem assimilação da assistência social como política pública. Ações com baixa efetividade em atingir os mais vulneráveis e reduzir as desigualdades sociais marcaram longos períodos dos governos nacionais. Nos anos 2000, um novo tipo de assistência social é promovido, subsidiada principalmente pelos programas de transferência de renda por alívio imediato da situação de vulnerabilidade, com perspectiva de redução de pobreza entre gerações por meio das condicionalidades em saúde e educação, numa perspectiva de longo prazo (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009). Entretanto, tal conquista é destruída com a ampliação da ofensiva neoliberal, que conformou às políticas sociais um profundo limite de cobertura e abrangência.

Diante deste contexto de extrema vulnerabilidade percebe-se que as práticas de proteção social à população de rua frente a um estado neoliberal, tornam-se fragmentadas, pontuais e burocratizadas.

A esses entraves “burocráticos” de acesso às políticas sociais pela população em situação de rua somam-se: a falta de articulação entre as políticas sociais, as metodologias inadequadas dos programas, a falta de habilidade e capacitação dos servidores públicos para lidarem com esse grupo populacional, além do preconceito social que estigmatiza essas pessoas como “vagabundos”, “desordeiros”, “preguiçosos” e “bandidos”, fazendo com que sejam consideradas não merecedoras do acesso aos direitos sociais. (SILVA, 2009, p.136).

No relato apresentado às condições de risco pelas quais passam esta família são inúmeros e confirmam a configuração atual da política social, pois não consegue abranger as demandas trazidas pela família e resumem-se à práticas

conservadoras, focalizadas e de caráter emergencial, produzindo um efeito de minimização das situações de extrema pobreza. Neste aspecto é importante refletir sobre as atribuições, recursos e estratégias acionadas por estes tipos de famílias, marcadas pela pobreza, violência e exclusão social quanto a efetividade das ações realizadas pelas políticas públicas com responsabilização familiar, associadas à função estatal.

Dessa forma, a relação da população em situação de rua com as políticas sociais é uma relação de cobertura ínfima, de quase completa exclusão. Não existem políticas sociais no País, na esfera federal, capazes de alcança-las como grupo populacional. Os limites de abrangência e cobertura impostos pela natureza seletiva dessas políticas são o principal fator do não alcance à população em situação de rua. As marcas históricas impregnadas pela política de assistência social também contribuem para isso, uma vez que é a política que possui mais programas dirigidos a esse segmento, sobretudo programas de acolhida temporária (albergues, moradias provisórias, repúblicas, etc.). o preconceito e o estigma social que atingem a população em situação de rua constituem outro ângulo de explicação para essa completa vulnerabilidade e falta de proteção social. (SILVA, 2009, p. 186)

Diante do capitalismo financeiro e o corte em investimentos nos programas e projetos sociais, a garantia dos direitos sociais da população em situação de rua se alia a elaboração de um projeto de sociedade democrática e igualitária, que enfraqueça a hegemonia do capital. Associado a articulação dos movimentos sociais e instâncias públicas em defesa das políticas sociais capazes de materializar os direitos desse grupo proporcionando um novo sentido de sociabilidade.

Considerações Finais

O diálogo com as reflexões teóricas e etnográficas aqui apresentadas permitiu vislumbrar o quanto a estrutura socioeconômica desigual produz violências e vulnerabilidades. Fala-se de uma configuração social excludente e desigual, uma ausência estatal e compromisso ético-político na atenção de políticas públicas de equidade social. Fala-se de pessoas com experiências de rupturas com suas casas com capacidade desenvolvimento pessoal e social restritos, menos acesso a oportunidades e recursos. O deslocamento da casa para rua apenas exacerba a condição de vulnerabilidade e o confinamento social segundo seu capital econômico e cultural.

O contexto das famílias em situação de rua é um encontro violento com a pobreza cotidiana, tendo a droga como alívio e possibilidade para suportar as angústias. Ela (a droga) também é fator de classificação e definição da posição da população de rua no espaço social (*habitus*). Paralelo a esta realidade, temos uma posição estatal truculenta que justifica suas ações punitivas e de extermínio (principalmente aos negros, pobres e oprimidos) em favor de uma sociedade “livre das drogas”. E, por conseguinte, um cenário complexo permeado por injustiças, violências públicas e omissão estatal.

Na rua, a violência diária torna-se reflexo e consequência de uma sociedade violentada. As famílias na rua vivenciam e partilham medos. Medo da própria condição de rua, da morte, das agressões. E também são temidos. Cenários de vulnerabilidade naturalizam a violência, se inscrevendo como *habitus* e externadas nas relações sociais. Famílias em situação de rua são violentadas pela ausência de condições dignas de vida, incorporam as agressões estruturais da violência de forma processual, direta produzindo desvios na vida dos sujeitos e na sociabilidade.

“A violência imposta como condição para viver e sobreviver é a maior das violências e sofrimentos a que está submetida a gente de rua. Praticamente não há liberdade. A violência como imposição é tornada “disposição”, esquecida e incorporada e nem como resistência é lembrada” (FLACH, 2019, p.302). Por fim, importa dizer que uma saída potente é a articulação dos movimentos sociais em defesa das políticas sociais com as instâncias públicas na busca de alternativas capazes de materializar os direitos desse grupo sobrevivendo à ordem do capital, ou, superá-la formando um novo padrão de convívio social com as desigualdades e sofrimentos atrelados a ela.

Referências

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Rio de Janeiro, PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. Disponível em: < www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf . 2013>. Acesso em: setembro, 2019.
- BOTTI, N. C. L.; CASTRO, C. G.; SILVA, A. K.; SILVA, M. F.; et al. Padrão de uso de álcool entre homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte. **SMAD: Revista Eletrônica Saúde Mental, Álcool e Drogas**, v.6,n. esp, p. 536-555, 2010.
- BOURDIEU, P. Espaço social e Espaço simbólico. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2005 (1994), p. 13-33.
- COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, v.4,dez., 2005.
- DAMATTA, R. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DOWDNEY, L. **Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- ESPINHEIRA, Gey. A casa e a rua. *Cadernos do CEAS*, n. 145, p. 24-38, maio/jun. 1993.
- ESPINHEIRA, G. Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador. **BAHIA ANÁLISE & DADOS** v.11 n.1 p.08-16. Jun, 2001.
- ESPINHEIRA, G. Violência e pobreza: janelas quebradas e o mal-estar da civilização. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 461-470, Set./Dez. 2005.
- FERREIRA, F. P. M.; MACHADO, S. C. C. **Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Editora Cortez, 2007.
- FLACH, P.M.V. **Experiências de sofrimento social e movimentos de resistência entre trabalhadores e gente de rua (usuários de álcool e outras drogas), na Praça das Duas Mãos – Salvador-Bahia**. 2019. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Instituto de Saúde coletiva. Universidade Federal da Bahia. 2019.
- FLEURY, S.; OUVÉNEY, A. **Política de Saúde: uma política social**. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO L. et al. (Org.). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012, p. 25-57
- FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.14, n.2, p.50-59, maio/ago, 2005.
- GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1997.

KAZTMAN, R. (Org.). *Activos y estructuras de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay*. Montevideo: LC/MVD/R, 1999.

KAZTMAN, R. **Notas sobre la medicina de la vulnerabilidad social**. Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medicina de la pobreza, metodos y aplicaciones. BID-BIRF-CEPAL. México, 2000.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque ativos, vulnerabilidades e estrutura de oportunidades. In: CUNHA, J. M. P. (Ed.) **Novas Metrôpoles Paulistas: População, Vulnerabilidade e Segregação**. Campinas: NEPO/Unicamp, 2006. 616 p. KOURY, M. G. P. A noção de Medo na visão dos moradores da cidade de João Pessoa – PB. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, João Pessoa, v. 6, n. 16, p. 58-86, abr, 2006.

LE BRETON. D. **As paixoes ordinárias** : antropogia das emoções. Pétropolis: Vozes, 2009.

LEAL, E. M. O outro nome da pobreza: a “situação de rua” na perspectiva antropológica. In: LIMA, Kant de (org.) **Antropologia e Direitos Humanos 5**. Brasília; Rio de Janeiro: ABA; Booklink, 2008.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez, 2009.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F.. Quem vocês pensam que (elas) são? representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*. São Paulo, n. 16, maio/ago. 2004.

MELO, T. H. A. G. **A Rua e a Sociedade**: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. 2011. Dissertação (mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná, 2011.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde pública*, n. 10, pp. 7-18, suplemento 1, 1994.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 17, n. 2, p.29-40, jul.-dez, 2011.

RIBEIRO JÚNIOR, H.; QUEIROZ, G. C. C. A produção da sociabilidade violenta nas relações sociais dos moradores dos centros urbanos brasileiros. In: BASSO, A. P.; CADEMARTORI, D. M. L. R.; MACIEL, M.(orgs). **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. Florianópolis, Conpedi, pp. 329-346, 2015.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014a. 400p.

SILVA, R. O processo de organização política da população em situação de rua na cidade de São Paulo: limites e possibilidades da participação social. In. **Anais do Seminário Nacional Pessoas em Situação de Rua: perspectivas e políticas públicas**. São Carlos, p 87-97, 2008.

SILVA, M.. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SIMMEL. **Sociologia**. Evaristo de Moraes Filho. (Org.). Tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009. 483p. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_rale_brasileira.pdf>. Acesso em: novembro, 2019.

TILIO, R.; VIDOTTO, L. T.; GALEGO, P. S. Medos e expectativas de usuários de drogas em situação de rua. **Revista da SPAGESP**, v.16, n.2, p.75-87, 2015.

TONDIN, M. C.; NETA, M. A. P. B.; PASSOS, L. A. Consultório de Rua: intervenção ao uso de drogas com pessoas em situação de rua. **R. Educ. Públ.** Cuiabá v. 22 n. 49/2 p. 485-501 maio/ago, 2013.

VAITSMAN, J.; RIEVERES, B. A. G.; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n. 3, jun, p. 731-741, 2009.

VIEIRA, M^a; BEZERRA, M^a; ROSA, C. **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

5 ARTIGO 4 - VIOLÊNCIA E FAMÍLIA NAS FALAS E DESENHOS INFANTIS

Resumo

Descrever as experiências das crianças sobre violência intrafamiliar e família por meio da análise de Desenhos, falas do “Jogo das Sentenças Incompletas” e observação participante. Os dados foram produzidos em dinâmicas interativas com as crianças de 8 a 11 anos de idade, discentes do terceiro ano. Ao reportarem sobre família evocaram atributos positivos como feliz, boa e unida e na maioria das falas relataram ser uma família infeliz aquela onde a violência está presente. Quanto aos desenhos fizeram registros a partir de sua vivência social e foi possível verificar diferentes tipos de famílias como as nucleares e monoparentais femininas, bem como o destaque para figuras de importância seja o pai ou mãe. Os contextos de violência intrafamiliar também foram retratados nos desenhos como a força do pai, autor da agressão e o sentimento de não pertença a família, excluindo-se do desenho. As redes de proteção social, como a escola devem caminhar na perspectiva da prevenção e proteção das crianças e de suas famílias a fim de que possam reelaborar suas experiências e ressignificar a prática de cuidado com os filhos e demais membros.

Palavras Chaves: Criança; Violência; Família.

Abstract

Describe children's experiences on family and intrafamilial violence through analysis of Drawings, statements from the “Incomplete Sentences Game” and participant observation. The data were produced in interactive dynamics with children from 8 to 11 years old, students of the third year. When reporting about family they evoked positive attributes such as happy, good and united and in most of the statements reported to be an unhappy family where violence is present. As for the drawings made records from their social experience and it was possible to verify different types of families such as female nuclear and single parent, as well as the highlight for figures of importance is the father or mother. The contexts of intrafamily violence were also portrayed in the drawings as the force of the father, perpetrator of the aggression and the feeling of not belonging to the family, excluding themselves from the drawing. Social safety nets, such as schools, should move towards the prevention and protection of children and their families so that they can rework their experiences and redefine the practice of caring for their children and other members.

Keywords: Child; Violence; Family.

Introdução

A visão sociológica sobre a criança sustenta que entre esta e o adulto se estabelecem uma relação de alteridade e não de incompletude. Privilegia na análise deste processo de transição o contexto e a formação específica infantil (SARMENTO, 2013). Rejeita-se, portanto, a concepção tradicional de criança como um ser em mudança para a adultez, enfatizando ainda a importância de compreender o mundo da criança, a partir de suas expressões, aquilo que sabem, conhecem e refletem na constituição de suas próprias relações sociais (DELGADO; MULLER, 2005).

A análise das realidades específicas de formação das crianças, por sua vez, não pode prescindir do entendimento de que as diferenças sociais, históricas e culturais dos contextos sociais, os sentidos de infância e criança são o reflexo do vivido e experimentado nas sociedades (SARMENTO e PINTO, 1997). Por outro lado, a busca da referida compreensão do mundo da criança, encontra nos microcontextos, notadamente a família e a escola, lócus estratégicos de observação.

Interações saudáveis na infância resultam num impacto positivo na formação de cidadãos. Especificamente na primeira infância, os estudos têm mostrado que investimentos em programas nesta fase da vida geram bons retornos para a infância e a sociedade. Crianças que tiveram boas oportunidades na infância (escolares, afetivas e sociais) tendem a apresentar um melhor desempenho acadêmico e profissional, um maior ajuste social e uma menor propensão à criminalidade, uso de drogas, adoecimento físico ou mental (NCPI, 2015 ; 2016).

As experiências e oportunidades de bons relacionamentos com a família e cuidadores das crianças auxiliam na criação de um forte alicerce, gerando valores, habilidades cognitivas e sociabilidade. As atividades de cuidado cotidiano da criança dentro da família são fundamentais para que elas cresçam e se desenvolvam fisicamente saudáveis, emocionalmente seguras e respeitadas como sujeitos sociais. Neste processo de cuidado e desenvolvimento, a criança necessita de interações positivas e de cuidados adequados, desempenhados por pessoas comprometidas com a sua saúde e bem-estar (BRAZELTON; GREENSPAN, 2002; BRITTO; ULKUER, 2012).

No âmbito da violência intrafamiliar, a relação violenta entre pais e/ou responsáveis com seus filhos não pode ser compreendida sem considerar as diferentes condições existenciais que envolvem a dinâmica desta família, as quais afetam este relacionamento. Diferente da função protetora, a família mostra, em muitas situações e em diversas condições sociais, um espaço privilegiado para expressão de violência. Fatores socioeconômicos, ambientais, culturais, entre outros, podem configurar-se como estressores, aumentando a possibilidade da ocorrência de episódios violentos (ALGERI, 2008).

Na terceira infância, o período escolar e os aspectos relativos à interação tornam-se fundamentais para o desenvolvimento de habilidades sociais, autoconhecimento e identidade de gênero, além do progresso de um pensamento mais elaborado, memória cognitiva e maior capacidade de leitura e escrita (PAPALIA, 2010). O referido autor complementa:

As crianças se beneficiam em fazer coisas com amigos. Elas desenvolvem habilidades necessárias à socialização e à intimidade, intensificam os relacionamentos e adquirem um senso de afiliação. São motivadas a realizar coisas, além de adquirirem um senso de identidade. Aprendem a liderar e a se comunicar, a cooperar e também papéis sociais e regras. (PAPALIA, 2010, p. 372)

Neste espaço, a equipe escolar se depara com crianças que apresentam diversos problemas, afetivos, psicológicos, sociais e em situações de violência intrafamiliar e que necessitam de trabalhos interdisciplinares e apoio do Sistema de Garantia de Direitos. Segundo os autores Leal e Nogueira (2011, p. 58) as dificuldades encontradas pela criança na escola “podem, muitas vezes, não estar relacionadas com fatores patológicos, neurológicos, psicológicos, neurolinguísticos ou psicopedagógicos, mas sim com outras questões: familiares, culturais e econômicas”.

Alinha-se com uma perspectiva de pesquisa com crianças, contextualizando as suas experiências de vida, que pretende captar suas expressões enquanto sujeito ativo no processo de investigação. Abre-se, portanto uma possibilidade para a participação das crianças, estudar suas expressões próprias, aquilo que elas sabem e conhecem e refletem na constituição das suas próprias relações sociais. Tal como enfatizado por Delgado e Muller (2005) é preciso “desnaturalizar o silêncio que circunda o envolvimento das crianças nos procedimentos metodológicos eleitos nas

pesquisas, vale à pena insistir na ideia de visitar o mundo das crianças para torná-lo especialmente significativo e visível”.

As referências familiares e domésticas influenciam sobremaneira no desenvolvimento da criança e as reflexões das crianças sobre violência e família emergem daquilo que social e culturalmente elaboraram em seus contextos de vida.

Procurando romper o silêncio frente às experiências das crianças, realizou-se um estudo através da mediação escolar sobre violência intrafamiliar e família. Este artigo tem como objetivo descrever as expressões infantis sobre violência e família apreendidas principalmente por meio de Desenhos e falas do “Jogo das Sentenças Incompletas”.

Método: rompendo o silêncio através do desenho e de jogos de palavras

Com intuito de alcançar a dimensão subjetiva de crianças sobre violência e família, buscou-se o aprofundamento da temática, por meio de um estudo qualitativo, fundamentados na perspectiva teórico-metodológica dos desenhos, falas infantis e observação participante.

Os desenhos são estratégias metodológicas e consideradas uma produção cultural das crianças e um instrumento revelador das representações infantis com a possibilidade de reconstruir seu espaço de convivência e familiaridade (MARTINS FILHO; BARBOSA, 2010). A partir dos desenhos desenvolvidos pelo grupo pretendeu destacar o protagonismo infantil na pesquisa, fortalecendo a defesa das crianças como atores sociais e sujeitos ativos nas investigações. Segundo Sirota (2001), trata-se de compreender aquilo que a criança faz de si e aquilo que se faz dela, e não simplesmente aquilo que as instituições (Escola, Estado e Família) inventam para ela.

As atividades com as crianças foram desenvolvidas numa escola municipal de Salvador, no bairro Alto das Pombas. A escolha pelo bairro foi orientada a partir dos resultados apontados no estudo espacial para identificação de áreas de risco para a violência intrafamiliar no segmento infantil (parte da tese de doutorado da primeira autora). É importante salientar a intencionalidade na eleição do bairro, principalmente pelas atuações de pesquisa do Grupo FASA⁸ na área do Calabar

⁸ Programa Integrado Comunidade, Família e Saúde (FASA). Instituto de Saúde Coletiva/UFBA.

(bairro de fronteira), relativa proximidade com as instâncias da UFBA e também pelo estigma “bairro pobre ou de pobre”.

O Alto das Pombas é um bairro popular, localizado na área da Federação, vizinho do cemitério Campo Santo e com fronteiras com o Calabar, tem um forte comércio local na rua principal e que nos leva a quatro locais importantes dentro do bairro: a Unidade de Saúde Família, a Escola Municipal, a Igreja e a Lavanderia Comunitária que também é sede do Grupo de Mulheres. A entrada no campo iniciou-se pelo setor Saúde, através da unidade de saúde, porém a invisibilidade do fenômeno por parte da coordenação - *“outras violências sim, violência contra mulher, o tráfico de drogas, mas criança? não recebo casos aqui na unidade”*, conduziu a pesquisa para outro campo: A escola municipal.

A escola era pequena, de ensino fundamental, poucas salas e um restrito espaço para convivência, porém enfeitada com cartazes, faixas, produções infantis, favorecendo um ambiente bastante acolhedor. Conheci alguns professores da instituição, fiz amizades e pude participar de momentos ricos de discussão sobre a educação e alguns desafios vivenciados pela escola em relação à administração pública, quanto à falta de investimento em material humano e físico na escola. No diálogo com a diretora foram explicados os objetivos e as atividades da pesquisa a serem desenvolvidas na escola. A diretoria da escola e os professores demonstraram interesse e feliz com a oportunidade de trabalhar a temática na escola, pois os casos de violência intrafamiliar infantil chegavam naquela instituição.

As dinâmicas interativas com as crianças contaram com a participação de 22 crianças, com faixa etária compreendida entre 8 e 11 anos de idade, discentes do terceiro ano do turno vespertino. A seleção do terceiro ano por parte da diretora e em comum acordo com a professora da turma e a pesquisadora, ocorreu de forma intencional e justifica-se pelo fato de ter havido casos de violência intrafamiliar naquela turma, vislumbrou-se a possibilidade de estreitamento de diálogos entre as famílias, a escola e as crianças sobre a temática. Após este contato a proposta de atividades foi encaminhada à Secretaria Municipal de Educação para fins de consentimento e aprovação, obtida resposta favorável do referido setor foram agendados os encontros, em horários livres da turma, para que não atrapalhassem a rotina de atividades da classe.

Anteriormente a realização das atividades com a turma foi realizada uma reunião com os pais/responsáveis das crianças em formato de oficina com o tema: Cuidado Familiar. Nesta atividade estavam presentes a diretora da escola e a pesquisadora. Foi realizada uma roda de conversa norteada por dois questionamentos principais: *quais as principais dificuldades/desafios no cuidado com os meus filhos?; onde preciso melhorar no exercício do cuidado com os meus filhos?* Ao fim da roda de conversa foram explicadas aos pais as atividades a serem desenvolvidas com seus filhos, no qual foi solicitado o consentimento para participação e todos foram favoráveis.

Os encontros com as crianças foram em formato de Oficina, com o tema: Família. Estavam presentes a pesquisadora, duas estagiárias do curso de Pedagogia e dois colaboradores. As oficinas compreenderam dois procedimentos: a primeira da Roda de conversa e “Jogo de Sentenças Incompletas” e a segunda com os desenhos sobre suas famílias. Anteriormente a cada oficina, vídeos educativos eram apresentados no intuito de “quebrar o gelo” e ser disparador nas atividades.

O roteiro para roda de conversa foi realizado a partir de duas questões abertas propostas por Sanches (2001), visando uma investigação direta das vivências do participante em relação a sua família. 1) *Você se lembra de alguma coisa legal que aconteceu com você e sua família? Conte como foi....;* 2) *Você se lembra de alguma coisa ruim que aconteceu com você e sua família? Conte como foi ...*

O “Jogo das Sentenças Incompletas” é um questionário proposto por Koller, Raffaelli, Bandeira, Reppold, Kuschik e Dani (1997), especialmente composto para sua pesquisa, incluindo as sentenças: 1) *Família é....;* 2) *Uma família feliz é aquela que....;* 3) *Uma família infeliz é aquela que....;* 4) *Eu queria que minha família...;* 5) *Eu acho que quem cuida de criança deveria....;* 6) *Uma criança para ser bem educado precisa....;* 7) *Quando uma criança apanha....;* 8) *Quando uma criança é xingada....;* 9) *Uma criança maltratada sente....;* 10) *Um adulto maltrata uma criança porque...*

Para aplicação do jogo, as crianças foram orientadas a completarem as frases como quisessem, sem preocupações com respostas certas ou erradas, e todo material produzido seria passível de categorização e análise. Este tipo de orientação busca a neutralidade do entrevistador, deixando os entrevistados livres para suas próprias interpretações. A liberdade de escrita, a facilidade de aplicação e uma

temática cotidiana possibilitou uma boa interação com as crianças e densidade no conteúdo. O intuito foi compreender como as crianças pensam, traduzem seus sentimentos e experiências quanto ao tema relacionado. É válido salientar que aquelas crianças que tiveram dificuldade na leitura, escrita e/ou interpretação das sentenças foram orientadas pela pesquisadora e estagiárias.

No início da coleta de informações, todas as crianças afirmaram gostar de desenhar, o que facilitou o envolvimento e o diálogo entre pesquisadora e sujeitos da pesquisa. As crianças foram divididas em 3 grupos menores, com a presença de um facilitador para interação e acompanhamento da produção. A dinâmica ocorreu da seguinte maneira: em uma caixa foram colocados desenhos e frases, relativas à família. Ao toque da música essa caixa foi rodada entre os participantes, ao toque de palmas do colaborador a música encerrava e o participante que estivesse com a caixa na mão deveria retirar um item, falar sobre, conversar juntos e desenhar. As frases utilizadas foram àquelas propostas por Sanches (2001), referidas acima, as imagens contidas na caixa foram escolhidas intencionalmente pela pesquisadora a fim de discutir na roda de conversa temas relacionados a: sentimentos que causam tristeza nas crianças (figura 1); proteção familiar (figura 2) e composição familiar (figura 3):

Figura 1. Sentimentos infantis familiar



Figura 2. Proteção Familiar

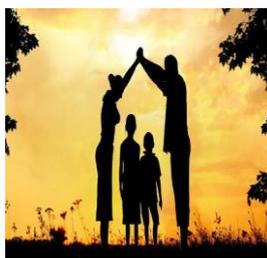


Figura 3. Composição familiar



Fonte: www.google.com.br

Para cada grupo, foi disponibilizada uma variedade de materiais – canetinhas hidrocor, lápis de cor, giz de cera, borracha, lápis e papel ofício e foi explicado que poderiam utilizar o que quisessem. Então, solicitou-se às crianças que fizessem um desenho representativo de sua família e o descrevesse de forma oral ao facilitador no final de sua produção.

As respostas do “jogo das sentenças incompletas” e as perguntas abertas foram categorizadas através do método de Análise de Conteúdo. O material foi organizado, transcrito e após leitura das questões colocadas, foram definidos trechos significativos ao objeto de estudo. Na segunda etapa, os trechos escolhidos foram submetidos a um estudo orientado pela fundamentação teórica, no intuito de possibilitar a codificação, classificação e categorização dos dados. E por fim os dados foram aprofundados, na busca de desvendar o conteúdo latente que eles possuem, levando em conta a fundamentação teórica, o problema e os objetivos do estudo (BARDIN, 1977).

No caso dos desenhos infantis, para além do ato de simplesmente desenhar, foi/é necessário elaborar uma interpretação dos desenhos a partir dos olhares e falas de seus autores – as crianças. Martins Filho e Barbosa (2010), afirmam que o desenho é compreendido como atividade de criação e expressão e nesse sentido, quatro aspectos devem ser considerados: “o autor (a criança que o desenha), o próprio desenho em si, a fala do autor que o produz e o contexto em que ele é produzido”.

Por questões éticas, os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios atribuídos pela pesquisadora. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) do Instituto de Saúde Coletiva – ISC da Universidade Federal da Bahia - UFBA (CAAE 70601417.0.0000.5030.) em atendimento aos princípios éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e Discussão

1. O contexto da escola

De acordo com os profissionais da escola, as questões relativas à violência são de ordem familiar. Durante os diálogos com a equipe escolar foi possível constatar que algumas famílias daquele bairro possuem grande carência econômica e alta vulnerabilidade social. A estrutura das famílias (aglomerados e arranjos familiares), a carência de cuidados básicos e financeiros constitui em diversas problemáticas que refletem na escola.

O benefício do Programa Bolsa Família que tem como requisito essencial à matrícula, a permanência na escola e a merenda escolar são os principais responsáveis pela frequência regular das crianças. A equipe escolar faz acompanhamento diário da frequência escolar e destaca-se a figura do Agente Escolar que funciona como elo entre a família e a escola por meio de visitas domiciliares. É válido salientar que alguns profissionais da escola são moradores do bairro e conhecem a realidade dos alunos, bem como de suas famílias.

A realidade da violência vivenciada pela criança é percebida pelos profissionais da escola através de marcas no corpo, ferimentos, instabilidade emocional, indisciplina e sexualidade precoce. De acordo com os profissionais, as crianças são identificadas na maioria das vezes pelo professor, através das marcas visíveis no corpo, comportamento estranho ao habitual, isolamento e/ou agressividade.

Frente às situações, os professores investigam a situação através de perguntas informais e conversas e conduz o caso a direção da escola que averigua por meio de conversa com a criança, a família e/ou responsável. Diante da fragilidade dos Conselhos Tutelares, a diretora relata a dificuldade de entrar em contato com o referido órgão e não obter a visita do órgão na escola e nos casos de sucesso de contato, o retorno do acompanhamento.

Importante registrar que no período estudado, foi observado o sucateamento dos Conselhos Tutelares, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) de Salvador principalmente quanto à estrutura física, apoio municipal e recursos humanos e financeiros.

As crianças do estudo, no auge de seu desenvolvimento cognitivo e psicossocial, têm na escola experiências centrais de interação, principalmente pelo tempo requerido da criança neste ambiente. “Os processos de socialização cada vez mais complexos ocorrem a partir do momento em que as crianças de menor idade começam a passar grande parte do seu tempo fora do contexto familiar” (DELGADO; MULLER, 2005, p. 2).

O lúdico, o prazer da sociabilidade é fragilizado na medida em que se oferece um ambiente familiar conflituoso no qual a resolução dos conflitos dá-se por meio de eventos traumáticos. A vivência com esta realidade associado a um meio social

também marcado pela violência refletem nos comportamentos infantis e em seus meios de convivência, família e escola.

Os dados apreendidos por meio da observação participante e oficinas foram enriquecidos por diálogos (interlocução livre) com funcionários da escola. Nesta interação, diversos aspectos foram levantados e permitiu conhecer a realidade dos alunos pesquisados, histórico de violências, frequência e desempenho escolar, além de conhecer a formação dos profissionais, experiência escolar, compreensão e enfrentamento da violência intrafamiliar na rotina escolar e com as instâncias de Garantias de Direitos.

2. Eu sei falar!!

Dentre as expressões de sociabilidade, a linguagem é parte fundamental no desenvolvimento da criança, pois a comunicação verbal, seja em casa ou na escola, permite a criança realizar processos de interação e aquisição de habilidades e conhecimentos. Segundo Mussen (1982) a linguagem organiza as atividades e ações, provenientes das imagens e símbolos dos pensamentos infantis.

No momento das oficinas as crianças foram convidadas a completar as frases do jogo das “Sentenças Incompletas” de forma livre e espontânea. As sentenças buscam informações das crianças sobre família e violência intrafamiliar (maus-tratos). As respostas foram organizadas em categorias centrais e subcategorias e descritas no quadro 1.

Quadro 1. Descrição das sentenças do jogo “Sentenças Incompletas” por crianças de 8 a 11 anos. Escola Municipal. Salvador- Bahia.	
Família é...	Atributos positivos (boa, feliz, alegre, unida, amor, especial) Configuração tradicional (mãe, pai e filhos) Atributos negativos (morta pelo ladrão)
Uma família feliz é aquela que...	Atributos positivos (feliz, amor, boa, unida, adora) Relação de cuidado (cuidada pela família, ajuda/cuida do filho) Rica
Uma família infeliz é aquela que...	Atributos negativos (brigas, desunião, escrava, desamor, infeliz/triste, ruim) Não cuida dos filhos

	Tem separação Morre
Eu queria que minha família...	Rica Atributos positivos (unida, alegre, legal, se amasse) Fosse normal Ficasse protegida Não separasse
Eu acho que quem cuida de criança deveria...	Sentimentos nobres (respeito, gosta, ama, felicidade, especial, boa, não maltrata) Relação de cuidado (ser bem cuidada, ter uma família, ir para o céu) Figuras de proteção (adulto, mãe, avó, pai)
Uma criança para ser bem educado precisa...	Atributos positivos (cuidado, amor, carinho, atenção, bondade, educação, respeito) Moradia/lazer A mãe dá a louca
Quando uma criança apanha...	Responsabilização da criança (fez coisa errada, precisou, abusada, gaiata, desobedece, teimosa, mal educada, castigo) Atributos negativos (tristeza, choro, raiva)
Quando uma criança é xingada...	Atributos negativos (tristeza, choro, desespero, desrespeito, tranca-se no quarto) Responsabilização da criança Não liga
Uma criança maltratada sente...	Atributos negativos (tristeza, choro, mal, humilhada, maltratada, solitária, desamor) Dores
Um adulto maltrata uma criança porque...	Responsabilização da criança (desobediente, teimosa, bagunceira, incapaz, ousada) Atributos negativos do adulto (mau, não tem sentimentos, não respeita, mal educado, não gosta de criança) Foi maltratado na infância Não sabe

Fonte: Jogo Sentenças Incompletas. Escola municipal. Salvador-Bahia.

Ao serem questionados sobre situações boas e ruins que aconteceram com eles e suas famílias, foi possível agrupar as respostas de acordo com o conteúdo semântico e propor categorias de análise. Dentre do contexto discutido, destacam-se:

Quadro 2. Descrição das situações boas e ruins com as famílias por crianças de 8 a 11 anos. Escola Municipal. Salvador- Bahia	
Situações boas com eles e a família	Situações ruins com eles e a família
Reuniões familiares: minha família junto reunida; foi dias das mães; dia dos pais que reuniu todo mundo; foi natal quando toda minha família estava reunida e alegre; que a gente foi num parque aquático, a gente brincou na piscina e escorregou no tobogã grande.	Situações de violência: briga; separação; dar chute; saí na mão; enforcar; matar; murro na cara; morder; gritaria; quando um tiro passou de raspão no meu tio.

Dentre as respostas observadas sobre a família, as crianças referem como um ambiente seguro, afetuoso e, por conseguinte uma estrutura potente para o desenvolvimento psicossocial infantil.

O ambiente de proteção emocional proporcionado às crianças pela família e seus cuidadores, permite que ela forme vínculos a partir das relações estabelecidas. Os cuidadores por sua vez devem ter a responsabilidade de contribuir para a preservação dos primeiros anos de vida e garantir os direitos da criança, sua sobrevivência e desenvolvimento (BRITTO; ULKUER, 2012). As crianças corroboram quanto à importância de o cuidador ter características de conforto e acolhimento à criança: ***Eu acho que quem cuida de criança deveria... Sentimentos nobres (respeito, gosta, ama, felicidade, especial, boa, não maltrata); Relação de cuidado (ser bem cuidada, ter uma família, ir para o céu); Figuras de proteção (adulto, mãe, avó, pai).***

Ao reportarem atributos negativos (*brigas, desunião, escrava, desamor, infeliz/triste, ruim*) e *ausência de cuidados* aos filhos a uma família infeliz, somados a situações ruins (*briga; dar chute; saí na mão; enforcar; matar; murro na cara; morder; gritaria*) vivenciados por eles e suas famílias, a violência, principalmente a do tipo física foi reportada. Este tipo de violência ocorre quando alguém causa ou tenta causar dano por meio de força física ou utilizando-se de algum tipo de instrumento que possa causar lesões internas, externas ou ambas (BRASIL, 2001).

No que concerne à violência física dirigida às crianças, as agressões e os castigos corporais estão ligados a fatores culturais, questões de poder e gênero como forma de resolver conflitos na família. Apesar dos avanços em políticas de promoção de paz, a sociedade brasileira ainda carrega condutas pedagógicas

autoritárias e violentas. Aliadas ao modo de vida, questões econômicas e sociais, possibilitam alterações nos processos educativos e de comportamento das famílias com práticas violentas de submissão e conflitos (PITTA, 2015).

Os valores culturais associados à violência física podem ser observados em seus discursos quanto à responsabilização infantil para o recebimento de maus-tratos (*Responsabilização da criança: fez coisa errada, precisou, abusada, gaiata, desobedece, teimosa, mal educada, castigo*). Compreendem que enquanto crianças devem apanhar quando se comportam mal ou fazem algo de errado.

É importante considerar que o agressor familiar pode criar vínculos frágeis com a criança e com potencial para desencadear problemas emocionais, comportamentais ou cognitivos futuros. Elas confirmam dizendo: ***Um adulto maltrata uma criança porque...*** *Atributos negativos do adulto (mau, não tem sentimentos, não respeita, mal educado, não gosta de criança)*. “Maus tratos e outras adversidades na infância (tais como, eventos estressores, separações, doenças, violência) estão associados a um aumento na chance de ocorrência de problemas posteriores, tanto físicos quanto psíquicos (NCPI, 2016, p.7)”.

Considera-se, portanto, a infância como uma fase da vida extremamente delicada e importante, requerendo grandes investimentos afetivos e de suporte social. Os cuidados prestados pela família, por outros grupos sociais e instituições, influenciarão sobremaneira na sobrevivência e na qualidade de vida, além do que também servirão para as crianças como um espelho de valores para a formação das ideias sobre si e sobre o mundo (ROCHA et al, 2010).

3. Família em Desenho

Estudar família sobre a perspectiva da infância traz a possibilidade de compreender as relações sociais infantis com as pessoas e lugares que as circundam, ou seja, inclui a participação e a experiência delas enquanto família. Sendo por sua vez um desafio teórico-metodológico para o pesquisador adulto, visto que esta perspectiva visa (re)significar papéis sociais estabelecidos cultural e cientificamente.

Conforme informado, na oficina realizada com as crianças o ponto de partida foi a exibição de um curta-metragem, tendo como temática central, a família.

Momento descontraído e as participações das crianças deram-se a partir de questionamentos, opiniões e troca de experiências a partir da narração.

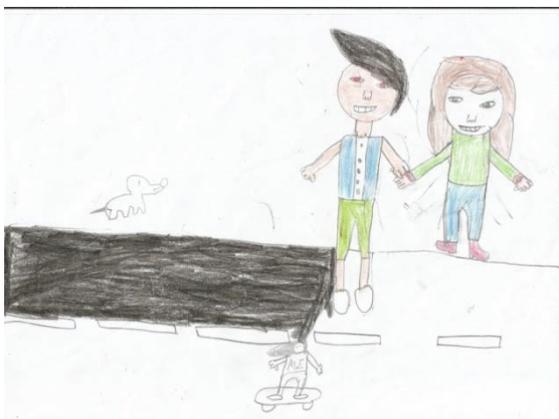
As vinculações entre a representação da família para as crianças e a realidade vivenciada ficaram evidentes, ou seja, os desenhos apresentam-se como instrumento de aproximação e comunicação do pensamento infantil, pois ao desenhar a criança libera suas expressões cognitivas e emotivas internalizadas pelas suas vivências e por vezes não perceptíveis na comunicação verbal (PILLAR, 1996).

Com exceção de uma criança, todas as outras fizeram seus desenhos e explanaram sobre aquilo produziram. A partir das falas e do produto final foi possível agrupar os desenhos em cinco categorias: *padrão familiar; famílias monoparentais; ordenação por figura de importância; representação do pai como herói e exclusão de si no desenho familiar.*

➤ **Padrão familiar**

O modelo nuclear de família centra-se na unidade doméstica, formada por heterossexuais, com papéis definidos, para a figura masculina (líder e provedor) e feminina (mãe, dona-de-casa e responsável pelo bem-estar físico e emocional dos dependentes) (PARSONS, 1955). Uma das críticas essenciais a este modelo centra-se basicamente na distribuição desigual das responsabilidades na estrutura de poder e extrapolação de um modelo tradicionalmente aceito e tido como ideal: a família patriarcal.

“minha família toda passeando. Desenhei meu pai, minha mãe, minha avó, meu irmão, eu minha outra avó e meu avô; eu desenhei minha irmã, eu, meu irmão, Ah!! minhas família toda; eu desenhei meu pai, minha mãe eu andando de skate, aí escrevi na camisa ME e botei meu cachorro; eu desenhei a minha mãe segurando minha irmãzinha pra da pra meu pai e eu com a mamadeira na mão e Carol. Eu gostei de desenhar, foi muito legal!”.



➤ Famílias monoparentais femininas

Dentre as diversidades de configurações familiares observadas atualmente, o modelo hegemônico tradicional de família é questionado, principalmente pelo crescimento das famílias monoparentais femininas e definidas como:

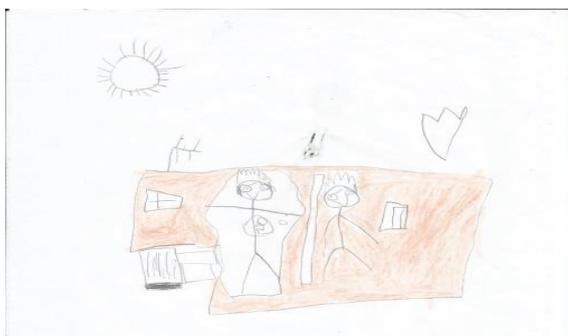
Aquelas em que vivem juntos mãe e filho, ou filhos, nas qual a mulher é mãe solteira, divorciada ou separada que não mais quis ou

teve a oportunidade de uma união estável. Elas se responsabilizam pelo domicílio, pela manutenção, pela proteção e pela sobrevivência da casa e da família, pela educação dos filhos e pelo provimento das condições emocionais ligadas ao crescimento e ao desenvolvimento da família (COSTA; MARRA, 2013, p. 145).

Eu desenhei só minha mãe, e meu irmão e minha mãe vai ter irmão; Quem mais tá no desenho?. Eu, minha avó, minha mãe e meu irmão.

A teoria envolta à produção dos desenhos reforça a reflexividade da criança a partir de sua vida cotidiana, sendo possível compreender a realidade a partir do produzido. Isto ficou evidente a partir da fala desta criança que narra situações diárias em seu contexto familiar, ao se referir a organização de sua moradia, proximidades familiares, trabalho materno e brigas com o irmão mais velho.

Minha avó tá aqui. Minha mãe tá no trabalho debaixo da casa de minha avó. Minha mãe escuta um barulho, ela chega lá e só escuta minha voz, gritando, pedindo ajuda pra minha avó, minha avó me ajudar. Minha avó sobe na minha casa e bate nele de sandália e de vassoura”.



A atividade criativa dos desenhos compreende aspectos cognitivos e emocionais, pois a significação da realidade é objetivada pelo desenho (VYGOTSKI, 1998). Desta forma, os processos cognitivos e emocionais desenvolvem-se em unidade, de forma dinâmica e coerente com a realidade experimentada, vivenciada. Desenhar sua família trouxe fortes sentimentos (saudades, tristeza) para uma das crianças. Ela narra sobre a ausência paterna e aquilo que compreendeu da separação de seus pais. É importante ressaltar que esta narrativa foi comunicada à sua mãe, no intuito de permanecer atenta a este sentimento compartilhado pela criança e dentro do possível mais clareza do ocorrido.

Tá eu, minha mãe e meu irmão. Eu sou o mais velho né.... É! Mas as vezes quando eu sinto saudade de meu pai, eu não fico muito feliz... Dizem que ela fugiu com a gente, ela não estava aguentando mais meu pai. Aí ela me disse, quando ela estava grávida, ela disse que nunca mais eu ia ver meu pai;

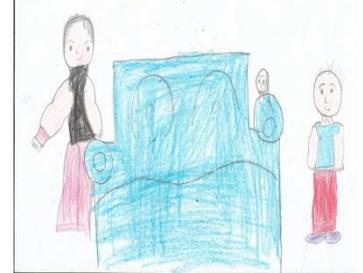
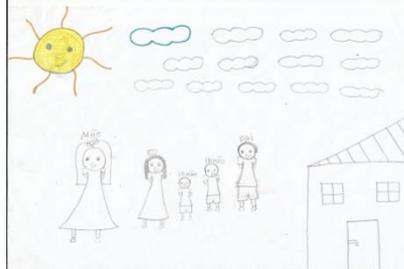
➤ **Ordenação por figura de importância**

A experiência familiar da criança vivenciada diariamente permite elaborar sobre a importância de seus personagens familiares, principalmente quanto a transmissão do cuidado e valores compartilhados. A significação a partir do desenho é elaborada por quem a criança convive e partilha sentidos. Neste contexto, “ao desenhar ela objetiva a sua subjetividade” (NATIVIDADE; COUTINHO; ZANELLA, 2008, p.15). Esta apreensão da realidade é perceptível nestas falas e nos desenhos, onde as figuras de prioridade aparecem em destaque.

Quem vem primeiro lugar pra mim é minha mãe. Porque ela me botou no mundo e que cuida de mim. Desenhei minha mãe, meu pai, eu e meu irmão que vou ter que fazer;

Meu pai! vem primeiro lugar, porque é ele que me dá dinheiro. Meu pai, com músculo, minha mãe, aqui minha irmã, aqui é eu. O que mais você gosta deles. Não

sei. Porque ele me dão as coisas. Me leva pra sair. Brinca comigo. Me dá brinquedo e dinheiro pra comprar. Quando eu passo de ano, eles me dá um monte de coisa. No natal ele também me dá brinquedo;



➤ Representação do pai como herói

Dentro do processo de elaboração do desenho, a imaginação está presente, pois a partir da realidade observada, ela registra aquilo que é significativo (FERREIRA, 2001). Neste desenho registra-se este elemento:

Quem tá aqui nesse desenho? Meu pai. Conta pra mim como é teu pai? Seu pai tem esse cabelão assim? Não é porque o cabelo do Goku é assim. Ele parece forte. Seu pai é assim? Meu pai é grande e forte..

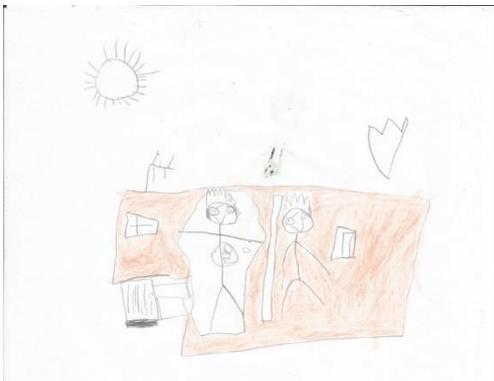


➤ Exclusão de si no desenho familiar

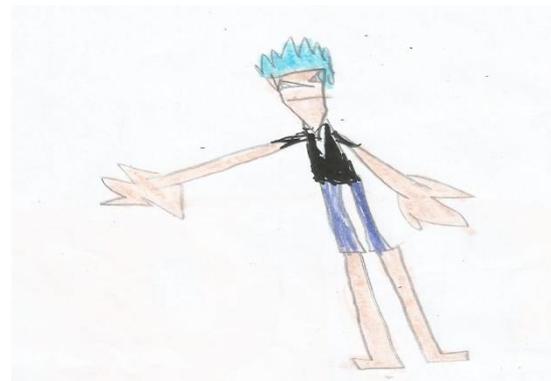
Outro ponto importante quanto à elaboração diz respeito do todo para as partes, ou seja, a criança apreende o todo (desenhar sua família) e somente depois foca nas peculiaridades do que pretende desenhar. Esta característica é justificada pelo aspecto da memória, já que a criança desenha o que lembra e conhece do objeto (FÁVERO; SALIM, 1995).

Neste sentido, a exclusão de si no desenho familiar pode supor este aspecto, o do vivido na memória frente às figuras de maior importância e significado. Aspectos subjetivos quanto ao sentimento de não pertencimento a esse seio familiar podem apenas ser sugeridos, exigindo do pesquisador maiores investigações.

eu desenhei só minha mãe, e meu irmão e minha mãe vai ter irmão; Eu desenhei minha irmã, meu pai, minha mãe e meu irmãozinho que vai nascer.



Frente



Verso



4. Internalização, externalização da violência: o caso de Lucas e Andressa

Lucas é uma criança (9 anos) que sofreu agressões físicas em casa por seu pai. Chegou na escola com marcas roxas no corpo e no rosto. A gravidade das lesões chamou atenção da direção escolar, que registraram por meio de fotografias e acionaram a família. O pai compareceu a escola e explicou os motivos da agressão: *“Peguei ele com um cigarro na boca no meio da rua e bati nele pra aprender que isso não se faz”*. Outras agressões físicas foram verificadas em Lucas por outros motivos.

Na escola, ele briga com os colegas, através de murros e pontapés, provoca os colegas, fala mal, é inquieto sempre pedindo para se retirar da sala de aula, seja para beber água ou ir ao banheiro. Em sala, pouco presta atenção nas aulas, é retirado da sala por diversas vezes por indisciplina, como esconder os materiais dos colegas, bater e xingamentos. Nas atividades, não se interessa em fazer e resiste para concluir, necessitando da cobrança constante da professora. No intervalo as pirraças continuam até com outras crianças de turmas diferentes e por vezes diante das agressões é retirado deste momento, ficando de “castigo” na direção.

O comportamento de Lucas é desgastante, exigindo da equipe escolar muita paciência e que diante das brigas e xingamentos constantemente sofre punições pela professora e diretora. A direção da escola já chamou a família de Lucas em virtude do comportamento e também das marcas deixadas em seu corpo. Na conversa com o pai, a direção se posicionou a favor da família através de uma longa conversa e mostrando a importância de um bom acolhimento e educação do filho por meio de regras e normas. Sinalizaram ao pai que caso aconteça reincidência daquele tipo de agressão, a escola acionaria o Conselho Tutelar.

A indisciplina observada no comportamento de Lucas aponta para as vivências violentas do ambiente familiar, ou seja, as experiências do ambiente doméstico podem se manifestar de maneiras variadas no convívio escolar da criança, dentre elas, a indisciplina, agressividade com colegas e professores (WALLON, 1989). O mesmo autor complementa:

Os alunos que apresentam perturbações da conduta apontam diversas causas possíveis para este tipo de situação e advertem para o fato de que não se pode explicar nenhuma conduta isolando-a do meio em que se manifesta. São necessárias, por um lado, informações sobre o meio familiar e o segmento social da criança nas diversas situações escolares, obtidas por meio de observação do educador (WALLON, 1989 apud GIANCATERINO, 2007, P.92-93).

A experiência de Lucas com a violência física aponta para fatores culturais, visto que as agressões e os castigos corporais apresentam-se como conduta disciplinar. Cabe enfatizar os aspectos ligados à transmissão geracional da violência, crianças e adolescentes vitimizados aprendem comportamentos agressivos, que tendem a reproduzir ao longo de suas vidas, perpetuando o ciclo da vitimização – agressão (KANUL, RAMÍREZ, 2005).

A relação de Lucas com os colegas de escola e com os membros de sua família é permeada por conflitos. Assumindo a perspectiva de Simmel (1964) para este fenômeno como forma de sociação, o conflito “é uma das interações mais vivas, que além disso, não pode ser exercida por indivíduo sozinho” . E o autor prossegue dizendo: “o conflito é, portanto, destinado a resolver dualismos divergentes, é uma maneira de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que seja através da aniquilação de uma das partes em litígio”. Neste contexto pode-se afirmar que o conflito é uma das expressões da violência e a partir das experiências diárias nas relações, a violência coordena parte das condutas individuais no intuito de reduzir a espontaneidade/ludicidade das interações.

Simmel (1964) propõe que dentro do conflito existem aspectos positivos e negativos integrados. Porém em casos de crianças em situação de violência como Lucas, onde estão em pleno processo de desenvolvimento psicossocial e afetivo, o lado positivo do conflito pode acontecer se o ciclo de violência for interrompido e as famílias bem como as crianças tiveram apoio da rede de proteção para ressignificar às relações de cuidado entre os pares dentro do ambiente doméstico.

Na investigação do desenho de Lucas sobre sua família, poucas explicações são dadas por ele, porém expressões são captadas de momentos advindos de sua convivência doméstica. É válido salientar que o desenho denota a realidade apreendida por ele enquanto “linguagem gráfica da criança na expressão e comunicação de suas representações do mundo” (PILLAR, 1996, p. 60). Mesmo com pouca narrativa sobre o desenho, a descrição feita pode referir a diversas situações de sua realidade, pois a atividade do desenho “é pensamento, elaboração afetiva e cognitiva, sobre as leituras que faz do mundo” (PILLAR, 1996, p.60).

Quando narra sobre sua família: *Meu pai vem primeiro lugar, porque é ele que me dá dinheiro. Meu pai, com músculo, minha mãe, aqui minha irmã, aqui é eu.* Quando foi perguntado se ali era a sua casa, ele responde: *Aqui é sua casa é? É casa de bruxa.*



Assim, a figura da casa pode evocar uma marcante experiência do vivenciado no ambiente doméstico. Segundo Sarmiento (2009), os desenhos expressam mais do que tentativas de representar uma realidade exterior. No caso de Lucas, o ambiente conflituoso, desordenado é observado nos traços irregulares da casa e na própria fala da criança “*casa de bruxa*”. Dentro do imaginário infantil a personagem da bruxa está sempre associada a feitos ruins e o desenho e a narrativa sobre sua família conseguiram captar esta realidade.

Outro aspecto importante na descrição de sua família está na figura paterna “meu pai com músculos”. A força do pai foi representada pela criança e que dentro da experiência com a violência experimentou por algumas vezes o peso deste braço. Importante destacar que a criança desenha como expressão daquilo que vivencia ou percebe do contexto que a rodeia, desenha de memória e quanto a este aspecto Gobbi; Leite (2002, p.11) afirma: “desenha pensando e por isso suas experiências

anteriores têm tanta importância; relaciona as construções imaginativas à quantidade de experiências acumuladas pelo sujeito criador não havendo, portanto, compromisso com o que vê ou observa”.

A narrativa de **Andressa** uma criança, do sexo feminino, parda, agredida por violência física e psicológica dentro do ambiente familiar por sua mãe e parentes. Ao chegar à escola municipal para realizar as atividades da pesquisa, o comportamento de Andressa sempre me chamou muita atenção. Uma menina de 11 anos de idade, parda, muito tímida, sorriso pequeno, pouco comunicativa, porém aberta para participar de todas as atividades. Andressa é bem magricela, nos meus abraços com ela sempre brincava sobre isto, tem os cabelos bem curtos, adornados com passadeira, olhos pequenos, cílios grandes e algumas pintinhas no rosto. Durante as oficinas, ela prestava bastante atenção, mas sempre que perguntava algo tinha vergonha de se expressar e era muito difícil extrair algumas palavras dela. Por conta destas características, conversei com a professora da turma e relatou que Andressa era uma boa menina, porém tinha um grande histórico de faltas, necessitando de reforço e repetência escolar.

As questões escolares de Andressa eram resolvidas com o pai, com quem morava, junto com uma tia. Uma das professoras confidenciou que Andressa passou por uma situação muito difícil: *“parece que uns bandidos entraram na casa do pai, e colocaram as coisas deles tudo na rua. Andressa viu tudo e ficou traumatizada, a partir disto ficou mais introvertida ainda e foram morar com esta tia. Que também trata ela muito mal. Um dia o pai se atrasou bastante para vir buscá-la e uma professora se prontificou a levar e esta tia falou tanta coisa pra essa menina. Coisas que não se dizem pra uma criança, simplesmente por que ela se atrasou”*.

Em grupos populares o modelo de família, tem como um dos seus elementos fundamentais a extensão das funções familiares, ou seja, para além das famílias conjugais são compartilhadas entre diversas unidades domésticas e nas quais se dividem complementarmente para educar, sustentar, oferecer um espaço de sociabilidade, etc (FONSECA, 2005). Contudo, familiares, amigos e vizinhos podem ser agressores infantis e nestes casos a violência é praticada por alguém que a criança conhece e confia, sendo considerado amigo da família.

Guardei estas informações e continue a observar Andressa em sala, com os colegas na hora do recreio e tive a oportunidade de conversar com ela

pessoalmente e comecei elogiando o desenho dela (feito na oficina). Fez uma família feliz, colorida e a mãe dela com um bebezinho. E perguntei sobre este novo irmão e me falou que sua mãe ainda estava grávida, era uma menina e que estava feliz com a chegada dela. Em sua narrativa diz: *Eu desenhei minha irmã, meu pai, minha mãe e meu irmãozinho que vai nascer.*



Dois aspectos importantes são observados: o primeiro refere-se a exclusão de si no desenho e a harmonia entre os pais representada em sua produção. Os pais de Andressa são separados e a nova gravidez da mãe refere-se a outro relacionamento. Pode-se presumir que Andressa não se enxergue neste novo formato familiar, requerendo a união dos pais. Esta união desejosa por Andressa de seus pais pode denotar a busca por afeto, segurança e proteção.

Perguntei sobre a sua mãe e sem pestanejar me respondeu: *“não gosto de ir pra casa dela não, ela me bate e me chama de lerda, prefiro ficar com meu pai”*. Diante desta afirmação conversamos sobre seus sentimentos e me disse: *“fico muito triste com isso”*, procurei trazer novos olhares para esta situação e me mostrei inteira para ouvir e acolher. Estudos mostram relações conflituosas entre a criança e as figuras de proteção, principalmente a mãe. As mães foram consideradas como principais agressoras em alguns tipos de violência – a psicológica e o castigo corporal, seguido pela negligência (PFEIFFER; ROSÁRIO; CAT, 2011, GAWRYSZEWSKI et al, 2012, ASSIS et al, 2012, APOSTÓLICO et al, 2012). Dentre as possíveis explicações para as agressões destacam-se a sobrecarga do trabalho feminino doméstico, exigindo maior proximidade e responsabilidade do cuidado afetivo, educacional e de sobrevivência dos filhos, principalmente em famílias monoparentais (MOURA; MORAES; REICHENHEIM, 2008).

Destacam-se as violências física e psicológica. A incorporação do castigo como hábito cultural e disciplinador transmitem as crianças um sentimento de aceitação e culpabilização pela agressão sofrida (GAWRYSZEWSKI et al, 2012).

Para a violência psicológica, apresentam-se através de ameaças, manifestações verbais, constrangimentos, humilhações, entre outras, comprometendo a autoimagem e estima, provocando sentimentos de desamparo e minusvalia (ASSIS; AVANCI, 2004).

Ao conversar com Andressa sobre a escola descobri seu sonho através de um desenho no caderno escolar: três mulheres desenhadas e cada uma com seus respectivos nomes. Estava escrito o nome da sua professora de turma, a diretora e outra a Pró Andressa. Perguntei se queria ser professora e me respondeu que sim e falamos muito sobre este sonho, incentivei muito e partilhamos este lindo momento. relatei esta conversa com o vice-diretor da escola, demonstrou gratidão e que iria trabalhar estas questões (violência; família e sonhos) em reunião com demais professores.

Neste sentido, o desenho infantil prolonga a percepção infantil, tornando-se uma possibilidade de conhecimento da realidade presente na lembrança da criança e que não foi verbalizada. Derdyk (1989,p.115) afirma: “o desenho configura um campo minado de possibilidades, confrontando o real, o percebido e o imaginário. A observação, a memória e a imaginação são as personagens que flagram esta zona de incerteza: o território entre o visível e o invisível”.

Considerações Finais

Procurando fazer frente à complexidade do fenômeno investido: violência intrafamiliar no contexto infantil. Considerou-se especialmente necessário, ainda que desafiador garantir a vocalização das crianças, convergindo com estudos contemporâneos sobre a temática da violência na infância que buscam valorizar/qualificar e tomar as crianças como sujeitos privilegiados na pesquisa.

Ao reportarem sobre família evocaram atributos positivos e na maioria das falas relataram ser uma família infeliz aquela onde a violência está presente. Quanto aos desenhos fizeram registros a partir de sua vivência social e foi possível verificar diferentes tipos de famílias como as nucleares e monoparentais femininas, bem como o destaque para figuras de importância seja o pai ou a mãe. Os contextos de violência intrafamiliar também foram retratados nos desenhos como a força do pai,

autor da agressão e o sentimento de não pertença a família, excluindo-se do desenho.

Outro ponto importante a ser considerado, principalmente em pesquisas sobre violência na infância, refere-se ao fato de que os resultados apresentados são majoritariamente produzidos a partir da escuta exclusiva de adultos, sendo dominante a participação de informantes familiares, que podem ter tido participação ativa ou omissa em atos violentos envolvendo as crianças da família. Tornou-se, portanto, um desafio superar uma cultura adultocêntrica no qual julga nenhuma cientificidade na infância e a predominância de relações de poder do adulto sobre as crianças (FERREIRA, 2002). A proposta foi trazer uma nova vertente: pesquisas com crianças e não sobre crianças.

Famílias e crianças vulneráveis com histórias de alto nível de complexidade não podem ser reduzidas e tipificadas, necessitam de uma abordagem pautada nas dimensões da vulnerabilidade, da prevenção e da proteção social. Ações que visem promover a reorganização e potencialização de recursos, fortalecimento dos vínculos familiares e a oportunidade de reelaborar suas experiências no cuidado e na relação com os filhos e demais membros.

Referências

- ALGERI, S. A violência na família. **Polêmica revista eletrônica**, Rio de Janeiro, 2008.
- ASSIS, S. G.; AVANCI, J. Q. Abuso psicológico e desenvolvimento infantil. In: Brasil. Ministério da Saúde (MS). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: MS; 2004.
- ASSIS, S.G. et al. Notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n. 9, p. 2305-2317, 2012.
- APOSTÓLICO, M. R. et al. Características da violência contra a criança em uma capital brasileira. **Rev Latino Am Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 266-273, 2012.
- BRAZELTON, T.B.; GREENSPAN, S. **As necessidades essenciais das crianças: o que toda criança precisa para crescer, aprender e se desenvolver**. Porto Alegre: Artmed,2002.
- BRITTO, P.; ULKUER, N. Child development in developing countries: child rights and policy implications. **Child Development**, v. 83, n. 1, p 92- 103, 2012.
- COSTA, F. A. O.; MARRA, M. M.. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade Feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**. v. 2. n1. p. 141-156, 2013.
- DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago, 2005.
- DERDYK, E. **Formas de pensar o desenho: Desenvolvimento do grafismo infantil**. São Paulo: Scipione, 1989.
- FAVERO, M. H.; SALIM, C. M. R. A Relação entre os Conceitos de Saúde, Doença e Morte: Utilização do Desenho na Coleta de Dados. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.**, v. 11 n. 3, p. 181-19, set-dez, 1995.
- FERREIRA, M. M. M. **A Gente Aqui o que Gosta mais é de Brincar com os Outros Meninos: as crianças como atores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no cotidiano de um Jardim de Infância**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, 2002.
- FERREIRA, S. **Imaginação e linguagem no desenho da criança**. 2ª ed., Campinas, Papirus, 2011.
- GAWRYSZEWSKI, V. P.; VALENCICH, D. M. O.; CARNEVALLE, C. V.; MARCOPITO, L. F. Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo, 2009. **Rev Assoc Med Bras**, v.58, n.6, p. 659-665, 2012.

GOBBI, M.; LEITE, M. I. O desenho da criança pequena: Distintas abordagens na produção acadêmica em diálogo com a educação. In LEITE, M. I. (Org.), *Ata e desata: Partilhando uma experiência de formação continuada*. Rio de Janeiro: Ravil, 2002.

GOBBI, M. Desenho infantil e oralidade - Instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In: FARIA Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (Org.). **Por uma Cultura da Infância: metodologia de Pesquisa com crianças**. 3. ed. Campina, SP: Autores Associados, 2009.

KANUL, F.; RAMÍREZ, M. A. **Family violence and child abuse in Latin America and the Caribbean: the cases of Colombia and Mexico**. Washington: Inter-American Development Bank; 2005.

LEAL, D.; NOGUEIRA, M. O. G. **Dificuldades de Aprendizagem**. Curitiba: Ibpex, 2011.

MARTINS FILHO, A. J; BARBOSA, M. C. S. Metodologias de pesquisas com crianças. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.18, n2, p.08-28, jul./dez. 2010.

MOURA, A. T. M. S.; MORAES, C. L.; REICHENHEIM, M. E. Detecção de maus-tratos contra a criança: oportunidades perdidas em serviços de emergência na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad Saude Publica**, v. 24, n.12, p. 2926- 2936, 2008.

MUSSEN, Paul. H. **O desenvolvimento psicológico da criança**. Rio de Janeiro: Zahar. 11. ed. 1983.

NATIVIDADE, M.R.; COUTINHO, M.C.; ZANELLA, A.V. Desenho na pesquisa com crianças: análise na perspectiva histórico-cultural. **Contextos Clínicos**, v. 1, n. 1, jan-jun, 2008.

NCPI. Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem: estudo 1. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2015.

NCPI. Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. O impacto do desenvolvimento na primeira infância sobre a aprendizagem: estudo 2. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2016.

PAPALIA, D. E.; et al. **Desenvolvimento Humano** -10. ed. - Porto Alegre: AMGH, 2010.

PARSONS, T.; BALES, R. F. **Family, socialization and interaction process**. Glencoe: Free Press, 1955

PFEIFFER, L.; ROSÁRIO, N.A.; CAT, M.N.L. Violência contra crianças e adolescentes: proposta de classificação dos níveis de gravidade. **Rev Paul Pediatr**, v. 29, n.4, p.477- 482, 2011.

PILLAR, A. D. **Desenho e construção de conhecimento na criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PITA, S. S. L. **Memória e Infância**: manifestações da violência doméstica nos Anos Escolares. 2015. 130f. Dissertação (mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

ROCHA et al. Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: entendimento dos agentes comunitários de saúde. **Rev.saúde.com**, v. 6, n.1, p. 50-64, 2010.

SANCHES, C. S. **Crianças e adolescentes em situação de rua**: estudo qualitativo realizado na cidade de Marília – SP. 2001.197f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a Infância: definindo conceitos delimitando o campo. In: PINTO, Manuel & SARMENTO, Manuel J. (Orgs.). **As Crianças**: Contextos e Identidades. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago, 2005.

SARMENTO, M. J. Culturas infantis e interculturalidade. In: DORNELLES, L. V. (Org.). **Produzindo pedagogias interculturais na infância**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SARMENTO, M. J. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. **O Social em Questão**, n. 21, p. 15-30, 2009.

SIROTA, R. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 112, p.7-31, mar. 2001.

SIMMEL, Georg. (1964), Conflict. SIMMEL, Georg, O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). RBSE – **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, pp. 568-573.

VYGOTSKI, L.S.**La imaginación y el arte en la infancia**. 4ª ed., Madrid, Akal, 127 p. 1998.

VYGOTSKY, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2001.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação das metodologias quantitativas e qualitativas abriram possibilidades para discutir a violência como fenômeno cotidiano a partir de duas dimensões específicas: a violência estrutural e a violência das relações interpessoais. Essas dimensões foram somadas aos aspectos relativos à vulnerabilidade social observadas nos contextos familiares pobres, em situação de rua e suas crianças, e analisadas a partir de dados gerais e espaciais da violência, bem como a observação participante e as produções e falas infantis.

Os dados gerados pelo Sistema de Vigilância e Violência (VIVA) possibilitaram dimensionar a magnitude da violência intrafamiliar no contexto infantil em Salvador, principalmente no que diz respeito ao crescimento das taxas de violência para os anos estudados. Foi factível caracterizar o fenômeno e evidenciar a magnitude da vitimização por violência física e sexual, com maior constância entre as meninas, dentro do ambiente familiar e perpetrado por seus familiares e conhecidos. Destaca-se que o sistema de vigilância atua como ferramenta para o monitoramento dos eventos violentos não fatais disponibilizando informações que podem subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas para o planejamento e o investimento em núcleos de vigilância e assistência; possibilidade de garantia dos direitos das crianças; subsídios para as pesquisas e ajustes na rede de proteção às famílias.

A partir das análises espaciais dos dados sobre a violência intrafamiliar no contexto infantil foi possível observar que as áreas de risco para este tipo de violência concentram-se em bairros pobres do município e a determinação da violência está fortemente associada aos contextos de iniquidades sociais. Destacam-se os aglomerados dos bairros: Calabar, Alto das Pombas, Comércio, Centro Histórico, Liberdade e Uruguai com clusters espaciais de alto risco (alto – alto) para a violência infantil. As formas estruturais da violência atuam para a construção e perpetuação dos quadros de exclusão e segregação, desigualdade social, pobreza e ineficácia da garantia de direitos.

Infelizmente os dados reforçam os estigmas de violência para estes bairros pobres em contrapartida a perspectiva da vulnerabilidade social trazida por Kaztman permite reconhecer a forte influência do contexto social, ausência e/ou dificuldade de

acesso à recursos e direitos podem contribuir para cenários mais vulneráveis que influenciarão no modo de vida das famílias e suas práticas violentas como formas de resolução de conflitos. É válido considerar que esta perspectiva de análise foi possível por considerar a família como uma unidade dependente, ou seja, como um sistema social inserido num contexto mais amplo, que é a sociedade e a comunidade na qual se inscreve, onde os indivíduos em interação estão envolvidos num processo de interpretação da realidade que os rodeia.

Nesta perspectiva, histórias com alto nível de complexidade como a da Família Santos do Alto das Pombas não podem ser reduzidas e tipificadas, necessitam de uma abordagem da rede de assistência social que vise à promoção, reorganização e potencialização dos seus recursos, além do fortalecimento dos vínculos familiares. O necessário a estas famílias encontra-se no apoio, qualificação de suas experiências a fim de que possam reconhecer seus modos próprios de significar e enfrentar o sofrimento cotidiano.

A imersão na rua, a proximidade com as famílias e suas histórias nos possibilitou perceber que a maioria sofreu um processo de ruptura dos laços no domicílio, promovendo assim uma vida na rua. Esses processos de ruptura geraram um movimento do adentrar nas ruas e começar a viver da e na rua, um cotidiano próprio, com suas particularidades quanto à relação com o uso e o tráfico de drogas, o medo e o relacionamento com as instituições de assistência foram as principais características abordadas dentro desta aproximação etnográfica.

A história das famílias em situação de rua narradas enquadra a experiência com a violência como algo assimilável à vivência diária, ou seja, o registro da violência não está apenas no interior das famílias, mas também na política, na ação da polícia e do tráfico, nas revoltas, brigas e na brutalidade dos assassinatos entre os moradores de rua. Ao conhecer o cotidiano das famílias, a violência parece definir os contornos da vida de seus membros. São violentadas pela ausência de condições dignas de vida e internalizam as agressões sociais e expressam/externalizam de forma subjetiva em suas relações sociais, públicas e/ou familiares.

Na rua, a violência parece ceifar toda e qualquer possibilidade de mudança. Famílias cotidianamente violentadas pela omissão do Estado, pela estrutura socioeconômica desigual e autoritária, tornam-se vulneráveis a violências de variadas formas e conteúdos. As ações institucionais por meio das políticas públicas

devem oportunizar experiências que dignifiquem a pessoa humana e ofereçam oportunidades para resolução de conflitos e garanta boas oportunidades de mudanças.

A análise das manifestações infantis por meio dos desenhos e falas na interação com a escola permitiu explorar experiências vividas dentro do ambiente familiar como no contexto social nos quais elas vivem. Foi possível observar durante as dinâmicas, a produção dos desenhos, gestos e falas a percepção da criança sobre a família e os valores culturais arraigados na prática da violência, bem como seus sentimentos e inseguranças diante da problemática.

O uso do desenho como um dos instrumentos de investigação apresenta importantes formas de expressões infantis mostrando que, nestas produções, as lembranças domésticas aparecem misturadas com as vivências atuais, principalmente nas crianças que sofreram violência no caso de Lucas e Andressa. Nas descrições sobre os desenhos, a maioria das crianças utiliza a fala como complemento para expressar as produções realizadas, revelando aspectos de suas vivências e de acontecimentos vividos na família.

É importante salientar que a escola, enquanto instituição possui uma integração possível com a família. Foi verificado que na rotina escolar, os casos de violência contra a criança tornam-se evidentes tanto pelas marcas trazidas em seus corpos, como da partilha entre as próprias crianças, moradores do bairro e também profissionais da escola. Esta observação no ambiente escolar, a possível suspeita e confirmação facilita as ações de prevenção por meio da comunicação aos órgãos competentes, como o Conselho Tutelar e a mobilização da rede de proteção e cuidado às famílias.

Sob o ponto de vista teórico, interessou pensar na sociabilidade a partir de uma perspectiva que integra processos sociais envolventes e marcantes que, por sua vez, demandam um constante ajuste mútuo das ações dos indivíduos envolvidos. As experiências e os contextos dos interlocutores da pesquisa são cenários de extrema violência e vulnerabilidade. As famílias e suas crianças circulam por muitos tipos de violência que vão desde a violência dentro do ambiente familiar, na escola, no bairro à violência estrutural e se expressam nos seus locais de convivência.

Nestes cenários, a violência se constitui como habitus e as práticas violentas expressam esse fato. O habitus expressa à síntese das ações sociais resultantes daquilo que é internalizado através das vivências sociais (no contexto específico: as situações de violência intrafamiliar, estrutural e vulnerabilidade social) e externalizadas na vida cotidiana nas interações pessoais e coletivas. A violência cotidiana é compartilhada nas relações institucionais e pessoais ameaça o lúdico das interações e, por conseguinte a sociabilidade. A violência vivenciada cotidianamente pelos interlocutores coordena certas condutas individuais no intuito de reduzir a probabilidade de ser vitimado; esse tipo de comportamento assumido é facilmente percebido nas famílias em situação de rua. Agem com violência para se proteger tanto da influência direta do temor, quanto da percepção dos riscos próprios da rua.

Ao retomar o objetivo central da tese *“analisar a distribuição espacial da violência intrafamiliar no segmento infantil em bairros de Salvador – BA e as imbricações da violência, da vulnerabilidade social nas experiências de sociabilidade de famílias e crianças pobres e em situação de rua”* foi possível compreender que a construção social da violência nos contextos vulneráveis estudados apresenta-se como norteadora de condutas individuais assumidas como habitus. Quando associada à falta de acesso a direitos e oportunidades, aumentam os riscos sociais e crianças e suas famílias vivenciam as mazelas da violência estrutural e da vulnerabilidade social. Isto pôde ser nitidamente observado nas ações violentas de Sandro no envolvimento com o crime e as drogas e também no medo de Juliana dos conflitos ocorrido nas madrugadas da rua. Em relação às crianças a incorporação da violência é observada quanto à responsabilização delas próprias ao apanhar oportunizando a compreensão da violência enquanto valor cultural assimilado e propenso à reprodução.

No entanto a tese apresenta limitações. A primeira delas refere-se à necessidade de uma imersão maior com famílias com casos de violência intrafamiliar no segmento infantil. Seria importante uma diversidade maior de casos e consequentemente contextos familiares diferenciados. Esta possibilidade abriria maiores oportunidades de compreensão do fenômeno, a repercussão para os diferentes membros familiares, incluindo as crianças, bem como a determinação deste tipo de violência à luz da vulnerabilidade social.

No campo da etnografia, destaco três limitações. Uma delas relaciona-se com o tempo para o estudo na rua. Um tempo maior de observação permitiria observar a rua com maiores detalhes, suas dinâmicas próprias, sujeitos diferenciados e nuances. O tempo maior de observação também proporcionaria confiança ao pesquisador em dois sentidos principais, confiança no espaço físico de pesquisa e confiança dos/nos sujeitos envolvidos. A recompensa do tempo está na intimidade, na incorporação de cenas, sensações, sons, características próprias de um lugar que se conhece, por ter se permitido uma maior vivência.

A outra limitação refere-se à escuta das crianças em situação de rua, a pesquisa contou com a maior presença dos pais das crianças através de suas histórias de vida. As crianças mereciam um maior protagonismo neste campo específico principalmente para aventar comparações e/ou identificar similaridades com outros contextos de crianças também em situação de violência. E por último destaco a pouca experiência da pesquisadora no campo da pesquisa qualitativa, essa limitação foi traduzida na percepção do campo, na escrita e nos encontros teóricos, mas não foram empecilhos para a conclusão deste material.

Ademais, salienta-se que por parte desse estudo ter sido realizado com dados secundários (de notificação, que sabidamente são subregistrados e subnotificados), certamente a magnitude da violência infantil deverá ser maior do que aquela aqui apresentada. Importa abordar o fenômeno da violência infantil focalizando o olhar sobre as famílias, objetivando a prestação de atendimento adequado, alívio do sofrimento e o pensar nos modos de prevenir as ocorrências, através de uma perspectiva ampliada de fazer saúde.

Uma família bem estruturada em termos biopsicossociais pode ser considerada um fator de proteção para a violência e redução dos riscos para os membros da família e suas crianças. Assim, o trabalho de combate ao problema (violências e vulnerabilidades) requer dentre outras ações, o fortalecimento das famílias, investimento em educação, em saúde, em cultura, na preparação para o mercado de trabalho e geração de renda, enfim, na promoção de formas de participação de crianças e familiares em seu âmbito social.

Portanto, salienta-se que o fortalecimento das Redes de Proteção e Assistência se estrutura pelo investimento em políticas públicas e pela articulação entre os distintos atores das organizações envolvidas no encontro para troca de

experiências e principalmente no enfrentamento de problemas concretos e comuns. A fluidez e operacionalidade das redes devem ter como princípio o debate sobre modos instrumentais de trabalho incorporados ao princípio da integralidade. Essa junção torna-se essencial para que haja possibilidade de ressignificação da prática profissional, a partir da recriação e apropriação de instrumentos de ação capazes de mudar a realidade, na qual se pressupõe a constituição de laços de compromisso, respeito e resolubilidade para com as crianças e suas famílias.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. B. G. A Sociabilidade ameaçada: a forma, o conteúdo e a violência cotidiana na Soterópolis. In: ESPINHEIRA, G. (Org.). **Sociabilidade e Violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador**. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, UFBA, 2004.

BARROS, N. V. **Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: Trajetória histórica, políticas sociais, práticas e proteção social**. 2005. 248f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Católica do Rio de Janeiro; 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, DF, 2001.

DUBET. F. As Desigualdades Multiplicadas. In: Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2001.

ESPINHEIRA, G. Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador. **Bahia análise & dados** Salvador - BA SEI v.11 n.1 p.08-16 Jun, 2001.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a Definition of Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**, v.1, p.112-133, 2007.

KAZTMAN, R. (Org.). **Activos y estructuras de oportunidades**. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay. Montevideo: LC/MVD/R, 1999.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 32, p. 129-156, jul./dez, 2009.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde pública**, n. 10, p. 7-18, 1994.

RIBEIRO JÚNIOR, H.; QUEIROZ, G. C. C. A produção da sociabilidade violenta nas relações sociais dos moradores dos centros urbanos brasileiros. In: BASSO, A. P.; CADEMARTORI, D. M. L. R.; MACIEL, M.(orgs). **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. Florianópolis, Conpedi, pp. 329-346, 2015.

MAIA, R. C. M. Sociabilidade: apenas um conceito?. *Revista de Comunicação Social* n. 53, 2001.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e estado**. Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

SILVA, L. A. M.. (org.). **Vida sob cerco: violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIMMEL. **Sociologia**. Evaristo de Moraes Filho. (Org.). Tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática, 1983.